Neste livro Lúcio Kowarick busca captar no curso da história social brasileira aquilo que a sociologia dos anos 70 estudou sob o conceito de "marginalidade". Detendo-se nas primeiras décadas do século, o livro tem uma surpreendente atualidade, levando-nos a detectar nas condições atuais de trabalho no Brasil ecos das falas e práticas patronais de muitas décadas passadas. *Trabalho e vadiagem* apresenta assim todos os ingredientes de uma excelente análise social, lançando simultaneamente luzes sobre o passado e o presente.

PAZ E TERRA

SOCIOLOGIA

ISBN 85-219-0034-1

9 788521 900344

Lúcio Kowarick

TRABALHO E VADIAGEM

Lúcio Kowarick

TRABALHO E VADIAGEM

A origem do trabalho livre no Brasil

PAZ E TERRA

O povo brasileiro, que já "assistiu bestializado" à proclamação da República e que hoje é convidado a "trabalhar mais" para resolver os graves problemas que afetam seu cotidiano, tem sido objeto de sucessivas configurações por parte das classes dominantes, cujo resultado foi o "populacho", a "ralé", a "malta" e tantas outras formas pelas quais as ideologias dominantes tentaram dar conta daqueles "resíduos sociais" que, na bipolaridade de classes da sociedade escravocrata, não cabiam nem entre os senhores, nem entre os escravos.
É sobre esses "resíduos sociais" que Lúcio Kowarick se debruça em seu *Trabalho e vadiagem – A origem do trabalho livre no Brasil.*
O propósito sem dúvida é ambicioso, tendo em vista o amplo período compreendido. Kowarick percorre-o no entanto com segurança e inegável familiaridade com a historiografia do período, que ele utiliza para demonstrar uma série de *idées-reçues* a partir das quais se tratou de dar conta dos complexos fenômenos sociais advindos da transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil.
Desta crítica historiográfica emerge uma tese central: as distintas configurações do fenômeno social aludido pela expressão "marginalidade" não são mais do que o resultado das metamorfoses do capitalismo brasileiro desde o período colonial até os pródromos da industrialização, onde a análise se interrompe. Metamorfose que se dá dentro de uma constante: a sistemática e permanente desconfiança *vis-à-vis* do trabalhador livre nacional, que só é convocado para tarefas secundárias e aviltadas, recebendo aí um tratamento à imagem e semelhança daquele dispensado aos escravos.
O resultado do trabalho é significativo e ilumina de forma definitiva o *ethos* capitalista brasileiro. As estratégias patronais respondem a interesses

TRABALHO E VADIAGEM
A origem do trabalho livre no Brasil

Lúcio Kowarick

TRABALHO E VADIAGEM
A origem do trabalho livre no Brasil

2ª edição

PAZ E TERRA

©Lúcio Kowarick
Edição de texto: Ingrid Basílio
Revisão: Carmem Simões
Produção gráfica: Katia Halbe
Diagramação: Sílvia C. Diccetti e Solange A. Causin
Capa: Alexandre Martins Fontes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Kowarick, Lúcio, 1938
Trabalho e Vadiagem: A origem do trabalho livre no Brasil/
Lúcio Kowarick. — 2. ed. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
1. Trabalho e classes trabalhadoras — Brasil — História
2. Trabalho escravo — Brasil — Emigração
I. Título. II. Título: A origem do trabalho livre no Brasil

94-1031 CDD-305.5620981

Índices para catálogo sistemático

1. Brasil: Trabalhadores: História: Sociologia 305.5620981

EDITORA PAZ E TERRA S.A.
Rua do Triunfo, 177
01212-010 — São Paulo — SP
Tel.: (011) 223-6522
Rua Dias Ferreira, 417 — Loja Parte
22431-050 — Rio de Janeiro-RJ
Tel.: (021) 259-8946

1994
Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

Para Tania e Felix

Senhor Amleto Henrique Ferreira-Dutton:

Mas, vejamos bem, que será aquilo que chamamos de povo? Seguramente não é essa massa rude, de iletrados, enfermiços, encarquilhados, impaludados, mestiços e negros. A isso não se pode chamar um povo, não era isso o que mostraríamos a um estrangeiro como exemplo do nosso povo. O nosso povo é um de nós, ou seja, um como os próprios europeus. As classes trabalhadoras não podem passar disso, não serão jamais povo. Povo é raça, é cultura, é civilização, é afirmação, é nacionalidade, não é o rebotalho dessa mesma nacionalidade. Mesmo depuradas, como prevejo, as classes trabalhadoras não serão jamais o povo brasileiro, eis que esse povo será representado pela classe dirigente, única que verdadeiramente faz jus a foros de civilização e cultura nos moldes superiores europeus — pois quem somos nós senão europeus transplantados?

Maria da Fé:

Então saíram, Vevê de mestre, Sambulho, Nego Régis, Odorico e Nego Feio, uma coisa mais que linda, a lancha cambando como um boto, o cordame e as madeiras gemendo, a proa querendo levantar vôo e cortando as ondinhas numa tesourada veloz, um cardume de agulhões dançando em pé a sotavento, somente os rabinhos ciscando à flor d'água [...] Sem conseguir resolver para onde olhar durante todo esse tempo, Dafé se admirou de haver tanta ciência naquela gente comum, se admirou também de nunca ter visto nos livros que pessoas como essas pudessem possuir conhecimentos e habilidades tão bonitos, achou até mesmo a mãe desconhecida, misteriosa e distante, em seu saber nunca testemunhado. Quantos estudos não haveria ali, como ficavam todos bonitos fazendo

ali suas tarefas, agora também ela ia ser pescadora! Até pouquinho, estivera meio convencida, porque ia ser professora e portanto sabia muito mais coisas do que todos eles juntos, mas se via que não era assim. Tinha gente que pescava o peixe, gente que plantava a verdura, gente que fiava o pano, gente que trabalhava a madeira, gente de toda espécie, e tudo isso requeria grande conhecimento e muitas coisas por dentro e por trás desse conhecimento — talvez fosse isto a vida, como ensinava Vô Leléu, quanta coisa existia na vida! Que beleza era a vida, cada objeto um mundão com tantas outras coisas ligadas a ele e até um pedaço de pano teve alguém para prestar atenção só nele um dia, até tecê-lo e acabá-lo e cortá-lo, alguém que tinha conhecimentos tão grandes como esses pescadores e navegadores, mas já se viu coisa mais bonita neste mundo do nosso Deus?

João Ubaldo Ribeiro, *Viva o povo brasileiro*

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

"Não existe pecado ao sul do Equador" *

> A população livre, mas pobre, não encontrava lugar algum naquele sistema que se reduzia ao binômio "senhor e escravo". Quem não fosse escravo e não pudesse ser senhor, era um elemento desajustado, que não podia se entrosar normalmente no organismo econômico e social do país. Isto que já vinha dos tempos remotos da colônia resultava em contingentes relativamente grandes de indivíduos mais ou menos desocupados, de vida incerta e aleatória, e que davam nos casos extremos nestes estados patológicos da vida social: a vadiagem criminosa e a prostituição. [Prado Jr., 1972: 198]

A apropriação privada de meios e instrumentos de produção, ao gerar lucros por meio da confecção de bens para o mercado de consumo, constitui condição necessária para o surgimento do capitalismo. Mas, para que ele se concretize, esses processos de produção precisam estar articulados de modo a criar excedentes mediante uma modalidade específica de subjugar o trabalhador: este deve ser livre e expropriado, de forma que sua liberdade não encontre outra alternativa senão submeter-se ao capital. Em outras palavras, é necessário que haja a reprodução ampliada de uma relação social de produção baseada na exploração da força de trabalho.

---

* Johann Mauritius van Nassau-Siegen, governador do Brasil Holandês, 1637-44.

Contudo, submeter pessoas para que vendam sua força de trabalho não é algo que se possa fazer de um momento para o outro. Ao contrário, a formação de um mercado de mão-de-obra livre foi um longo e tortuoso percurso histórico, marcado, na maioria das vezes, por intensa coerção e violência. Para tanto foi necessário efetuar maciça expropriação, que residiu em destruir as formas autônomas de subsistência, impedindo o acesso à propriedade da terra e aos instrumentos produtivos, a fim de retirar do trabalhador o controle sobre o processo produtivo. Mas, além disso, foi também necessário proceder a um conjunto de transformações de cunho mais marcadamente cultural, para que os indivíduos despossuídos dos meios materiais de vida não só precisassem como também estivessem dispostos a trabalhar para outros.

O presente ensaio analisa a constituição do mercado de mão-de-obra livre num contexto histórico em que a escravidão foi a forma dominante de trabalho até épocas tardias do século XIX. Em vez de se processar sobre a destruição de um campesinato e artesanatos solidamente enraizados, a universalização do trabalho livre no Brasil encontrou enorme contingente, no qual quem não tivesse sido escravo nem senhor não havia passado pela "escola do trabalho". Mais ainda, como os parâmetros materiais e ideológicos essenciais à sociedade sempre estiveram intimamente conectados ao espectro do cativeiro, para os livres e pobres trabalhar para alguém significava a forma mais aviltada de existência. Isso fez com que, no percorrer dos séculos, se avolumasse uma massa de indivíduos de várias origens e matizes sociais que não se transformaram em força de trabalho, já que a produção disciplinada e regular era levada adiante por escravos.

A questão histórica fundamental do século XIX no Brasil foi a superação de uma modalidade produtiva alicerçada nas correntes das senzalas, principalmente a partir de 1850, quando a escravidão perde suas fontes de reprodução

com o término do tráfico africano e, depois de 1880, é submetida a crescente pressão social e política.

Como a imobilidade do cativeiro poderia ser substituída pela utilização de livres num país onde a maioria não havia ingressado nas fileiras do trabalho disciplinado e regular?* Claro que essa situação variou consideravelmente de uma região para outra no Brasil. De fato, cada província encontrou caminhos diversos para solucionar o problema do trabalho quando a Abolição tornou-se um processo irreversível. No caso de São Paulo, não obstante o vasto e rápido desenvolvimento da cultura cafeeira nas férteis terras do Oeste da Província a partir de 1850, o trabalho escravo continuaria dominante até as vésperas da Lei Áurea. Ao mesmo tempo, o crescente segmento de livres não só teve participação acessória e intermitente no processo produtivo, como também eles eram encarados pelos potentados do café como vadios, carga inútil, desclassificados para o trabalho. Numa situação em que existia volumoso número de livres, mas não se forjava um mercado de trabalho, tornou-se imperioso enfrentar o problema da mão-de-obra sem que fosse necessário utilizar o assim chamado elemento nacional.

A fórmula utilizada pela grande propriedade cafeeira foi a importação de estrangeiros, inicialmente da Itália e, posteriormente, da Espanha, Portugal e Japão. Eles formaram um fluxo volumoso e sucessivo, produzindo vasta oferta de braços. Sem recursos, isto é, previamente expropriados, os imigrantes chegavam com o sonho de *fare l'América*, ou seja, vieram dispostos a se submeter à disciplina do trabalho. Essa foi a solução mais adequada para o capitalismo em formação nessa parte do país, pois, de outra

* Daqui para a frente, a utilização do termo "livre" (homem, indivíduo, população, pessoa) incluirá o contingente dos libertos. Refiro-me a eles também como nacionais ou brasileiros. Obviamente esses elementos, como já eram designados durante a escravidão, só incluem os pobres e não os potentados econômicos e políticos.

forma, teria sido necessário mobilizar o desacreditado segmento nacional que foi incorporado ao processo produtivo em outras regiões, durante o século XIX, mas não em São Paulo. Aqui, antes da Abolição, os livres e pobres só realizaram as tarefas que os escravos não podiam fazer, e, depois de 1888, couberam-lhes as atividades mais degradadas e mal remuneradas ou o trabalho em áreas cafeeiras decadentes. Por outro lado, os imigrantes foram canalizados para as regiões dinâmicas do café e constituíram a maior parte do proletariado que operava as máquinas da nascente e próspera indústria de São Paulo.

Este ensaio centra-se no caso de São Paulo e analisa a formação do mercado de trabalho livre numa área que se tornou o fulcro do cultivo de café, ainda durante o período da escravidão, e nas duas primeiras décadas do século seguinte já estava à frente do processo de produção industrial do Brasil. São Paulo tornou-se, portanto, desde cedo, o centro da dinâmica econômica do país. Ali, a massa de livres nunca deixou de crescer durante o século XIX, e a ela iria se somar o contingente de imigrantes que chegou nas vésperas da Abolição. Com o deslanchar das relações de produção, que levaria à universalização do trabalho livre, parte da mão-de-obra disponível foi cooptada pelo capital e engajada na disciplina do trabalho. Outra parte foi mantida disponível de forma *latente* nos campos e cidades, até o momento em que o avanço da acumulação precisasse do seu concurso no processo produtivo.

A leitura de uma gama variada de documentos de várias fontes leva a concluir que após a Abolição jamais houve falta de braços, seja nos cafezais de São Paulo, seja para a industrialização que ocorreu no Estado. Ao contrário, o rápido processo de expansão econômica sempre contou com larga oferta de braços, que veio, particularmente, pelo afluxo de imigrantes. Veio também da mão-de-obra que historicamente havia se acumulado nos interstícios da economia, adicionada, após 1888, pelos ex-cativos. Estes formaram

uma massa desenraizada, que não foi incorporada no processo produtivo até 1930, quando a economia viria a apresentar maior grau de desenvolvimento e diversificação.

A diretriz teórica fundamental deste ensaio prende-se à idéia, por sinal clássica, segundo a qual a exploração da força de trabalho diretamente engajada no processo produtivo relaciona-se dialética e contraditoriamente com um exército de reserva, disponível para ser mobilizado pelo capital (Marx, 1980). É claro que o grau e modalidade de exploração do exército ativo de trabalhadores decorre também, em grande medida, de fatores políticos que vão conferir, em cada conjuntura histórica, diferentes conjugações de forças no cenário contraditório das oposições sociais. Contudo, penso que, no processo de expansão e consolidação do capitalismo no Brasil, a força de trabalho pode ser superexplorada — e, em larga medida, até dilapidada — na medida em que o capital teve a seu dispor não só condições de domínio político extremamente favoráveis, mas também um excedente de mão-de-obra que permitia levar à acentuada pauperização expressivos segmentos de trabalhadores, tanto rurais como urbanos.*

É claro que a constituição e conseqüente maturação de um modo capitalista de produzir não depende apenas de trabalhadores expropriados dos seus meios de subsistência e transformados em mercadoria para o capital. Outros processos devem ocorrer simultânea ou previamente para que a expansão do capital seja impulsionada. Mas não se deve esquecer que é o trabalho que transforma um objeto inerte em produto de valor. Se é o capital que gera a força de trabalho necessária para acumular, criando também os meios de vida para sua subsistência, é o trabalho que dá vida ao capital,

* Entendo por superexploração os processos que levam à deterioração das condições de trabalho e remuneração, enfim, produção de excedente baseada na extração de mais-valia absoluta e que podia levar à dilapidação de parcela significativa da força de trabalho.

produzindo o excedente necessário para sua reprodução e expansão.

O primeiro capítulo focaliza as razões da introdução — no momento de plena expansão do capitalismo mercantil do século XVI — não só da escravidão, mas da escravidão africana nessa Colônia, onde a produção foi exclusivamente estruturada para dinamizar a acumulação metropolitana. As conseqüências históricas dessa modalidade colonial de produção só poderiam deixar marcas profundas, tanto no que se refere à rigidez e estreitamento do sistema econômico, como no que diz respeito à população livre e pobre que, no final do século XVIII, já era equivalente ao número de escravos. Nesse particular, a discussão centra-se em alguns traços fundamentais das "raízes do Brasil", enfatizando a questão da degradação do trabalho.

O capítulo seguinte persegue essa questão no século XIX, tendo por referência a economia cafeeira. Discuto a evolução do estoque de cativos, apontando que a alta lucratividade do café tornou possível aos fazendeiros comprar escravos de outras partes do país, quando, após 1850, terminou o tráfico negreiro e os preços dos escravos subiram vertiginosamente. O ponto central reside no aparente paradoxo segundo o qual foram as regiões cafeeiras de maior dinamismo que mais insistiram na utilização do trabalho escravo. Ainda em épocas tardias do século XIX, os livres e libertos eram considerados imprestáveis para trabalhar nas plantações, pois a pecha da indolência e vadiagem continuava a desabar sobre eles.

O capítulo 3 analisa os primeiros intentos de utilizar mão-de-obra livre, detalhando a clássica e fracassada experiência implementada pelo senador Vergueiro, próspero cafeicultor paulista que, por volta de 1850, importou colonos estrangeiros para trabalhar nas suas terras. Também focaliza um conjunto de precondições necessárias para a universalização do trabalho livre, principalmente a questão do acesso

à terra, ao mesmo tempo em que aponta os processos que levaram à Abolição da escravatura.

O capítulo 4 aborda a montagem da grande imigração internacional, vasto empreendimento subsidiado pelo Estado e capitaneado pelos potentados do café nas vésperas da Abolição, a fim de criar volumosa e barata oferta da mão-de-obra. Constantemente renovada pelos sucessivos fluxos do exterior, essa abundância de braços foi fator de magna importância também para a acumulação industrial: grandes levas de estrangeiros vieram para as cidades, produzindo vasto exército industrial de reserva, que serviu para rebaixar os salários e desorganizar a resistência da classe operária nos momentos de conflito.

As considerações finais deste ensaio retomam a questão da "vadiagem" dos nacionais, ponto por sinal básico na formação do mercado de trabalho em São Paulo. Durante a Primeira Grande Guerra, quando cai drasticamente a entrada de imigrantes e quando, com o recrudescimento dos conflitos sociais, especialmente durante a greve geral de 1917, os estrangeiros passam a ser associados ao assim chamado "vírus anarquista" — alienígenas injetados do exterior —, os grupos dominantes desenvolvem um esforço para revalorizar a desacreditada mão-de-obra nacional.

Terminando esta introdução, quero esclarecer que este ensaio é parte de um projeto maior que diz respeito aos conflitos e à condição urbana de existência em São Paulo, em síntese, às lutas pela ampliação da cidadania. Mas isso não poderia ter sido feito sem antes mergulhar nas heranças que marcaram a sociedade brasileira desde suas origens coloniais. Elas estiveram fortemente presentes no percurso do século XIX, quando se forjou o mercado de mão-de-obra livre no Brasil, num contexto de intensa degradação do trabalho, acumulado através de quatro séculos de rigores e horrores inerentes ao cativeiro.

Na sua versão original, este ensaio foi escrito entre 1975 e 1976, quando permaneci como *visiting fellow* no Institute of Development Studies da Universidade de Sussex,

na Inglaterra. Quero expressar meus agradecimentos ao referido Instituto e também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que, na época, concedeu-me uma bolsa. Outra versão deste ensaio foi elaborada nos anos finais da década de 70 e inícios de 80. Naquele momento, contei com o apoio do Social Science Research Council, o que possibilitou ampliar a pesquisa iniciada anos antes.

A versão final deste ensaio foi realizada em meados dos anos 80, quando era pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), cujo clima intelectual e suporte material foram de grande importância para o término deste trabalho. Ele também se enriqueceu com as discussões que mantive com vários colegas do Departamento de Ciências Sociais, bem como dos cursos de pós-graduação que, durante alguns anos, desenvolvi sobre o tema. Agradecimentos especiais a Paulo Krischke e Fernando Novais, que leram os originais, e a Anna de Freitas, que, além de outras coisas fundamentais, ajudou na revisão final deste trabalho.

1

CONSEQÜÊNCIAS HISTÓRICAS DA ESCRAVIDÃO

> Produzir para o mercado europeu nos quadros do comércio colonial tendentes a promover a acumulação primitiva de capital nas economias européias exigia formas compulsórias de trabalho, pois, do contrário, ou não se produziria para o mercado europeu (os colonos povoadores desenvolveriam uma economia voltada para o próprio consumo) ou se se imaginasse uma produção exportadora organizada por empresários que assalariassem trabalho, os custos da produção seriam tais que impediriam a exploração colonial e, pois, a função de colonização no desenvolvimento do capitalismo europeu (os salários dos produtores diretos tinham de ser de tal nível que compensassem a alternativa deles se tornarem produtores autônomos de sua subsistência evadindo-se do salariato). [Novais, 1979: 102-103]

Para compreender a constituição do mercado de mão-de-obra livre no Brasil, é necessário retroceder no tempo e focalizar alguns parâmetros sócio-econômicos e políticos próprios à ordem escravocrata. O ponto de partida histórico é, por conseguinte, o sistema colonial. Não se trata de analisá-lo em detalhes, mesmo porque sua variação foi enorme. Interessam suas características básicas e "herança", isto é, as raízes que continuaram profundas no decorrer do século XIX cafeeiro e que muito repercutiram no processo de formação do capitalismo e das classes sociais no Brasil.

Em grande pincelada, convém, inicialmente, ressaltar que o sistema colonial criado pelo capitalismo mercantil constituiu uma das alavancas de fundamental importância para a acumulação da burguesia metropolitana. De fato, as colônias americanas, enquanto expressão ultramarina do mercantilismo, devem ser entendidas como formas de acumulação primitiva, cujos excedentes estavam inteiramente voltados para a expansão do capital realizada em alguns países europeus.[1] Com exceção das "colônias de povoamento" da Nova Inglaterra, cuja ocupação estruturou-se para uma produção voltada para o autoconsumo, os demais núcleos foram arquitetados pelo capital metropolitano de modo a organizar uma produção em larga escala de artigos tropicais: são as "colônias de exploração" que, no caso brasileiro, aparecem de forma exemplar.

Efetivamente, desde cedo, com a introdução da cultura do açúcar no século XVI, criou-se um sistema produtivo que não se configurava como mera atividade extrativa e temporária. Ao contrário, tratava-se de exploração permanente, que necessitava de grande contingente de mão-de-obra e supunha a concentração de recursos produtivos.

O "sentido da colonização" — na clássica caracterização de Caio Prado Jr. — era realizar um excedente, lucro em última instância, que, protegido pelo monopólio inerente ao Pacto Colonial, se transformasse em fundo de acumulação para alimentar a expansão capitalista dos centros metropolitanos:

> Não bastava produzir os produtos com procura crescente nos mercados europeus, era indispensável produzi-los de modo que a sua comercialização promovesse estímulos à originária acumulação burguesa nas economias européias. Não se tratava apenas de produzir para o comércio — o comércio colonial; é, mais uma vez, o sentido último (aceleração da acumulação primitiva de capital) que comanda todo o processo de colonização. [Novais, 1979:97]

Tal forma colonial de exploração pressupunha um conjunto interligado de processos que tiveram amplos reflexos na formação social brasileira. O primeiro deles, e, sem sombra de dúvida, o núcleo da dinâmica que se instaurava, foi a introdução do trabalho cativo. Trabalho cativo, porque não se mostrava possível forjar um contingente que vendesse sua força de trabalho a preços compensadores ao empreendimento colonial, pois os homens livres tinham acesso a uma gleba de terra para prover, mesmo de forma marginal, sua própria subsistência.

O assalariamento em massa mostrar-se-ia inviável, não porque inexistisse uma população expropriada. A rigor, a expropriação já era uma condição prévia do sistema colonial, pois, ao mesmo tempo em que se repartiu a terra por meio de concessões de grandes glebas (capitanias e depois as sesmarias) e se controlou o comércio pelo exclusivo colonial, impediu-se qualquer forma de produção que não se encaixasse no processo de acumulação primitiva voltado para a dinamização dos centros metropolitanos.[2] Assim, mesmo em épocas posteriores, quando o número de livres e libertos já era bastante superior ao de escravos, o assalariamento mostrou-se inviável, porque esse contingente de indivíduos pobres poderia usar sua liberdade para reproduzir-se autonomamente, em vez de se transformar em mercadoria para a empresa colonial.

Trabalho compulsório também porque, devido às estreitas margens de lucro, era imperioso para a empresa colonial subjugar, de forma permanente e disciplinada, grande quantidade de trabalhadores. Ela deveria levar adiante um processo cuja viabilização econômica dependia de uma produção em larga escala, voltada para o já partilhado e competitivo mercado mundial. Dessa forma, tornava-se inviável a submissão da mão-de-obra livre, pois, para afastá-la da economia de subsistência, seria necessário atribuir-lhe vantagens materiais incompatíveis com a dinâmica inerente ao

empreendimento colonial, que só poderia estruturar-se na superexploração do trabalho.

Assim o trabalho escravo, por meio de jornadas extremamente longas e do rebaixamento também extremado dos níveis mínimos de subsistência, mostrar-se-ia mais vantajoso do que tentar uma submissão em massa da população livre, cuja viabilidade num contexto de disponibilidade de terras era praticamente irrealizável.

Mas o sistema colonial não criaria apenas a escravidão. Criaria, isto sim, a escravidão africana. De fato, o tráfico negreiro, ao transformar a captura em empreendimento altamente lucrativo, tornou-se poderoso fator de acumulação primitiva, gerando, ao mesmo tempo, vultosos excedentes por intermédio da comercialização do escravo e viabilizando, sem maiores problemas, a reprodução do estoque de cativos na Colônia. Não é, portanto, na

> índole do indígena brasileiro ou na sua relativa rarefação que se deve buscar a "preferência" pelo africano [...]. Enquanto o apresamento dos indígenas era um negócio interno da Colônia [...] a acumulação gerada no comércio de africanos [...] fluía para a metrópole [...]. Este talvez seja o segredo da melhor "adaptação" do negro à lavoura escravista. Paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário. [Novais, 1979:105]

Enquanto nos centros metropolitanos opera-se vasto e longo processo de acumulação primitiva que se exprime, principalmente, na expropriação que retira a terra dos camponeses e os instrumentos de trabalho dos artesãos, transformando o trabalho em força de trabalho, na Colônia é o escravo que passa a impulsionar o processo produtivo. São processos só aparentemente paradoxais, que nas suas expressões inversas revelam o movimento contraditório da expansão do capital mercantil. Assim, o escravismo nas Américas — do qual o Brasil constitui caso exemplar — é expressão colonial do capitalismo europeu em expansão:

como modalidade de exploração do trabalho engrenada plena e unicamente ao processo de acumulação primitiva, o trabalho cativo torna-se elemento de fundamental importância na trajetória que leva ao avanço do capitalismo europeu. Dessa forma, enquanto peça fundamental da economia mercantil, o escravismo colonial não pode deixar de ser analisado como parte integrante e dinamizadora do capitalismo europeu em expansão. Contudo, não pode ser descartado o fato de que a formação social gerada na Colônia estruturava-se no escravismo e era comandada por senhores. Isso, pelo menos, significava que semelhante sistema de domínio e de exploração do trabalho, a partir de certo patamar do processo de acumulação, representou um entrave para o pleno desenvolvimento de formas capitalistas de produção. No caso brasileiro, tal especificidade torna-se ainda mais evidente quando se tem em mente que o trabalho compulsório esteve presente de maneira dominante na economia cafeeira — então o fulcro do processo de acumulação — até épocas bem tardias do século XIX, quando já se abolira de longa data o Pacto Colonial e as sociedades centrais, principalmente a Inglaterra, já se encontravam em plena fase de maquinofatura.

Mas é incorreto classificar um modo de produção a partir de um conjunto de atributos formais, cuja presença — ou não — facultaria definir determinada formação social como (plenamente) capitalista. Em outros termos, não se trata, simplesmente, de um "ser" ou de um "não ser", pois semelhante abordagem, na melhor das hipóteses, levaria a dúvidas ontológicas de estilo hamletiano. O cerne da questão reside em analisar os movimentos contraditórios que levam à expansão do capitalismo em certas áreas do globo e em outras o entravam. Assim, se as relações de trabalho criadas pelo capitalismo mercantil não apresentavam, na sua feição escravista e senhorial, as modalidades de produzir capitalistas, ao mesmo tempo elas constituem poderosa alavanca na aceleração da economia metropolitana.[3]

De toda forma, a evolução do capitalismo no Brasil foi profundamente afetada pelas modalidades produtivas que estiveram presentes na Colônia e pelas articulações que a ligavam aos centros europeus. Por ora, cumpre ressaltar que a forma de estruturação do sistema colonial só poderia levar à enorme estreiteza e rigidez do sistema produtivo. Mesmo nos momentos em que foi ponderável o volume de excedente gerado pela Colônia — por ter sido montada como mola propulsora para ativar a acumulação metropolitana —, não se originariam fundos que transbordassem os estreitos circuitos produtivos alicerçados para abastecer, via o exclusivo colonial, os mercados internacionais. Isso porque, por definição, o sistema colonial impedia o surgimento de circuitos econômicos internos, na medida em que eles entravam em conflito com os interesses da burguesia mercantil metropolitana. Não se trata, dessa perspectiva, de diversificar a economia, mas de fortalecer a produção de artigos tropicais que impulsionassem a acumulação metropolitana.

Inicialmente, é o açúcar que desponta como produto de grande potencial, sendo cultivado a partir de 1540. Já no século XVIII, surge a exploração aurífera. Apesar de outras, essas foram as atividades principais do período colonial e seu significado nada teve de marginal. Tanto é assim que, em torno de 1650, a exportação anual de açúcar superava a cifra de 3 milhões de libras, montante superior ao total das exportações inglesas da época. Por outro lado, estimou-se que o ouro brasileiro, exportado durante os cinqüenta anos do seu apogeu durante o século XVIII, totalizou cerca da metade da produção mundial dos últimos trezentos anos (Simonsen, 1977).[4]

Contudo, tais excedentes tiveram relevância diminuta para o desenvolvimento das forças produtivas situadas na Colônia, pois, em grande parte, eles não eram internamente apropriados nem geravam efeitos significativos no restante do sistema produtivo. Mesmo a criação de gado, outra atividade tradicional desde os tempos coloniais, não conseguiu

adquirir maior dinamismo. Articuladas e dependentes da grande unidade exportadora, o açúcar, e posteriormente à extração aurífera, formaram-se as economias de subsistência. Produzindo com técnicas rudimentares e incipiente divisão do trabalho, tendiam a apresentar baixos níveis de produtividade, seguindo os fluxos e refluxos da produção mercantil.

Mas é preciso repetir que o bloqueio fundamental residia no próprio caráter do sistema colonial, que concentrava recursos em grandes unidades produtivas e se estruturava inteiramente para ativar a acumulação nas metrópoles. A complementação de tal circuito produtivo é o envio pela Metrópole das mercadorias que a Colônia não produzia ou estava impedida de fazê-lo. A lógica do empreendimento colonial — fundamentada no monopólio conferido pela Coroa a seus súditos — fazia com que a Metrópole se apropriasse de grande parte dos excedentes, ao mesmo tempo que os fundos que permaneciam no âmbito dos circuitos internos eram aplicados em atividades centradas na economia exportadora.

Tal situação, por si só, obstaculizava o alastramento do sistema produtivo. Ademais, a crise crônica que, desde o século XVII, marcou o setor agroexportador só poderia tornar-se fator adicional de retrocesso econômico. Exemplo expressivo disso é a produção de açúcar, que, a partir de 1650, começou a sofrer a concorrência mais vigorosa do sistema antilhano. A partir de então, a economia seria marcada por sucessivas crises, com efeitos negativos tanto na agricultura de alimentos como na criação bovina.

À parte o ouro, cujo ciclo dura pouco mais de cinqüenta anos, os demais produtos tiveram de enfrentar fortes concorrentes. Num quadro de constante baixa nos preços internacionais, a produção antilhana, integrada a complexos econômicos mais vigorosos e dinâmicos, contando com preferências tarifárias, representou sério empecilho à rentabilidade do açúcar brasileiro. Tal é também o caso do algodão, que, a partir do século XVIII, em razão da Revolução Industrial, desponta como artigo promissor, mas, em face da vita-

lidade e demais vantagens relativas da produção norte-americana, não consegue posição estável no mercado internacional.

É certo que os produtos de exportação — o açúcar e o algodão — beneficiaram-se de conjunturas internacionais favoráveis: por exemplo, a crise do açúcar antilhano, a desorganização da produção das colônias espanholas no período de luta pela independência, os obstáculos comerciais advindos das guerras napoleônicas ou do surgimento de uma nova demanda internacional, como a do algodão, para só citar eventos que ocorreram no final do século XVIII e início do XIX. Nessas ocasiões, o setor exportador reativa-se, dando novo alento à economia. Trata-se porém de situações transitórias, fruto de conjunturas favoráveis, e não de um revigoramento estrutural da economia. Assim, quando o quadro internacional se reorganiza, "normalizando" os fluxos produtivos das potências hegemônicas, o setor exportador tende a retroceder e com ele o conjunto de atividades que leva a reboque. Intimamente ligada às vicissitudes do mercado internacional, a economia brasileira, após os rápidos surtos de expansão, retornava à secular situação de atrofia:

> Entretanto, essa prosperidade das últimas décadas do século XVII e primórdios do XIX era precária, fundando-se nas condições de anormalidade que prevaleciam no mercado mundial de produtos tropicais. Superada essa etapa, o Brasil encontraria sérias dificuldades, nos primeiros decênios de vida como nação politicamente independente, para defender sua posição nos mercados dos produtos que tradicionalmente exportava. [Furtado, 1959:113]

Após três séculos de existência, o sistema colonial não adquiriu dinamismo estável e crescente, bem como, ao impedir ramificações internas capazes de criar circuitos que levassem a formas alternativas de exploração econômica, deixou de originar núcleos duradouros e autônomos de acumulação. A concentração de recursos para a produção de artigos tropicais, apoiada no trabalho escravo, deixaria atrofiadas as atividades que não se operassem em estreita conexão com a dinâmica desse instável e excludente setor exportador. No correr dos séculos, forjou-se, assim, uma sociedade de características estamentais, que se antepunha ao surgimento de modalidades produtivas outras do que as centradas na produção de artigos tropicais, e que só poderia levar à desclassificação de todos aqueles que não encontrassem lugar na rígida e dicotomizada ordem escravocrata. De um lado, havia a massa de escravos que levava adiante o processo produtivo. De outro, os senhores proprietários de grandes extensões de terra. Conjuntamente com a burocracia civil e militar metropolitana instalada na Colônia, formavam o estreito círculo que impunha as formas de domínio político e de extração de excedente.

No final do século XVIII, a população residente no Brasil atingia quase 3 milhões de habitantes, dos quais quase a metade era formada por livres e libertos: indivíduos de várias origens sociais, cujo traço comum residia na sua desclassificação em relação às necessidades da grande propriedade agroexportadora.[5] Desclassificados porque a ordem escravocrata, concentrando e monopolizando os recursos econômicos, impediu o surgimento de alternativas que fixassem produtivamente essa crescente massa de desenraizados:

> Entre estas duas categorias (senhores e escravos) nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização, comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma. [Prado Jr., 1957:279-80]

Tal era a situação dos negros libertos, brancos e índios, bem como dos grupos produzidos pela miscigenação dessas três raças, mulatos, cafuzos e mamelucos. Boa parte vivia de rudimentar atividade de subsistência, não tendo, praticamente, nenhum contato com a produção agroexportadora.

Outro segmento da população livre era composto de agregados ou moradores que, dentro das fazendas, desempenhavam serviços intermitentes combinados a uma prática de subsistência. Inteiramente dependente da grande propriedade, pois lá o acesso a uma gleba de terra decorria do arbítrio senhorial, sua sobrevivência era marcada por intensa instabilidade.

Além desses, havia mendigos, vagabundos, indivíduos que viviam da mão para a boca, sem local fixo de moradia, que, como os anteriores, não encontravam forma de inserção estável na rígida e excludente divisão de trabalho da ordem senhorial-escravocrata. Como os demais, eram indivíduos de vários matizes e origens sociais, que se enquadravam na ampla gama dos desclassificados: majoritários segmentos da população livre e liberta, conhecidos sob a designação de "vadios" (Prado Jr., 1957:279ss.)

Montado o regime de trabalho escravo, este só poderia gerar a exclusão daqueles que, sendo livres, não conseguiam ser senhores. Desde os tempos coloniais, o sistema agroexportador alicerçado na mão-de-obra cativa obstaculizou uma produção voltada para o mercado interno. Dessa forma, para crescente contingente, só restaria o trabalho ocasional, a atividade de subsistência ou o perambular pelos campos e cidades sem destino certo:

> [...] formou-se um conjunto de homens livres e expropriados que não conhecem os rigores do trabalho forçado e não se proletarizam. Formou-se, antes, uma "ralé" que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais da sociedade. A agricultura baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser. [Carvalho Franco, 1969:12]

Mesmo com o fim do Pacto Colonial, a proclamação da Independência e a introdução do café, mercadoria de enorme potencialidade quanto à criação de excedente, a sociedade brasileira do século XIX iria reproduzir o trabalho

escravo como forma essencial de levar adiante o processo produtivo. Formou-se, aos poucos, um sistema econômico mais diversificado e dinâmico que, ao contrário do período anterior, internalizava crescentes parcelas de excedente, mas que continuaria estruturado no binômio senhorial-escravocrata. Nesse quadro, a massa de livres e libertos continuaria à margem dos processos produtivos essenciais à sociedade:

> Juridicamente, a nação estava livre. Novas perspectivas se abriam, mas as estruturas tradicionais persistiam inalteradas. Herdara-se uma economia: o latifúndio exportador e escravista e uma tradição cultural: a mentalidade senhorial. O desenvolvimento da cultura cafeeira veio reforçar esse quadro e tornar mais remotas, nesta primeira fase, as possibilidades de uma evolução para o trabalho livre. Por toda a parte encontrava-se o escravo. [...] No campo e na cidade ele era o principal instrumento de trabalho. [Viotti da Costa, 1976:137]

Tanto nas regiões antigas de exploração do café, o Vale do Paraíba fluminense e paulista, como nas novas plantações situadas na região Oeste de São Paulo, os livres tiveram, até o advento da grande imigração internacional, coincidente no tempo com a abolição da escravidão, uma participação acessória e ocasional no processo produtivo.[6]

Havia algumas aberturas para a população livre, como as de tropeiro, carreiro ou vendeiro. Quando diretamente vinculados à propriedade escravocrata, alguns poucos exerciam as atividades de vigilância e captura ou algumas funções mais especializadas no processo de organização da produção. Quando se situavam na esfera de domínio da fazenda, permaneciam em total dependência, e, tão logo os interesses dos senhores o exigissem, agregados ou camaradas, posseiros ou sitiantes eram expulsos ou expropriados dos locais onde marginalmente desenvolviam uma cultura de subsistência.[7]

Em suma, a população livre era extremamente móvel, deslocando-se constantemente e prestando serviços ocasionais à grande propriedade. Enquanto a produção permanecesse centrada no escravo, este vasto e crescente contingente de pobres continuaria alijado do sistema produtivo e — como será analisado nos capítulos seguintes — encarado pelos grandes potentados como vadios e, portanto, imprestáveis para o trabalho disciplinado e regular.

É preciso enfatizar que a violência constituía a tônica dominante nas fazendas. A própria forma de extração do excedente, o trabalho cativo, gerava um sistema autofágico que devorava seus trabalhadores.[8] Mas ela não se exprimia apenas nesse ponto estrutural básico da reprodução da economia e da sociedade. Do ângulo que interessa aqui discutir, vale dizer que a violência era também constante no quotidiano da população livre.[9] Destituído de sentido econômico e social, o homem livre praticava a violência como forma de virtude. A bravura, ousadia ou destemor, a violência, enfim, respondia a um código de moralidade que reafirmava os despojados e destituídos enquanto seres que podiam fruir de uma liberdade que não tinha razão de ser: a honra não se transformava em rebeldia, nem a violência se metamorfoseava em revolta. Era, antes, uma violência — ela também, como a liberdade — destituída de razão de ser, expressão de uma forma de orgulho praticada por aqueles que se percebiam como iguais. Mas a igualdade significava submissão ao domínio senhorial e, ela também, como a liberdade e a violência, era desprovida de sentido, pois não servia para a construção de um destino distinto da ordem senhorial-escravocrata.

Nela, isto sim, a violência ganhava plena significação, pois era elemento necessário para a manutenção e expansão da grande propriedade.[10] Residual do ponto de vista produtivo, destituído de significação social num sistema cujo sentido era dado pela economia escravocrata, os senhores utilizaram o homem livre para serviços de defesa, coação ou morte, enfim, para toda espécie de violência, necessária para reproduzir uma forma de dominação cujo arbítrio podia se manifestar de maneira desenfreada. Esse poderio sem limites e a violência nele implícita, cuja sustentação material realizava-se na exploração do trabalho escravo, só poderiam marginalizar ainda mais o homem livre: peça importante na sustentação de um sistema que supunha sua exclusão para as tarefas produtivas, esse crescente volume de indivíduos, no percorrer dos séculos, foi reproduzido como uma massa imprestável para o trabalho, tida e havida pelos potentados como indolente e vadia.

Convém mencionar que o fenômeno da "vadiagem" não foi peculiar aos países de passado colonial, nem específico à sociedade brasileira, sendo também constante nos países europeus durante os séculos XV e XVI.[11] Lá a expropriação camponesa originou vasta massa de desenraizados, enquanto aqui a escravidão, outro ângulo do processo idílico de acumulação primitiva, produziu os livres e marginais. Nesse particular, não é desprezível o fato de que o Brasil tenha sido o último país das Américas a abolir a escravidão e que, nas vésperas da promulgação da Lei Áurea, seria caracterizado como "um país sem povo" (Couty, 1881:87).[12] País sem povo, porque entre senhores e escravos perdurava enorme massa de pessoas destituídas de propriedade e de instrumentos produtivos, desempenhando tarefas acessórias e ocasionais, sobrevivendo em pequenas glebas de terra ou vagando pelos campos e cidades sem função econômica estável e precisa.

No decorrer do século XIX, eventos internos e internacionais dariam novo vigor ao processo de acumulação. De um lado, o café traria novos estímulos à economia, pois, à diferença dos tradicionais produtores de exportação, contaria, por longos períodos, com uma situação favorável no mercado internacional. De outro, o desenvolvimento do capitalismo industrial, operado principalmente na Inglaterra, mostrar-se-ia incompatível com a manutenção do monopólio implícito ao sistema colonial. Foi nesse quadro, propul-

sionado pelo café após 1830, que a acumulação prosseguiu e, portanto, o próprio avanço do capitalismo no Brasil. Contudo, o peso de seu legado colonial faria com que a produção cafeeira persistisse na utilização do trabalho escravo, repondo um conjunto de condições econômicas e sociais que continuaria a excluir a mão-de-obra livre dos processos produtivos essenciais à sociedade. Semelhante espectro de situações estaria presente até épocas bem tardias do século XIX e teria conseqüências marcantes na constituição do mercado de trabalho livre no Brasil.

NOTAS

1. Nesse particular, as obras de Caio Prado Jr. constituem um marco básico. A importância do sistema colonial para a expansão do capitalismo metropolitano é analisada, entre outros, por Genovese (1969). Veja também o clássico estudo de Williams (1975).

2. "Ao processo de apropriação de todos os meios de produção, inclusive, e principalmente, o solo, com exclusão dos não-capitalistas, denominados *expropriação prévia,* pois, embora parte integrante do processo geral de acumulação primitiva, a forma de expropriação colonial antes a pressupunha do que efetivamente a continha. Enquanto a acumulação primitiva era o resultado de longa evolução histórica e de desagregação do modo feudal de produção, a expropriação colonial, resultado daquela foi algo assim como uma inversão da evolução histórica, pois pôde usar dos métodos violentos próprios da acumulação originária, mesmo sem amparos legais de que se serviu, na Europa, o Estado" (Figueira & Mendes, 1977:19).

3. "Enfim [os produtores coloniais] eram, de modo específico, uma classe definida no modo colonial de produção capitalista que continha alguns atributos derivados do caráter capitalista-mercantil da organização econômica em que se inseriam e outros derivados do caráter escravista ou 'encomendero' das relações sociais de produção sobre que se baseava a empresa colonial. Demônios bifrontes se se quiser, duplamente contraditórios, excrescências necessárias para o avanço, no centro do sistema, de acumulação e potenciação das forças produtivas; entraves estruturais para a etapa seguinte do desen-

volvimento gerado pela acumulação que eles próprios em parte propiciaram" (Cardoso, 1975:111).

4. Veja também: White (1955).

5. Estimou-se que, em 1798, a população brasileira tinha 2 998 000 habitantes, dos quais 53% eram escravos, 13% negros e mulatos libertos e 34% brancos (Malheiros, 1866).

6. Para o Vale do Paraíba paulista: Carvalho Franco (1969). Para a região fluminense do Vale, temos o estudo sobre o município de Vassouras: Stein (1957). Para a região oeste de São Paulo, veja: Dean (1977).

7. "Diante da necessidade de expandir seu empreendimento [o grande proprietário] nunca hesitou expulsá-los [agregados e camaradas] de suas terras. Em regra [...] [a expropriação da terra] ocorre sem que os detentores de pequenas parcelas do terreno, donos ou posseiros, pudessem chegar à afirmação de inalienabilidade de seus direitos ou tivessem condições para a defesa deles. Quando donos, em geral não opunham resistência à venda, como é ainda hoje freqüente; se posseiros, simplesmente não podiam fazer frente aos direitos legais e ao ataque armado que os expulsavam. Em qualquer caso, solitário e indefeso, o resultado era seu afastamento para áreas ainda não atingidas pela agricultura comercial" (Carvalho Franco, 1969:103 e 92). Vale insistir quanto à situação do agregado ou morador: "É um despossuído que, com sua família, recebe de favor ínfimo trato de terra a título gratuito mais comumente ou com a obrigação do pagamento de diminuta renda ao proprietário [...] Sua expressão econômica era marginal ou inteiramente nula para os grandes proprietários rurais. [...] Como pequenos cultivadores não-escravistas, localizados por favor na periferia dos latifúndios, os agregados se sustentavam de paupérrima economia natural, que mal permitia a formação de ocasionais excedentes comercializáveis" (Gorender, 1978:293-4). Quanto ao pequeno proprietário: "Esses pequenos cultivadores independentes, cujo número se avolumou nos séculos XVIII e XIX, ocupavam ínfimos tratos de terra em áreas impróprias à plantagem ou precediam seu avanço, sendo depois expulsos dela. [...] Por toda a parte o mesmo quadro: uma produção de subsistência rudimentar, choças sujas, quase sem móveis e utensílios domésticos, seres humanos andrajosos e fisicamente degradados, sujeitos, nos anos de estiagem à fome no sentido mais literal"(*ibidem:* 298-9). Muitos viajantes descreveram situações e processos semelhantes. Veja, entre outros: Tschudi (1953).

8. Vale a pena exemplificar com uma situação do século XIX referente à economia cafeeira: "Os escravos em Rio Claro suportavam diariamente um regime de trabalho incessante e condições de vida aviltantes; em algumas fazendas eram submetidos a crueldades ocasionalmente, noutras, freqüentemente" (Dean, 1977:80). Vale ressaltar que até nas vésperas da abolição "as oportunidades de um escravo morrer eram muito maiores do que as de conseguir alforria" (*ibidem:* 134).

9. As análises sobre o sentido da violência do homem livre aqui desenvolvidas baseiam-se em: Carvalho Franco (1969), principalmente capítulos I e III.

10. "Os homens livres constituíam a clientela do senhor. Eram capangas, cabos eleitorais e, quando se fazia necessário, eleitores. Secundavam o senhor nas suas lutas políticas. Formavam sua milícia particular" (Viotti da Costa, 1976:141).

11. "Os que foram expulsos de suas terras com a dissolução das vassalagens feudais e com a expropriação intermitente e violenta, esse proletariado sem direitos, não podiam ser absorvidos pela manufatura nascente com a mesma rapidez com que se tornavam disponíveis. [...] Muitos se transformaram em mendigos, ladrões, vagabundos, em parte por inclinação, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Daí ter surgido em toda a Europa Ocidental, no fim do século XV e no decurso do XVI, uma legislação sanguinária contra a vadiagem. Os ancestrais da classe trabalhadora atual foram punidos inicialmente por se transformarem em vagabundos e indigentes, transformação que lhes era imposta" (Marx, 1980:851, liv. 1, vol. 2).

12. Veja também: Couty, 1884.

2

A ECONOMIA CAFEEIRA DO SÉCULO XIX: A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO

> Durante este intervalo de quarenta anos (1850 a 1888), as resistências hão de partir não só dos elementos mais abertamente retrógrados, representados pelo escravismo impenitente, mas também das forças que tendem à restauração de um equilíbrio ameaçado. Como esperar transformações profundas de um país onde eram mantidos os fundamentos tradicionais da situação que se pretendia ultrapassar? Enquanto perdurassem intatos e, apesar de tudo, poderosos os padrões econômicos e sociais herdados da era colonial e expressos principalmente na grande lavoura servida pelo braço escravo, as transformações mais ousadas teriam que ser superficiais e artificiais. [Buarque de Holanda, 1976]

Uma vez reorganizado o comércio internacional após 1815, as exportações brasileiras reencontrariam suas tradicionais dificuldades. A esse fato se acrescentaria a nova situação política do país, que, como nação independente, deveria negociar com as grandes potências as condições de sua soberania nacional. É nessa situação de fragilidade econômica e instabilidade política que o café entra no cenário produtivo, deslocando setorial e regionalmente o fulcro da economia e criando as bases materiais que levariam adiante o processo de constituição do capitalismo no Brasil.

O centro dinâmico deixa de ser a estagnada economia açucareira do Nordeste e desloca-se para o Centro-Sul com a introdução do café, inicialmente para o Vale do Paraíba e nas décadas finais do século para a região Oeste da Província de São Paulo. No Vale do Paraíba, começa a expandir-se a partir de 1820, atingindo o apogeu pela metade do século. O predomínio naquela região vai até 1880, quando a produção do Oeste paulista e a exportação efetuada pelo porto de Santos tornam-se hegemônicas.

Como mencionado, à diferença do açúcar, que, secularmente, sofreu deterioração nos preços e forte concorrência internacional, o café contou com uma situação extremamente favorável durante várias décadas do século XIX, quando aumentaram as exportações e a cotação no mercado mundial.[1] De fato, com o avançar do século, o Brasil afirmar-se-ia como grande exportador: de 20% sobre o total da produção mundial, em 1825, passou a 40% em 1850 e a 57% na última década do século (Simonsen, 1973). Para se ter uma idéia do significado do café para a economia brasileira, basta mencionar que, de 18% do valor das exportações efetuadas pelo país entre 1820 e 1830 (contra 30% proveniente do açúcar), sobe para 49% entre 1851 e 1866 (contra 21% do açúcar), atingindo 65% na última década do século, quando o açúcar representa apenas 6% do valor total exportado.[2] Além disso, mais importante do que o aumento da quantidade exportada foi a alta nos preços internacionais, que, não obstante oscilações anuais, constituiu a tendência predominante até o final do século.

Mesmo comparadas ao esplendor dos ciclos açucareiro e aurífero, as exportações de café assumem dimensão significativa. Contudo, a diferença fundamental em relação aos ciclos econômicos anteriores reside em que as transações internacionais não se realizam mais dentro do rígido fluxo implícito ao Pacto Colonial. É claro que a comercialização das exportações e sua realização em escala mundial continuaria sendo efetuada por capitais estrangeiros, principalmente britânicos, que captavam desse processo volumosa quantidade de excedente.[3] Mas isso não invalida o fato de que, com o desenvolvimento da produção cafeeira, internaliza-se parcela do excedente que, à diferença da situação anterior, tende a se ramificar em torno de uma teia de atividades. A mola da acumulação continuaria centrada na grande lavoura voltada para a exportação de artigos tropicais, mas, na medida em que se caminha pelo século XIX, o sistema cafeeiro forjaria um conjunto de efeitos multiplicadores, entre os quais as ferrovias, a indústria de beneficiamento e sacaria, além de propiciar empreendimentos bancários. Malgrado essas transformações, o trabalho compulsório continuaria sendo a modalidade de exploração dominante nas regiões cafeeiras por largos períodos após 1850.

Convém insistir que a persistência da ordem escravocrata trouxe conseqüências sociais e econômicas significativas. Representou limites quanto à possibilidade de expansão e diversificação econômica, já que o trabalho escravo, além de pautar-se por volumosa imobilização e esterilização de recursos e baixa produtividade de trabalho, dificilmente poderia ser utilizado em atividades estruturadas em uma cooperação e divisão de tarefas mais complexas e especializadas. Representou também a reprodução de um espectro de práticas que só poderia levar à degradação das relações do trabalho, fenômeno que em muito iria afetar a então majoritária população livre e liberta. Em 1823, esse contingente já somava 70% dos quase 4 milhões de habitantes existentes no país e, em 1872, para uma população de 9 milhões e 500 mil, contavam-se 1 milhão e 500 mil escravos (Klein, 1972:314). Nas províncias cafeeiras esse contingente também era grande. Efetivamente, no Rio de Janeiro, sua proporção atingia, em 1823, 67% dos 450 mil habitantes existentes na região e 62% dos 775 mil em 1872. Isso também vale para a Província de São Paulo: em 1823, 90% dos 280 mil habitantes eram livres e libertos, proporção que englobava 80% sobre 800 mil que lá viviam em 1872.

O confronto dos números expostos revela ter havido acréscimo significativo dos livres e libertos: no período considerado, aumentam de 179 mil no Rio e de 388 mil em São Paulo. Mas, por outro lado, mostra incremento não desprezível do estoque escravo, que passa, no Rio de Janeiro, de 148 mil para 294 mil, e, em São Paulo, de 28 mil para 160 mil. Tais montantes indicam, inicialmente, a atração que as duas regiões exerceram sobre os livres e libertos, cujo acréscimo não pode ser explicado apenas pela alforria de cativos, mas por movimentos migratórios advindos de outras partes do país, já que, na época, a imigração internacional era pouco volumosa. Indicam, também, que em ambas as regiões houve significativa importação de escravos provenientes, num primeiro momento, do tráfico negreiro, e num segundo, quando este é proibido, em 1850, de outras regiões do Brasil, principalmente do Nordeste.

Tais processos nada tinham de novo. O ciclo do ouro já havia provocado grande concentração populacional, advinda tanto da migração interna e do afluxo de reinóis como da alocação da mão-de-obra escrava. Assim como o ouro tornou-se no século XVIII a atividade econômica mais lucrativa em relação às estagnadas regiões açucareiras, no século seguinte, face ao esgotamento das minas e da crise que continuaria a caracterizar os demais produtos de exportação, o café passa a ser o novo eixo da dinâmica produtiva, e, como conseqüência, o novo centro de atração dos livres e de alocação de escravos:

> No Vale do Paraíba foram empregados escravos das antigas fazendas de açúcar e da mineração de Minas Gerais. Para lá também acorreram numerosas famílias mineiras, cujos antepassados haviam sido ligados à mineração e que agora se deslocavam, com sua escravaria, gado e tropas, para as zonas de cultura cafeeira. [Simonsen, 1973:202]

O sistema produtivo baseado no trabalho escravo nada tinha de imóvel. Ao contrário, o deslocamento setorial e regional da mão-de-obra era facilitado pela própria compulsoriedade do trabalho, propiciando o surgimento de atividades econômicas assim que surgissem alternativas mais lucrativas. Numa situação histórica em que seria impossível tentar a submissão em massa da população livre, a natureza compulsória do trabalho escravo pode não ter sido a mais lucrativa, mas foi a única solução que viabilizava a presença permanente de numeroso contingente de mão-de-obra para levar adiante o processo produtivo. Dessa forma, o transplante do escravo de uma atividade para outra, bem como a renovação de estoque de cativos, tornaram possível para os grandes potentados superar o entrave fundamental do processo de acumulação — a criação de uma força de trabalho que fosse passível de ser expropriada e que não tivesse outra alternativa senão a de se transformar em mercadoria para o capital: enquanto os livres e pobres pudessem pelejar pela própria subsistência, a submissão ao trabalho só poderia ser obtida pela compra de mão-de-obra traduzida na imobilidade do cativeiro.

A introdução e persistência do trabalho escravo na cultura cafeeira resultou da impossibilidade dos grandes fazendeiros em contar com um estoque de indivíduos livres, suficientemente numeroso e permanentemente disponível para ingressar nas fileiras do trabalho disciplinado e regular. É por isso que a transferência e a compra de cativos seguiram a trilha dos investimentos mais lucrativos, nos quais o custo de sua compra e manutenção pudesse ser rapidamente amortizado.[4]

Assim, o sistema produtivo reintroduziu um elemento, o escravo, que, ao mesmo tempo, fornecia as bases materiais de sua expansão e constituía fator que emperrava seu pleno desenvolvimento. Ao repor o trabalho compulsório, a fazenda cafeeira limitaria a maturação das forças produtivas, porque descartava o elemento essencial ao pleno deslanchar do processo de acumulação capitalista: em vez de comprar força de trabalho, continuaria adquirindo trabalhadores.

Contudo, torna-se necessário explicar por que a economia cafeeira continuaria a reproduzir o trabalho compulsório até a véspera da Abolição, em vez de basear o processo de acumulação na exploração de força de trabalho, que, livre de propriedade e de instrumentos produtivos, poderia ser mais lucrativamente transformada em mercadoria para o capital.

É conhecido que o trabalho escravo é menos produtivo do que a mão-de-obra livre. Em regime de trabalho compulsório é inviável basear a produção em maior e mais complexa divisão de trabalho. Além do mais, a própria organização do trabalho compulsório impede formas cooperativas mais desenvolvidas e supõe custos de vigilância bastante onerosos, pois é preciso supervisionar não só o conjunto dos trabalhadores como também vigiar cada escravo individualmente. Por outro lado, o escravo é comprado por inteiro — e não por jornadas de trabalho —, tornando-se parte constitutiva da propriedade, como se fosse uma máquina que, uma vez desgastada com o uso, precisa ser reposta. Significa, portanto, volumosa imobilização e desperdício de recursos. Imobilização porque seu trabalho deve fornecer um excedente capaz de remunerar positivamente o investimento realizado, no qual tem um peso substancial a amortização do preço de sua compra. Desperdício porque, como a base técnica da produção é, por definição, pouco desenvolvida, a exploração só pode ser extensiva. A regra é, por conseguinte, jornadas de trabalho extremamente prolongadas, e, como os gastos de sua subsistência, por mínimos que sejam, fazem parte dos custos produtivos, os meios de vida fornecidos ao cativo tendem a situar-se muito abaixo das necessidades mínimas de sobrevivência: daí o desgaste da capacidade de trabalho e, freqüentemente, a morte prematura.

No caso brasileiro, estimou-se que o tempo médio de trabalho do escravo na cultura cafeeira situava-se em torno de quinze anos e que sua produtividade máxima era atingida entre dezoito e trinta anos.[5] Extensas jornadas de trabalho, freqüentemente em torno de dezesseis horas diárias, o rebaixamento das necessidades de consumo e a própria organização social de vida a que o escravo estava submetido fizeram com que sua reprodução fosse mínima. Tal situação continuou a imperar no século XIX; mesmo após o término do tráfico negreiro, quando é cortado o manancial que supria sua reposição, as características dilapidadoras da exploração do trabalho e as condições gerais de sua manutenção não se alteram substancialmente.[6] O investimento econômico num sistema que devora seus próprios trabalhadores representa enorme perda de recursos. Assim, era constantemente necessário comprar novos escravos a fim de reproduzir as condições materiais que propiciavam a continuidade do processo produtivo. Com a alta no preço dos escravos, o empreendimento só poderia manter as mesmas margens de lucro aumentando o grau de exploração do trabalho.[7]

Como será detalhado a seguir, um conjunto de fatores tornou possível para a economia cafeeira continuar realizando altas taxas de lucro, malgrado os crescentes custos para repor o estoque de cativos. O aumento nos preços internacionais, o advento das ferrovias e das máquinas de beneficiamento e o acesso a terras virgens, mais produtivas, criaram condições para, pelo menos inicialmente, reforçar a ordem escravocrata. Não obstante essas novas condições aumentarem as margens de lucro, permanece ainda a questão referente à não-utilização do trabalho assalariado, pois, independentemente de todos estes fatores, o escravo, no final das contas, representava crescente entrave para a dinamização do processo produtivo. Retorno à questão já antes formulada e apenas em parte respondida. Em outras palavras, apesar de o empreendimento continuar lucrativo, por que não houve alteração nas relações de trabalho, se ela teria permitido ao fazendeiro livrar-se de ônus que impedia maior maximização dos excedentes?

Para responder a essa questão, é preciso recordar que a cultura cafeeira confrontava-se, em pleno século XIX, com a contradição herdada desde os tempos coloniais: para aban-

donar a subsistência autônoma e ingressar no trabalho disciplinado e regular das grandes plantações, seria necessário oferecer aos livres vantagens materiais para que trocassem a alternativa de vida marginal e errante, mas livre, pelo trabalho organizado.[8] Esses imperativos de ordem econômica, no entanto, explicam apenas em parte a persistência na utilização do trabalho escravo. Outro fator de crucial importância é que a ordem escravocrata contaminou as relações de trabalho desde os primórdios da colonização, produzindo uma situação histórica que atravessou os séculos. De fato, os livres e pobres eram encarados pelos senhores como um segmento que poderia ser tratado de forma assemelhada àquela que caracterizava a condição cativa de existência. A maneira como os senhores tratavam o cativo, passível de ser superexplorado até os limites de sua sobrevivência, influenciava tanto a percepção que os livres tinham acerca do trabalho disciplinado e regular como a percepção que os proprietários faziam da utilização da mão-de-obra livre. Esta, enquanto o referencial fosse marcado pelo trabalho compulsório, enquanto perdurasse a possibilidade de produzir sua própria subsistência, não teria razões de submeter-se aos rigores de uma organização produtiva alicerçada no cativeiro.

Em última análise, a questão não pode ser reduzida à necessidade de persuadir os livres e libertos a entrar nas fileiras do trabalho organizado por meio de retribuições puramente materiais. Questões mais amplas e profundas também estavam em jogo. O ponto central era que as relações de produção baseadas no trabalho livre só poderiam ter se desenvolvido se ocorressem transformações no modo senhorial-escravista de dominação, cujas raízes culturais e políticas caracterizavam-se pela intolerância, em face da própria condição de liberdade de todos aqueles que não eram escravos nem senhores. Mesmo livres, eles deviam lealdade e obediência aos potentados, e os parâmetros de subalternidade que norteavam essas relações estavam ancorados no espectro do cativeiro.

É quanto ao trabalho que o sistema de produção colonial deixou as marcas mais profundas. No mundo colonial: [...] a superposição da escravidão ao regime estamental acarretou uma degradação extrema do "trabalho mecânico" [...]: a noção de trabalho se aplicava às tarefas "mecânicas", ao labor a mando e para gáudio de outrem e pressupunha, de uma forma ou de outra, a perda de dignidade social e de liberdade. [...] A persistência da escravidão, seja no meio rural, seja no meio urbano, fez com que todo esse complexo colonial do trabalho se perpetuasse em bloco ao longo do século XIX, dificultando a formação, a diferenciação e a expansão de um autêntico mercado de trabalho (ao lado do mercado de escravos) e facilitado a ultra-exploração do liberto e do "homem livre" ou "semilivre" que vivessem de sua força de trabalho. [Fernandes, 1975:190-1][9]

Insisto nesse argumento que transcende as determinações de caráter exclusivamente econômico: os livres, na medida em que o cativeiro fosse o referencial do processo produtivo, só poderiam conceber o trabalhador organizado como a forma mais degradada de existência. A seu turno, como o parâmetro que os senhores tinham do trabalho era pautado na escravidão, do qual os livres procuravam de todas as maneiras escapar, cristalizar-se-ia a percepção de que eram os menos desejáveis: eram vistos como verdadeiros "vadios", imprestáveis para o trabalho.

Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela "escola do trabalho", sendo freqüentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho. O importante nesse processo de rejeição causado pela ordem escravocrata é que qualquer trabalho manual passa a ser considerado como coisa de escravo e, portanto, aviltante e repugnante. Não poderia ser diferente numa ordem em que o elemento vivo que levava adiante as tarefas produtivas era tratado como coisa, desprovido de vontade, que não tinha escolha

de onde morar ou quando e quanto deveria trabalhar, e que, brutalizado por toda sorte de violências, o mais das vezes morria em cativeiro.

Esse conjunto interligado de processos só poderia servir de reforço à ordem escravocrata. Antes do advento da grande imigração internacional, quando o cativeiro encontrava-se nos seus estertores, o assim chamado elemento nacional só foi usado acessoriamente na cultura cafeeira e para tarefas bastante precisas, o mais das vezes perigosas, como o desmatamento, nas quais era arriscada a utilização do escravo. Por outro lado, convém recordar que, até antes de 1850, o tráfico africano sempre foi um poderoso empreendimento, pois não só forjava as condições materiais da reprodução econômica por meio da reposição da mão-de-obra necessária para acionar as engrenagens produtivas como também se tornara atividade que gerava enorme fatia de excedente: era, de fato, peça central na captação de lucros do comércio internacional até meados do século XIX e, por conseguinte, na preservação do trabalho cativo (Bethell, 1976).

Tais interesses resistiram por várias décadas às crescentes pressões externas, presentes já em 1810, quando era negociado o tratado entre a Inglaterra e a recém-chegada corte portuguesa. De fato, não obstante a abolição do tráfico formal ter ocorrido em 1826 e, cinco anos após, serem declarados livres os negros que aportassem em terras brasileiras, a importação de africanos só terminaria efetivamente em 1850.

Devido ao caráter ilegal que oficialmente o tráfico assumiu nos últimos 25 anos de sua existência, é difícil precisar o número de escravos que chegaram ao Brasil. Alguns autores apontam que, entre 1801 e 1851, entraram 1 milhão e 350 mil africanos. [10] O tráfico continuou intenso durante o século XIX, inclusive no decênio anterior à sua extinção, quando teriam chegado cerca de 322 mil escravos (Goulart, 1975:270).[11] No caso da cultura cafeeira, estimou-se que, entre 1821 e 1851, tenham sido utilizados 372 mil escravos, dos quais 250 mil vieram pelo tráfico negreiro.[12] Nos anos subseqüentes a

1850, é irrisória a quantidade de cativos trazidos da África, extinguindo-se definitivamente o fluxo por volta de 1853.

Cortada a fonte de reposição externa e tendo em conta as condições dilapidadoras de trabalho imperantes no Brasil, a escravidão estava naturalmente condenada. Contudo, por volta de 1850, ainda havia cerca de 2 milhões de escravos, e, não obstante seu decréscimo, o trabalho compulsório continuaria, ainda por várias décadas, a ser o sustentáculo da economia cafeeira.[13] Isso porque, uma vez extinta a importação de africanos, a reposição da mão-de-obra cativa é encaminhada pela lavoura cafeeira por intermédio da compra de escravos adquiridos, principalmente no Nordeste. O término do tráfico levou à ascensão acentuada do preço do escravo, incentivada, ainda mais, pela crescente demanda de braços necessários à expansão da produção cafeeira. Tendo em conta sua alta lucratividade, as demais atividades econômicas existentes no país não podiam concorrer com os preços que a lavoura cafeeira pagava pelos escravos. No Nordeste e também, de certa forma, no extremo sul do Brasil, as dificuldades por que passavam as economias locais levavam os proprietários a se desfazer de parte de seus estoques:

> Obrigados a contar unicamente com escravos existentes no território nacional, os escravistas das várias regiões teriam de disputar a mão-de-obra disponível. A conseqüência inevitável não foi senão o fluxo de escravos das regiões menos prósperas ou decadentes em direção à região mais próspera, ou seja, a região cafeeira. A lei de população escrava impôs o reajuste interno do sistema escravista brasileiro, de tal maneira que as regiões de economia decadente passaram a fornecer escravos à região de economia florescente. [Gorender, 1978:325]

É, portanto, no centro mais dinâmico da economia, o café, e não nas regiões estagnadas, que persiste a utilização do trabalho escravo. Não é desprezível o fato de que, em 35 anos, após 1850, as regiões cafeeiras do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo tenham adquirido cerca de 350 mil

escravos por meio do tráfico intra e interprovincial (Gorender, 1978:325). Isso porque são as atividades economicamente hegemônicas que podem suportar a alta do preço do cativo. De fato, a lucratividade do café, à diferença dos demais setores econômicos, fez com que sua compra de escravos continuasse a ser uma operação rentável, pois sua amortização poderia ser efetuada em curto prazo se os preços internacionais do café se mantivessem altos. Assim, na medida em que o cativo pode ser submetido pela compra, e que esta, perante as perspectivas de lucro, é compensadora, não haveria razão para os fazendeiros aventurarem-se no processo, até então insólito, de tentar subjugar em massa a mão-de-obra livre.[14]

Assim, passou a haver grande fluxo de escravos para o Vale do Paraíba, ocorrendo o mesmo fenômeno, anos mais tarde, na região Oeste de São Paulo e em Minas Gerais. Não obstante a dificuldade de avaliar a quantidade de escravos adquirida pela lavoura cafeeira — pois parte era comprada ilegalmente, a fim de escapar dos impostos decorrentes do translado de uma província para a outra —, o tráfico interno de cativos, oficialmente proibido em 1879, foi de fundamental importância para alimentar um estoque que naturalmente decrescia.[15] Dessa forma, apesar de crescentemente oneroso, pois além da alta no preço do cativo havia, também, pesadas taxas que deveriam ser pagas quando do seu translado de uma província para a outra, o trabalho escravo continuaria sendo um investimento lucrativo e a atividade cafeeira persistiria no trabalho compulsório.[16]

A evolução do estoque de escravos, após 1850, é, nesse sentido, reveladora. No conjunto do país, o número de cativos decresce rapidamente: em 1864 era de 1 milhão e 717 mil; dez anos após, de 1 milhão e 540 mil; em 1884, de 1 milhão e 240 mil; e no ano anterior à Abolição, de 720 mil. Tendo os mesmos anos como referência, o Nordeste apresenta uma tendência à queda ainda mais acentuada, pois de lá

saem os fluxos que abastecem o café: de 774 mil no início do período considerado, reduz-se para 436 mil, 301 mil e 172 mil.

A província do Rio de Janeiro, por seu turno, entre 1864 e 1874, consegue manter um contingente em torno de 300 mil escravos, estoque que decai para 258 mil dez anos após, somando, em 1887, apenas 162 mil. Se, nessa região, o declínio inicia-se após 1874, em São Paulo e em Minas a evolução do estoque escravo apresenta comportamento diverso: entre 1864 e 1874, em Minas, a população escrava aumenta de 250 mil para 311 mil, e, em São Paulo, de 80 mil para 175 mil. No decênio seguinte, quando em todas as demais províncias o decréscimo de escravos é substancial, nelas a diminuição é pouco expressiva: 10 mil em Minas e 8 mil em São Paulo. A partir de então, seguem a tendência geral dos anos anteriores à Abolição: em 1887 existem 107 mil escravos em São Paulo e 192 mil em Minas.[17]

A diferente evolução do estoque escravo evidencia a maneira como cada região e setor econômico enfrentou o problema de mão-de-obra nos 35 anos que antecederam a Abolição. A utilização do cativo entra rápida e prematuramente em declínio na economia nordestina. Nas províncias cafeeiras, o declínio se dá, inicialmente, no Vale do Paraíba — o que não quer dizer que a produção deixou de ser baseada no trabalho compulsório —, e só mais tarde em São Paulo e Minas, cuja dinâmica produtiva permitiu que o escravo se mostrasse rentável até as vésperas da universalização do trabalho livre. De fato, quando se analisa a evolução do estoque escravo no interior dessas províncias, verifica-se que nos municípios cafeicultores do Rio de Janeiro, entre 1874 e 1883, houve um acréscimo de cerca de 7 mil escravos, enquanto as áreas não-cafeicultoras perdiam quase 40 mil cativos. Em Minas, entre 1873 a 1882, os municípios produtores de café foram acrescidos de quase 10 mil escravos, enquanto os não-produtores perderam mais de 50 mil. Já em São Paulo, nesse mesmo período, as áreas de cultivo de café recebiam quase 16 mil cativos (Gorender, 1978:327-8). Se to-

das as províncias cafeeiras insistem no trabalho cativo, é, contudo, nas áreas mais dinâmicas, que podem pagar altos preços pelo escravo, que o fenômeno mais se evidencia.

Em outros termos, nas áreas pioneiras, onde os cafezais são mais produtivos, ocorre maior acréscimo relativo do número de cativos. A evolução do número de escravos nas diversas áreas cafeeiras da província de São Paulo é, nesse sentido, significativa: na região do Vale do Paraíba — área estagnada e em crise após 1850 (Areias, Bananal, Lorena, Pindamonhangaba etc.) —, de 37% do total de escravos existentes na Província em 1836, passa para 27% em 1886. Fenômeno semelhante ocorre no Oeste Velho (Campinas, Jundiaí, Piracicaba etc.), que, no mesmo período, tem seu estoque diminuído de 36% para 25% sobre o total da população cativa existente na Província. Por outro lado, a Mogiana (Mogi-Mirim, Pinhal, Casa Branca etc.) e a Baixada Paulista (Rio Claro, Araras, Araraquara, Limeira etc.) — ambas regiões então pioneiras — têm seu contingente escravo substancial aumentado: naquela região, de 2 737, em 1836, sobe para 21 503 às vésperas da Abolição, e nesta, de 1000 cativos passa a ter 17 mil em 1886 (Camargo, 1952: 66-9).

Como já assinalado, os ganhos de produtividade, em regime de trabalho escravo, dificilmente poderiam ser obtidos no âmbito das relações de produção tomadas *stricto sensu*, isto é, ao nível da unidade produtora, a fazenda de café. Dependiam, obviamente, da qualidade das terras e da idade dos cafezais, mas também decorriam das atividades conectadas à produção cafeeira, ou seja, o sistema de transportes e as máquinas de beneficiamento.

Quanto ao primeiro aspecto, a qualidade do solo, os ganhos em produtividade implicavam constantes deslocamentos para áreas virgens. Nesse sentido, mencione-se que o café tem características bastante específicas no que se refere às condições de solo e clima, fato que limita substancialmente o espaço físico onde pode ser plantado. Como a produção deveria ser realizada em grandes quantidades e as técnicas de cultivo eram extensivas, o plantio deslocava-se constantemente para áreas virgens, posto que um cafezal dificilmente apresentaria alta produtividade por período superior a quinze ou vinte anos. Dessa forma, numa mesma região havia tanto áreas em que o café, dada a idade das árvores e as condições de esgotamento do solo, apresentava baixa produtividade como áreas onde estava no seu auge produtivo. Isso significava que a continuidade da produção cafeeira implicava sempre novos plantios, já que as zonas antigas ao entrarem em declínio eram abandonadas.[18]

As características predatórias que levavam ao esgotamento do solo e dos cafezais, bem como o limite físico para expandir a produção em novas áreas, são fatores que explicam o auge e o declínio do café no Vale do Paraíba, ocorrido num período de sessenta anos, e seu deslocamento para o Oeste paulista. Contudo, além desses fatores, a grande diferença entre as duas regiões reside no fato de o Vale do Paraíba ter sua expansão e apogeu enquanto a ordem escravocrata era sólida, ao passo que o café no Oeste paulista se desenvolve quando a utilização do escravo encontra crescentes empecilhos, e o trabalho do imigrante passa a ser cada vez mais utilizado, fundamentalmente após 1886.[19]

As condições da cultura cafeeira no município de Vassouras ilustram com exatidão a forma autofágica do sistema produtivo escravocrata imperante no Vale do Paraíba:

> [...] o círculo vicioso referente à destruição de florestas virgens para plantar café, pagar débitos para conseguir créditos com a finalidade de comprar escravos para destruir mais florestas e plantar mais café, liquidou a economia de Vassouras.[Stein, 1957:30].
> Sistema autofágico, pois novos escravos a preços crescentemente elevados eram adquiridos para levar adiante uma forma de plantio predatória que, em vista da rarefação do solo virgem e da exaustão dos cafezais maduros, cada vez mais encontrava limites físicos para se expandir.[20]

A atrofia de semelhante sistema produtivo só poderia levar a crescente endividamento das fazendas do Vale do Paraíba. Por outro lado, a partir de 1870, a produção dinamiza-se no Oeste paulista, onde a abundância de terras propícias ao plantio de café e a introdução do sistema ferroviário e de um conjunto de máquinas e equipamentos iriam criar condições extremamente rentáveis para a lavoura cafeeira.

O primeiro trecho ferroviário, com pouco mais de catorze quilômetros, é inaugurado em 1854, na cidade do Rio de Janeiro, expandindo-se a partir de então para as regiões cafeeiras da Província. Na década seguinte, mais precisamente em 1866, a cidade de São Paulo é ligada ao porto de Santos, e, no ano seguinte, os trilhos chegam até Jundiaí, no interior paulista.[21] A introdução da ferrovia traria novo dinamismo à produção cafeeira. Mesmo nas regiões decadentes do Vale do Paraíba, a baixa nos fretes dos transportes serviu para compensar, pelo menos em parte, os onerosos custos imperantes.

> A importância das estradas de ferro para a economia cafeeira pode ser ilustrada por um cálculo da A. d'E. Taunay: considerando que o preço do transporte pelo trem era seis vezes inferior ao das tropas de mulas, ele estima a economia realizada somente pelas Estradas de Ferro Pedro II, entre 1860 e 1868, em 48 677 contos. Somente para o ano de 1868 essa economia é estimada em 9 393 contos, ou seja, mais de 10% do valor total das exportações brasileiras de café nessa época.[22]

Além da baixa no custo dos fretes, que chegam rapidamente ao seu destino com um mínimo de perda, a ferrovia liberou os escravos que eram alocados no transporte realizado com animais, que representavam cerca de 20% da força de trabalho empregada nas fazendas. A cultura cafeeira ganha, portanto, em dois sentidos: de um lado, pela baixa nos custos de transporte; de outro, porque pode canalizar diretamente para a colheita e o tratamento do café os cativos que antes realizavam o seu transporte em direção aos portos.

Contudo, a introdução da ferrovia teve efeitos multiplicadores diversos no Vale do Paraíba e no Oeste de São Paulo. É que naquela região a introdução da ferrovia se dá num momento em que há pouca disponibilidade de terras virgens. Funcionou enquanto redutora de custos e liberadora de mão-de-obra, mas não enquanto "apropriadora" de novas terras.[23] Ao contrário, as estradas de ferro paulistas que rumam para oeste permitem a interiorização da produção por meio da ocupação de áreas virgens, viabilizando economicamente o surgimento de novas plantações. Quando a ferrovia se ramifica pelo interior da Província, o café pode se expandir para zonas pioneiras, alastrando o cultivo para vastas áreas extremamente férteis, até então de difícil acesso: a cidade de Campinas é atingida em 1872; Itu, um ano após; Amparo, em 1875; Rio Claro, no ano seguinte; e Ribeirão Preto, em 1883.

No Oeste paulista introduziram-se também, a partir de 1870, novas técnicas de plantio que aumentaram ainda mais a diferença de rentabilidade entre as zonas novas e antigas. Naquelas, passou-se a empregar mais freqüentemente o arado e, onde a topografia era favorável, a máquina carpideira, que, utilizando apenas um homem e um animal, apresentava maior rentabilidade do que o trabalho de seis escravos. Finalmente, mas não sem menor importância, foi a introdução das máquinas de beneficiamento (despolpadoras, descascadoras, separadoras, classificadoras etc.), que não só aprimorariam a qualidade do café, refletindo-se nos preços obtidos, como também constituiriam fator adicional de poupança de mão-de-obra. As inovações tecnológicas levaram à maior lucratividade no cultivo do café. Combinadas com a existência de terras virgens, de grande fertilidade e boa topografia, possibilitaram o incremento da produtividade física — que no Oeste paulista era cinco vezes maior em relação às regiões do Vale do Paraíba — e grande expansão da produção: entre 1876 e 1883, foram plantados 105 milhões de árvores, passando a produção de 1 milhão e 200 mil sacas, em

1880, para 2 milhões e 600 mil em 1888.[24] Esses fatores, ao aumentar a pujança da atividade cafeeira e melhorar os níveis de produtividade, permitiriam a realização de crescente volume de excedente. A essa situação devem-se acrescentar as sucessivas altas na cotação internacional do café, fator fundamental de rentabilidade interna do produto.

O essencial a ressaltar, por ora, é que tais processos, pelo menos num primeiro instante, revigorariam as grandes propriedades escravocratas, pois, ao terem aumentadas suas margens de lucro, puderam suportar o crescente ônus que representava a utilização do trabalho compulsório. Ao absorver esses novos elementos dinamizadores, que produzem novas terras férteis, liberam mão-de-obra, diminuem os custos da produção e melhoram a qualidade do produto, a fazenda escravista pôde se expandir — no caso das novas lavouras — ou, pelo menos, manter-se precariamente — no caso das lavouras antigas — sem transformar o cerne de suas relações de produção.[25]

Pelo menos nos cafezais paulistas, não obstante as crescentes dificuldades de reposição do trabalho compulsório, sua compra é ainda vantajosa. Não é, portanto, necessário que os fazendeiros procurem subjugar o elemento nacional enquanto as perspectivas de retorno dos investimentos indicassem margem satisfatória de excedente. É bem verdade que o preço de um cativo, em São Paulo, nas vésperas da Abolição, equivalia a 4 mil dias de um tarefeiro braçal. Mas vale novamente ressaltar que sua permanência nas fazendas era algo sempre temerário, e que, por volta de 1880, o trabalho de um escravo por um período de um ano poderia amortizar o preço de sua compra. A previsibilidade de lucro, calculada a partir de uma lógica simples — que consistia em contrapor o preço de aquisição e manutenção do escravo à produção que poderia realizar, multiplicado pelo valor da saca de café —, reforçaria o trabalho compulsório. Malgrado o risco de morte prematura, fuga ou emancipação — fenômenos já presentes no cenário brasileiro da época —, em

face do rápido retorno do investimento feito na compra do escravo e a dificuldade de submeter a mão-de-obra livre à disciplina das fazendas, o trabalho compulsório continuaria sendo não só a forma mais rentável como, de fato, a única viável para o empreendimento cafeeiro:

> O trabalho escravo encerra os mais graves defeitos, porém não foi adotado como alternativa para o trabalho livre: foi adotado simplesmente por não haver alternativa. E, obviamente, também por ser viável do ponto de vista econômico [...]. Considerando a inexistência de grande massa de homens livres já educados para o trabalho braçal regular em troca de salário, o escravo oferecia a vantagem da garantia de continuidade. [Gorender, 1978:212-3]

Tal situação se transformaria com a aceleração da imigração internacional. Antes desse processo iniciar-se, no entanto, a mão-de-obra livre — repita-se quantas vezes necessário for — não se mostrava "previsível" para um sistema que necessitava da permanência de grande contingente de trabalhadores para dar continuidade às tarefas produtivas que, realizadas por escravos, ainda se mostravam bastante lucrativas às vésperas da Abolição nas regiões dinâmicas do Oeste paulista.

O fazendeiro paulista não só tinha hegemonia do poder político como participava de vários empreendimentos econômicos. Esteve presente no sistema bancário, nas ferrovias e em outras múltiplas atividades urbanas.[26] É ele também que organiza e implementa a importação de braços necessários para a lavoura cafeeira. Mas, enquanto o escravo se mostrasse lucrativo, tendeu a não utilizar mão-de-obra livre. Assim, permanece antiabolicionista até as vésperas de 1888, quando um conjunto de processos políticos e econômicos tornou insustentável o prolongamento do regime de trabalho escravo. Tal fenômeno não decorreu apenas nas decadentes regiões do Vale do Paraíba. Ao contrário, onde a rentabilidade do café era maior mais se insistiu na reposição do esto-

que de cativos. Revelador, nesse sentido, é que foi exatamente no Oeste Novo da província de São Paulo, onde a população escrava mais cresceu, aumentando em 235% entre 1854 e 1886, incremento muito superior ao verificado nas regiões do Vale do Paraíba e mesmo em relação ao chamado Oeste Velho, que o cultivo do café era mais antigo.[27]

Daí para a frente passa a substituir escravos por imigrantes, utilizando de forma secundária e acessória a mão-de-obra nacional.

> Até mesmo na região Centro-Sul, contudo, os fazendeiros que haviam duvidado de sua capacidade para atraírem trabalhadores livres, brasileiros ou estrangeiros, começaram descobrindo em 1887 e 1888, com o colapso da escravatura, que havia toda espécie de trabalhadores disponíveis para os fazendeiros dispostos a lhes pagar, embora em São Paulo, pelo menos, *os trabalhadores brasileiros continuassem sendo considerados a classe menos desejável de trabalhadores.* Contudo, até serem realmente necessários para o sistema de fazendas, os brasileiros livres pobres apenas representaram um papel marginal na economia dominante, com os plantadores de café continuando a duvidar de que eles pudessem proporcionar um substituto satisfatório para os escravos até as vésperas da abolição.[28]

O assim chamado elemento nacional — branco, negro, mulato, cafuzo ou mameluco —, livre ou liberto, é o menos desejado pela lavoura cafeeira. No Nordeste, o trabalhador livre, após 1850, passou paulatinamente a ser incorporado, na medida em que, com a migração interna de cativos, o regime escravo começou a perder sua preponderância na economia açucareira. Nas regiões cafeeiras, especialmente em São Paulo, ele só passou a ser incorporado nas fileiras do trabalho no momento da Abolição, e, mesmo assim, de maneira subsidiária: entre ele e o ex-escravo iriam se interpor as sucessivas levas de imigrantes, principalmente canalizadas para as zonas dinâmicas do Oeste Novo, enquanto os

nacionais foram utilizados nas regiões estagnadas, para onde o trabalhador estrangeiro não foi.

Vou repisar a questão. Marginalizado desde os tempos coloniais, o homem livre e liberto tende a não passar pela "escola do trabalho", sendo freqüentemente transformado num itinerante que vagueia pelos campos e cidades, visto pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere o ócio, a vagabundagem, o vício ou mesmo o crime à disciplina do trabalho nas fazendas:

> Na atualidade — enfatizam os potentados da cafeicultura em 1880 — os nacionais auxiliam a lavoura em escala diminuta. Com efeito, a indolência prepondera tanto nos hábitos dos colonos nacionais, e por tal motivo são eles tão refratários ao trabalho sistematizado, que um número muito limitado presta-se à locação regular de seus serviços em bens de exploração agrícola.[29]

Na medida em que as relações de produção fossem marcadas pelos rigores e horrores imperantes no regime de trabalho escravo, nada mais natural que a população livre encarasse o trabalho como alternativa mais degradada da existência. Os livres transformaram-se em ralé, antes de se submeterem às modalidades de exploração, cujo paradigma estavam alicerçado nos grilhões e chibatas das senzalas. Antes a sobrevivência autônoma, numa espécie de economia natural de subsistência, do que a sujeição a regras de obediência e disciplina, nas quais prevalece um arbítrio, que está contaminado pelo uso e abuso inerente ao cativeiro: "Trabalhar na fazenda, na situação de camarada, era o mesmo que aceitar sua redução à condição de escravo" (Viotti da Costa,1966:128).[30]

A fim de ilustrar o nível de degradação do trabalho, valho-me de um relato de Saint Hilaire. Ele não conseguia contratar os serviços de um marceneiro para confeccionar-lhe umas canastras. Isso porque, mesmo após estar há três anos no Brasil, não havia aprendido "como deveria agir"

para conseguir tais tipos de serviço, disse-lhe o governador da província de São Paulo. Para tanto, mandou que seu ajudante de campo se postasse na casa do artesão: "Se não trabalhares" — lembrava-lhe constantemente —, "irás para a cadeia". Repugnado por semelhante despotismo, indaga-se, contudo, o viajante francês acerca da necessidade de certa energia para combater "a preguiça [que] se tornou um vício generalizado" (Saint Hilaire, 1976:147). Era a forma de obter o serviço, posto que o artesão só trabalha quando precisa e não quando os outros necessitam de seus serviços.

Já frisei que o trabalho, para quem não fosse senhor, não levava a parte alguma, e o esforço de realizá-lo, ao invés de dignificar quem o executasse, tendia, ao contrário, a aproximá-lo das regras de domínio e submissão imperantes na condição cativa de existência. É por isso que os curtos e, às vezes, forçados momentos de labuta eram espaçados por prolongados períodos de inatividade.

Quem não era forçado a trabalhar o fazia quando estritamente necessário. No contexto social em que o homem livre e pobre não acumula bens, esse necessário reduz-se a um mínimo material e cultural baseado, o mais das vezes, numa economia natural de subsistência: vive-se da mão para a boca por meio de uma atividade ocasional que não tem razão de ser, além de permitir uma sobrevivência incipiente e instável, estigmatizada pela desclassificação social:

> Quando um artesão ganhava algumas patacas (330 réis) ele descansava até que elas acabassem. Eles mal possuíam ferramentas necessárias ao seu trabalho e quase nunca dispunham de material. Assim era necessário fornecer couro ao sapateiro, pano ao alfaiate, a madeira ao marceneiro. [...] Se alguém precisava encomendar qualquer coisa a um artesão, tinha que fazê-lo com grande antecipação. Suponhamos, por exemplo, que se tratasse de um trabalho de marcenaria. Antes de tudo era necessário recorrer aos amigos para se conseguir, na mata, a madeira para a obra. Em seguida, era preciso ir centenas de vezes à casa do marceneiro, pressionando-o e ameaçando-o. E no final, muitas vezes não se conseguia nada. [Saint Hilaire, 1976:146]

Importa apontar que o desestímulo para o trabalho disciplinado e regular obstaculizava o desenvolvimento de ofícios e profissões, embotando as habilidades inerentes às atividades artesanais, de onde, tradicionalmente na sua versão clássica, emerge a indústria moderna. Inexistência de mercados mais amplos, rudimentar divisão de trabalho e, sobretudo, degradação do trabalho fizeram com que, historicamente, o artesanato sempre tivesse significado econômico diminuto, jamais se estruturando de molde a propiciar formas produtivas mais avançadas. A débil produção artesanal sempre funcionou num circuito restrito e fechado, pois tanto a confecção de bens como a prestação de serviços configuravam-se como atividades socialmente desprestigiadas e economicamente sem futuro: não geravam excedente, nem se ramificavam por circuitos mais amplos, sendo exercidas de forma ocasional e suplementar a um também incipiente cultivo de subsistência.

Nessa situação em que todas as atividades se baseiam no trabalho compulsório, em que agregados ou camaradas são freqüentemente tratados como escravos e pequenos proprietários ou posseiros são sumariamente expropriados ou expulsos, restam poucas alternativas para o crescente contingente de livres e libertos, que, historicamente, iria se avolumando às margens de uma sociedade altamente dicotomizada e excludente. A escravidão, na medida em que gera, em grau extremo, a degradação do trabalho, desestimula o aparecimento de habilidades e perícias e compromete qualquer forma de atividade manufatureira, tornando-se entrave para o desenvolvimento da produção artesanal. As profissões não se desenvolvem, os conhecimentos não se transmitem, a destreza deixa de ser estimulada, pois o trabalho manual é tarefa de escravo, aviltante e repugnante para o homem livre:

> [...] era tão fácil comprarem-se ferraduras a um boticário como vomitórios a um ferreiro. [...] E ainda mais raros seriam os casos em que um mesmo ofício perdurava na mesma família por mais de uma geração, como acontecia normalmente em terras onde a estratificação social alcançara maior grau de estabilidade. Era esse um dos sérios empecilhos à constituição, entre nós, não só de um verdadeiro artesanato, mas ainda de oficiais suficientemente habilitados para trabalhos que requerem vocação decidida e longo tirocínio. [Buarque de Holanda, 1976:28][31]

Exploração de tipo compulsório, de um lado, e massa marginalizada, de outro, constituem amplo processo decorrente do empreendimento colonial-escravocrata, que iria se reproduzir até épocas tardias do século XIX. Sistema duplamente excludente, pois a um só tempo cria a senzala e gera um crescente número de livres e libertos, que se transforma nos desclassificados da sociedade.[32]

NOTAS

1. Para uma análise do café, veja, entre outros, o clássico estudo de Taunay (1939).

2. Pinto (1973:135 e 139). Entre 1830 e 1840, o valor das exportações provenientes do café foi de 21,5 milhões de libras e em 1850-60 já atingia 47,7 milhões. Conforme Graham (1973:33). Entre 1870 e 1889 tal cifra sobe para 120 milhões, e para 334 milhões em 1889-1900.

3. Em 1854, um ministro brasileiro em Londres faria a seguinte afirmação: "O comércio entre os dois países é conduzido pelo capital britânico, em navios [...] ingleses, por companhias inglesas. Os lucros [...] interesses do capital, os pagamentos de seguros, as comissões, e os dividendos dos negócios, tudo vai para o bolso dos ingleses" (Graham, 1962:201, tradução minha). Veja também: Greenhill (s.d.).

4. "Com o declínio da mineração em Minas Gerais, no final do século XVIII, e o subseqüente desenvolvimento da indústria do café, parte da população do centro-sul do Brasil, escravos e pessoas livres, mudou-se para as novas regiões do café [...] Durante centenas de anos, os escravos, no Brasil, haviam sido movidos para as regiões do país onde eram mais necessários e onde alcançavam melhores preços" (Conrad, 1975:64-5).

5. A informação refere-se ao Vale do Paraíba. Veja: Stein (1957:153). Veja também: Dean (1977: cap. 3).

6. Nesse particular, é de interesse comparar a evolução do estoque escravo brasileiro com a dos Estados Unidos. Ambos os países, no início do século XIX, tinham, aproximadamente, 1 milhão de trabalhadores cativos. Nos cinqüenta anos subseqüentes, o Brasil importa cerca de 1 milhão e 600 mil, contingente três vezes maior que aquele que foi levado para os Estados Unidos. As condições de reprodução em ambos os países assumem sua feição real quando se sabe que, entre 1860 e 1870, a população escrava americana era de 4 milhões, enquanto a brasileira atingia, apenas, cerca de 1 milhão e 500 mil. Se tivesse havido uma reprodução média, deveria haver por volta de 3 milhões de escravos no Brasil. Tais cálculos foram efetuados tendo em conta as características da composição e dinâmica do estoque escravo no Brasil. Veja: Conrad (1975: 37-8).

7. Em Rio Claro, o preço médio do escravo evoluiu da seguinte forma: 1843-47, 550$000; 1853-57, 1:177$500; 1863-67, 1.817$000; 1873-77, 2.076$862; 1878-82, 1.882$912. Nos anos precedentes a 1888, em decorrência do movimento abolicionista, há acentuada queda no preço do escravo: entre 1883 e 1887, decai para 926$795. Conforme Dean (1977:66). Veja também Stein (1957:228).

8. "A empresa cafeeira surge [...] como latifúndio [escravista] não somente porque escravos estivessem disponíveis. Surge como latifúndio escravista também e principalmente porque, tendo em vista, novamente, o caráter da demanda externa e o investimento exigido, o trabalho, superexplorado, mostrou-se mais rentável. Estava excluído, mais uma vez, o trabalho assalariado, não porque nestas plagas e naqueles tempos o capital demonstrasse qualquer vocação escravista. Assim o foi porque a taxa de salários dever-se-ia fixar em níveis elevados, pois haveria de compensar aos olhos dos produtores diretos a alternativa de produzirem sua própria subsistência, como posseiros ou pequenos proprietários. E, por isto, o custo de reprodução do escravo era menor que o do trabalhador livre" (Cardoso de Mello, 1982:57).

9. Essa constatação pode também ser recolhida por meio do relato de viajantes que estiveram no Brasil em meados do século XIX: "Sempre rodeados de escravos, os brasileiros estão habituados a não ver senão escravos em todos os seres a quem são superiores, seja pela força, seja pela inteligência" (Saint Hilaire, 1976:102).

10. A estimativa é de Goulart (1975:272).

11. Tais cifras, segundo Bethell (1976), são subestimadas, por-

que baseadas em estimativas inglesas. Buarque de Holanda (1976:44) aponta que entre 1845 e 1850 chegaram 262.989 escravos africanos.

12. Os cálculos são de Simonsen (1973) tendo em conta a produção cafeeira e a estimativa que cada escravo era capaz de gerar, em média, cem arrobas anuais durante sete anos. Goulart (1975:273) aponta que para o café, entre 1820 e 1850, foram utilizados de 250 a 300 mil escravos.

13. Em 1864, haveria cerca de 1 milhão e 715 mil escravos no Brasil; em 1874, o montante seria de 1 milhão e 540 mil; em 1884, de 1 milhão e 240 mil, e em 1887, de 723 mil. As cifras são de Malheiros (1866:198).

14. Já então havia ocorrido a tentativa de utilizar colonos estrangeiros pelo sistema de parceria, que redundaria em estrondoso fracasso. No capítulo seguinte analiso o empreendimento conduzido pelo senador Vergueiro, poderoso cafeicultor paulista que, por volta de 1850, importou imigrantes europeus para trabalharem nas suas plantações.

15. Entre 1852 e 1862, chegam ao Rio 34 688 escravos, a maioria do Nordeste. Entre 1874 e 1884, o saldo migratório líquido é de 39 294 escravos. Ver: Conrad (1975:350-1). Tais dados, certamente, são subestimados, pois não incluem os escravos enviados ilegalmente. Ademais, não englobam o contingente transladado dentro da própria Província do Rio de Janeiro, canalizado de outros setores para o café. O saldo migratório positivo em São Paulo entre 1874 e 1884 foi de 41 008 escravos. Minas Gerais, para onde também se desloca a cultura cafeeira, apresenta, no mesmo período, um saldo positivo de 6 mil escravos. As províncias que apresentaram, para a década em questão, maior saldo negativo são: Rio Grande do Sul, 14 302; Ceará, 7 104; Pernambuco, 4 426; Maranhão, 4 157; Bahia, 4 041; e Paraíba, 4 412 (*ibidem:* 351). Galloway (1971:59) estima que, entre 1850 e 1880, 90 mil escravos tenham sido enviados do Nordeste para as regiões cafeeiras.

16. Na Bahia, por exemplo, em 1853, cobravam-se 80$000 para cada escravo que saísse da Província, cifra que, na década seguinte, sobe para 200$000. Conforme: Simonsen (1973:208). Dean (1977:135-7) aponta para o fato de que, em 1878, a Assembléia da Província de São Paulo votou uma lei que impunha uma taxa de 1.000$000 para cada escravo importado. No ano seguinte, essa quantia já era fixada em 2.000$000, e que, a partir de então, o município de Rio Claro deixaria de comprar escravos.

17. Ver Conrad (1975:346). A mesma fonte aponta que a Bahia, onde havia 300 mil escravos em 1864, passou a ter 77 mil em 1887. Nesses mesmos anos, em Pernambuco, onde também havia grande número de escravos, o estoque decresce de 260 mil para 41 mil. Conferindo índice 100 para a população escrava em 1864, em 1887 ele é de 42 para o conjunto do Brasil, 26 na Bahia, 17 em Pernambuco, 54 para o Rio, 77 em Minas, subindo para 134 em São Paulo. Mencione-se que, entre 1874 e 1884, os escravos masculinos só aumentam em São Paulo, diminuindo, inclusive, nas demais regiões cafeeiras. "O tráfico de escravos interprovincial apressou a transformação, nas províncias do norte, para um sistema de trabalho livre, mas, nas regiões do café, retardou esse desenvolvimento. O uso de trabalhadores livres no norte foi o resultado inevitável de uma rápida queda no volume da população escrava, acompanhada por um aumento impressionante do número de habitantes livres. Em algumas províncias do norte, na realidade, a proporção de escravos para homens livres baixou tão incisivamente nas décadas que se seguiram a meados do século que os escravos passaram a ser um elemento quase insignificante na população total" (*ibidem:* 77-78). "Quando contrastamos os aproximadamente 170 000 escravos das províncias nordestinas que eram trabalhadores agrícolas com as 3 750 000 pessoas registradas como residentes nessas mesmas províncias, a pequena importância da escravatura para a agricultura da maioria do Nordeste torna-se aparente. Por outro lado, os 521 879 trabalhadores agrícolas nas províncias do café (excluindo o Município Neutro) eram um fator mais formidável quando comparados com 2 839 519 pessoas livres da mesma província" (*ibidem:* 82).

18. Além da obra clássica de Taunay (1939), veja também Milliet (1941).

19. A produção do Oeste paulista, no início de 1870, representava apenas 16% do total produzido no Brasil. Em 1875, era de 25%, e em 1885, de 40%. Em 1872, existiam cerca de 10 mil imigrantes na Província. Em 1880, a população estrangeira era de 22 mil, em 1887, de 86 mil. Veja *Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração* (1937:19).

20. Entre 1840 e 1885, o preço do solo virgem no município de Vassouras aumenta em 800%, enquanto o das terras usadas apenas triplica (Stein, 1957:223). Quanto às técnicas de plantio: "Na medida em que nenhum esforço é realizado para melhorar o solo [...] a terra rapidamente se exaure [...]. O solo é cultivado com métodos e instru-

mentos que datam de 300 anos" (tradução minha). Almeida, Furquim de, em Stein, Stanley (1957:226).

21. Veja Matos (1974).

22. Silva (1976:57). No caso das ferrovias paulistas estima-se que os gastos de transporte, antes do advento do sistema ferroviário, até 1867, eram de 33% do preço de exportação entre Jundiaí e Santos; de 40%, por volta de 1863, entre Campinas e Santos; 50%, em 1857, entre Rio Claro e Santos: "Com a ferrovia (paulista), os custos de transporte do café caíram sensivelmente, situando-se em torno de 20% do preço da saca de café exportado" (Cano, 1977:34).

23. "[...] A expansão ferroviária nesta região, em sua maior parte, ocorreu depois que as plantações de café já estavam maturadas [...] não exercendo assim o papel pioneiro de 'criadora de terras' [...] e só trazendo economias externas e oportunidades de inversão, numa situação retardada no tempo" (Cano, 1977:29:30).

24. A partir de 1880, quando são introduzidas máquinas de beneficiamento mais sofisticadas, estimou-se que o uso da nova tecnologia representou uma melhoria de 33% nos preços do café. As informações mencionadas foram retiradas de Cano (1977:33ss).

25. "Não é fácil entender que a estrada de ferro, muito especialmente, e a grande indústria de beneficiamento reforçam a economia mercantil-escravocrata ao poupar trabalho escravo, reduzir os custos de transporte e melhorar a qualidade do café. Reforçam, em suma, ao remover os obstáculos que entravam seu desenvolvimento, incrementando tanto a rentabilidade corrente quanto as perspectivas de lucro de investimentos. Permitia-se desta forma que a acumulação pudesse ter curso, apoiada, ainda, no trabalho escravo, quanto mais se tinha em vista que, a partir de 1869, os preços internacionais começam a subir" (Cardoso de Mello, 1982:81-2).

26. "Antes de existir como empresário industrial, o capitalista brasileiro já existia, como comerciante, como plantador, como financista e como tal, capitalista, criava as condições para o regime da produção industrial" (Cardoso, 1969:188-9).

27. "É totalmente errônea, portanto, a afirmação de que a escravidão deixara de ser rentável para fazendeiros do Oeste paulista, de que ali escravo e lucro estivessem em contradição. Bem ao contrário, precisamente nesta região é que o braço servil continuava a propiciar maior rentabilidade" (Gorender, 1978:561).

28. Conrad (1975:54, grifo meu). A situação acessória da mão-de-obra nacional é um ponto comum nos autores que estudaram a

questão. Para reforçar esse ponto de caráter fundamental na formação do mercado de mão-de-obra livre em São Paulo, é conveniente citar outro autor que vasculhou múltiplas fontes concernentes à população livre e liberta que, mesmo às vésperas da Abolição, tendia a não ser utilizada na fazenda de café: "Caboclos e agregados [...] passaram a ser recrutados (após 1870) como jornaleiros para obras agrícolas [...] na derrubada de matas e preparação de obras destinadas à formação de novos cafezais. No que concerne, entretanto, ao trato regular e contínuo dos cafezais, persistem os fazendeiros apegados ao trabalho escravo, pois este lhes dava longas jornadas sob um regime de rotina disciplinadas. Em quase todas as fazendas — observou Couty por volta de 1883 — a cultura do café permanecia entregue a escravos" (Gorender, 1978:567-8). Outro pesquisador que também aprofundou o tema diz: "Ao caboclo eram atribuídas certas tarefas mais perigosas e árduas como as derrubadas, por exemplo, ou algumas para as quais os escravos não mereciam confiança: carreiro, feitor etc." (Viotti da Costa, 1966:128). Vale a pena insistir: "Efetivamente, nos casos em que o braço nacional livre se empregou em fazendas novas, ainda sem nenhum investimento servil, era considerado como mão-de-obra provisória para a acumulação inicial, substituído depois de certo tempo pelo escravo. É nesse contexto de rejeição de categorias 'trabalho livre' e de uma tentativa de assimilá-lo ao trabalho escravo, que passa a ser solicitado o concurso supletivo do elemento nacional, livre ou liberto, convidado a deixar sua cultura de subsistência (nos interstícios da grande lavoura), cujo trabalho era conjugado com o serviço de estradas [...]" (Beiguelman, 1978:99).

29. Clube da Lavoura, Campinas, *Relatório de 1880*. São inúmeras as declarações dos potentados da época em relação à vadiagem dos livres e pobres. "Os trabalhadores nacionais — diz um deputado da Assembléia Legislativa de São Paulo nas vésperas da Abolição [...] limitam-se à caça e à pesca [...] recusam o serviço de camarada, não querem prestar-se ao serviço da lavoura" (citado por Cardoso, 1962:209). Também esta é a opinião de vários viajantes que por aqui estiveram. Por exemplo: "O caipira — diz Zaluar, retratando a Província de São Paulo por volta de 1860 — se não anda nas suas aventurosas excursões encontrá-lo-eis, sentado à porta do lar, fumando seu cigarro de fumo mineiro, e olhando o seu cavalo, que rumina, tão preguiçoso como ele, a grama da estrada. Esta gente, mais guerreira do que agricultora, não trabalha, lida; e a sua atividade não produz, consome-se" (Zaluar, 1975:73). E mais adiante:

"Aqui existe muita caça de diferentes espécies, e é este um motivo que mais tem concorrido para os hábitos nômades de uma grande parte dos moradores destes contornos, que acham inútil procurar outros meios de subsistência, tendo este tanto à mão" (*ibidem:* 107). "A preguiça generalizada dos brasileiros, a sua ignorância, que não é menor, principalmente em certas regiões da Província de São Paulo [...]" (Saint Hilaire, 1976:63).

30. Convém insistir em como os escravos eram tratados às vésperas da Abolição: "[A escravidão] é a posse, o domínio, seqüestro de um homem — corpo, inteligência, forças, movimentos, atividades — e só acaba com a morte" (Nabuco, 1938:20).

31. Nos estertores da escravidão, assim afirmava Nabuco (1938:160-1): "A escravidão não consente, em parte alguma, classes operárias propriamente ditas, nem é compatível com o regimento do salário e a dignidade pessoal do artífice. [...] Escravidão e indústria são termos que se excluíram sempre como escravidão e colonização".

32. É interessante comparar a proporção de livres e libertos sobre a população escrava em alguns países do Hemisfério, que utilizaram o trabalho compulsório. A Jamaica, em 1800, para uma população de 340 mil habitantes, possuía 88% de escravos e 12% de livres e libertos. Em Barbados, que em 1833 tinha uma população de 100 mil, apresentava a proporção de 81% e 19%. No sul dos Estados Unidos, tais proporções em 1820 e 1860 eram de, respectivamente, 34% de escravos e 66% de livres e libertos, e 32% e 68% quarenta anos após. No Brasil, por volta de 1818, para um contingente populacional de 3 milhões e 818 mil havia 51% de escravos e já 49% de livres e libertos; em 1874, quando a população total é de 9 milhões e 761 mil, a proporção passa para 16% de escravos e 84% de livres e libertos. Nesse ano, mesmo na província de São Paulo, onde se concentrava o trabalho compulsório, a proporção é de 20% de escravos para 80% de livres e libertos. Parece bastante claro o constraste da situação brasileira em relação a outros países do Hemisfério, no que diz respeito à parcela de população livre e liberta sobre a de cativos, o que indica o significado de vasta quantidade de mão-de-obra, historicamente marginalizada e desclassificada pelo excludente sistema produtivo brasileiro baseado no trabalho compulsório.

3

OS PERCURSOS DA ABOLIÇÃO

> [...] havia a questão da mentalidade (dos fazendeiros): um velho proprietário [...] cuja divisa de nobreza desde a juventude foi "sova e tronco" não podia tolerar o trabalho livre, pode no máximo inventar 'um estropiado sistema de parceria.'" [Robert Avé Lallemant, *apud* Viotti da Costa, *Viagem pelo Sul do Brasil*].

Já assinalei, no capítulo anterior, que, como a escravidão estava materialmente condenada após 1850, e politicamente sob crescente pressão a partir de 1880, tornava-se imperioso para o empreendimento cafeeiro encontrar uma fórmula que substituísse o trabalho cativo, sem que fosse necessário apoiar-se na desacreditada mão-de-obra nacional. Quando a abolição se configura irreversível, o fazendeiro passa a importar braços estrangeiros. Para levar adiante a produção e manter a lucratividade do empreendimento, fazia-se urgente forjar abundante força de trabalho que se submetesse à disciplina do trabalho nas fazendas. Por que, então, tentar subjugar o contingente livre e liberto, se era mais viável importar trabalhadores que já chegariam material e culturalmente expropriados, isto é, destituídos de recursos, instrumentos produtivos, sem acesso à terra e almejando "fazer América"?

A opção arquitetada pelo grande fazendeiro do café foi a importação em massa da mão-de-obra, que, empobrecida na Europa, não tinha outra alternativa senão a de vender, a preços aviltantes, sua força de trabalho.

Antes de analisar a grande imigração internacional, que será objeto do quarto capítulo, é importante apontar o significado das primeiras tentativas de usar colonos estrangeiros nas fazendas de café, ocorridas por volta de 1850, assim como descrever os principais processos que levaram à abolição da escravidão, ressaltando, nesse particular, a questão do acesso à propriedade da terra. O primeiro passo dessa análise consiste em discutir a assim chamada "parceria de endividamento".

Nesse sentido, é de grande interesse a experiência realizada pelo senador Vergueiro, poderoso fazendeiro da região Oeste de São Paulo, que já em 1846 importara 364 famílias provenientes da Suíça e da Alemanha. Com o fito de dinamizar o translado de braços, é formada a Vergueiro & Cia., que contrata com o governo de São Paulo, em 1852, a vinda de 1500 colonos. Posteriormente, ainda com o governo da Província, era realizada outra operação para trazer 1.000 colonos por ano. Para tanto, receberia o senador a quantia de 20 contos anuais, restituíveis após três anos, sem juros, e uma subvenção de 1500$000 para cada lote de mil colonos que, anualmente, deveria aportar em Santos: a firma Vergueiro & Cia. passa, assim, a ser uma agenciadora de mão-de-obra estrangeira para as grandes plantações.[1]

Tais projetos tinham como pressuposto fixar a mão-de-obra na propriedade cafeeira, que financiava o empreendimento por meio do adiantamento da passagem e do custeio inicial. Para o fazendeiro, portanto, o lucro do investimento pressupunha a imobilização dos colonos. Isso porque, havendo terras disponíveis e como os homens que chegavam eram livres, era imperioso que não usassem sua liberdade para procurar, fora da fazenda que arcara com os custos de sua importação, outra alternativa de trabalho. Para maximizar o investimento realizado, o fazendeiro — também senhor de escravos, pois cativos coexistiam com os colonos importados — deveria fazê-los trabalhar o máximo e, sobretudo, por período o mais prolongado possível. Daí a necessidade de imobilizá-

los na fazenda, se necessário pela violência legal ou não. Daí também a necessidade de fazer com que o trabalho que realizassem fosse suficiente para saldar o círculo de endividamento em que se encontrava envolvido.[2]

Semelhante forma de explorar trabalhadores livres, do ponto de vista jurídico, deveria apoiar-se num aparato legal que coagisse os colonos a cumprir os contratos de trabalho. Antes de mencionar os expedientes utilizados pelos fazendeiros para atar os colonos às fazendas, convém indicar a lei votada em setembro de 1830, logo após o tráfico africano ter sido legalmente proibido, bem como a que foi aprovada em outubro de 1837, quando se intensificaram as pressões inglesas sobre a importação de escravos: ambas especificavam severas sanções penais, como prisão com trabalhos forçados,[3] julgadas em processo sumário para aqueles que não cumprissem os contratos.

Pelo conteúdo de tais contratos de locação de trabalho, tornava-se fácil compreender por que o elemento nacional aparecia aos olhos do grande proprietário como inapto para o trabalho nas fazendas. Não é difícil entender também por que os fazendeiros procuraram encontrar a solução para o problema da mão-de-obra por intermédio do colono europeu. Este, desconhecendo as condições de trabalho que iria enfrentar, fechado no grande latifúndio, onde a lei é a vontade do senhor, poderia ser submetido às formas de violência das quais o braço nacional procurava de todas as formas escapar: "Será exagero" — pergunta Davatz, um dos colonos que vivenciaram a experiência do sistema de parceria — "dizer-se que os colonos se acham sujeitos a uma nova espécie de escravidão?". "Pobres coitados" — continua ele referindo-se aos colonos — "miseravelmente espoliados [...] perfeitos escravos, nem mais nem menos" (Davatz, 1972:88 e 124).

A meta era superexplorar o trabalhador para que os recursos antecipados pelo pagamento das passagens rendam o máximo. Mas, para tanto, torna-se também necessário es-

poliá-lo para que, endividado, não possa se desligar da propriedade que o importara. O princípio desse processo de criação de riquezas reside em impedir, utilizando-se do aparato coercitivo que o suporta, que o colono salde suas dívidas e possa, com isso, comprar sua liberdade.

O contrato de trabalho estipulado pelo senador paulista, que serviu de modelo a inúmeros outros fazendeiros que ingressaram no sistema de parceria, era basicamente o seguinte: de um lado, o proprietário avançava a quantia necessária ao transporte, bem como financiava os gastos inerentes à chegada, instalação e primeiros tempos do colono e sua família. De outro, cada família deveria plantar e cuidar de determinado número de cafezais. Utilizaria certa quantidade de terra para sua subsistência, mas os lucros advindos do café e de outras plantações deveriam ser divididos com os proprietários. Ademais, os colonos eram obrigados a pagar com juros os empréstimos realizados, não podiam deixar a fazenda enquanto perdurasse a dívida e, uma vez saldada esta, era necessário avisar com um ano de antecedência se quisessem deixá-la, sendo que qualquer contravenção seria julgada pelas instâncias legais.

Semelhante sistema de trabalho ficou conhecido como parceria de endividamento.[4] Fórmula excelente para impedir o acesso à propriedade, ainda mais quando se tem em conta que, nos anos 40, o preço da terra aumentou substancialmente e que, a partir de 1850, a venda de áreas devolutas tornou-se a única forma de alienar as glebas do Estado. Tais processos só poderiam levar à maior concentração de propriedades, forçando aqueles que não possuíssem recursos, quando não permanecessem na economia de subsistência, a vender sua força de trabalho, aceitar formas de parceria ou outra modalidade de contrato, o mais das vezes altamente espoliativas.

Nos cafezais do Vale do Paraíba, a partir de 1850, utilizou-se também mão-de-obra estrangeira. Lá o colono tendia a permanecer na situação de parceria ou de assalariado, raramente ingressando na fileira dos pequenos proprietários,

e, enquanto tal, jamais conseguindo condições vantajosas de trabalho (Stein, 1957:59ss.).

Na realidade, a utilização da mão-de-obra estrangeira fora equacionada para levar o trabalhador ao endividamento. Obstando ou postergando sua saída da fazenda, o potentado rural procurava impedir que conseguisse poupança suficiente para saldar compromissos do seu contrato de trabalho. O sobretrabalho era retirado não só da divisão dos excedentes. Estava baseado também na repartição desigual da quantidade produzida por meio do escamoteamento de pesos e medidas, na cobrança de juros, taxas e comissões muitas vezes inexistentes, no preço dos alimentos que os colonos compravam nas vendas da fazenda, enfim, num conjunto de processos que dificultava, quando não impossibilitava, saldar os compromissos a que eram submetidos.

Enquanto a margem de lucros dependesse da imobilização do trabalhador na fazenda, o processo só poderia ser extremamente espoliativo, pois exatamente disso dependia sua continuidade enquanto produtor de excedentes para a propriedade cafeeira. O sistema legal e o domínio senhorial reforçavam com a violência necessária a relação que se implantara. Obviamente, a exploração e a violência tinham limites que se expressavam na fuga ou revolta de colonos ou na pressão de governos estrangeiros, que procuravam intervir em favor de seus súditos, quando a situação se mostrasse intolerável.[5] Não obstante isso, prevalecia um sistema que, na prática, nada mais era do que um regime de escravidão disfarçada.[6]

A importância de tal regime de trabalho não reside no fato de ter sido a modalidade produtiva dominante da época. Ao contrário, ainda nos anos 80 imperava o regime escravo. A importância está no fato de configurar um momento no processo de submissão da mão-de-obra livre, na qual inexistem ainda relações capitalistas de exploração que supõem tanto uma massa de trabalhadores que pode ser subjugada como uma reserva que, ao mesmo tempo, rebaixa o salário

do contingente ativo e permanece disponível às necessidades de expansão do capital.

A partir de 1857, quando da ocasião da revolta dos colonos na fazenda Ibicaba, o sistema de parceria tendeu a desaparecer, pois temiam os proprietários que tal evento se repetisse, introduzindo elementos de agitação no seio da própria ordem escravocrata.[7] Desde então, nos parcos montantes em que o braço livre é utilizado surge um sistema misto, no qual o proprietário também retribui aos colonos em dinheiro pelos cafezais que têm a seu encargo. Contudo, tais alternativas não significaram que as condições de trabalho tenham sido diferentes das verificadas no sistema de parceria. Continuaram a perdurar níveis salariais excessivamente baixos e condições de extração de excedente extremamente espoliativas, processos, aliás, que persistiram mesmo após a universalização do trabalho livre.

A importação de braços estrangeiros para trabalhar nas fazendas de café só ocorreria muitos anos após o colapso do sistema de parceria. Entre 1872 e 1881, entraram no Brasil cerca de 218 mil imigrantes, sendo as principais nacionalidades representadas por alemães (37%), portugueses (32%) ou italianos (28%). A maior parte não se dirigiu para a Província de São Paulo: os portugueses imigraram voluntariamente, concentrando-se no Rio de Janeiro, e, no mais das vezes, dedicavam-se ao comércio ou aos serviços. Os alemães e demais europeus setentrionais foram canalizados para os núcleos de colonização situados no sul do país, que redundaram, na maior parte das vezes, em fragoroso fracasso.[8]

O malogro da parceria de endividamento, acrescido do temor provocado pela assim chamada revolta de Ibicaba, afastou o intento dos fazendeiros de importar colonos para o café, tendência, que, a seu turno, foi reforçada pela condenação do regime de trabalho escravo por parte de alguns governos europeus.

Contudo, em decorrência da alta nos preços internacionais, novos cafezais são plantados.[9] Como já mencionado, a conquista de novas áreas para o plantio do café, viabilizada pela ramificação e interiorização do sistema ferroviário, colocava constantemente a necessidade de maior número de braços, num momento em que o trabalhador nacional existente na região não só era difícil de ser mobilizado como também contra ele despencava a pecha de vadiagem.

Restaria a hipótese de transferir trabalhadores de outra área do país, principalmente do Nordeste, onde a pressão sobre as terras e as secas haviam criado um excedente populacional passível de ser transformado em mão-de-obra barata. Mas tal possibilidade mostrava-se, na época, inviável por causa dos altos custos de transportes entre as duas regiões e, sobretudo, devido à dificuldade de arregimentá-la: havia ferrenha oposição por parte das oligarquias locais em relação a uma migração mais volumosa rumo ao sul, pois tal transferência representaria não só perda do poder político, como também traria problemas para abastecer os seringais do Norte.[10] De fato, ponderável contingente humano, principalmente da área sertaneja, duramente assolada pelas secas das décadas de 1870 e 1880, foi transferido para a Amazônia em decorrência do *boom* da borracha. Entre 1872 e 1890, o Nordeste apresenta um saldo migratório negativo de cerca de 350 mil pessoas. Nos últimos 25 anos do século XIX, além de migrarem para Minas e para a Bahia, onde o surto de cacau passou a atrair mão-de-obra, os nordestinos canalizam-se, principalmente, para os seringais da Amazônia, que recebem cerca de 250 mil pessoas.[11]

A ponderável migração interna da mão-de-obra nacional, ocorrida entre os últimos decênios do século XIX e os primeiros do século XX, não seria primordialmente canalizada para a província de São Paulo. Nela ocorreu um saldo migratório positivo de 46 mil habitantes entre 1872 e 1890; foi aproximadamente de 70 mil na década seguinte, quando a imigração internacional já contribuía com cerca de 400

mil pessoas. Por outro lado, entre 1900 e 1920, enquanto ela deixava um saldo líquido de 374 mil estrangeiros, as correntes internas mostravam-se deficitárias em 20 mil pessoas. Houve migrantes nacionais que vieram para São Paulo, mas, no período que cobre os anos que antecederam a Abolição até as duas primeiras décadas do século XX, os fluxos internos tiveram significação diminuta, quando comparados com as levas de estrangeiros que aportaram após 1888.[12]

A derrocada do sistema escravocrata impunha uma solução que só poderia basear-se na utilização do trabalhador livre. Diante de tal imperativo, antes de mobilizar os nacionais — tidos e havidos como inaptos para o trabalho disciplinado e coletivo nas fazendas —, os potentados do café optaram pela importação de estrangeiros. Nesse sentido, deve ser ressaltado que a crise econômica na qual a Itália mergulhou a partir de 1870 mostrar-se-ia ocasião altamente oportuna para trazer mão-de-obra abundante e barata, com a vantagem de que aportaria previamente expropriada e poderia, por conseguinte, ser automática e compensadoramente submetida ao processo produtivo: daí o problema da mão-de-obra ter sido encaminhado por intermédio da imigração subvencionada, arquitetada enquanto forma de promover uma ampla "colonização" para o capital. Assim, nos estertores da escravidão, ainda não seria necessário que a propriedade cafeeira tentasse submeter em massa os nacionais, quer os existentes na região, quer aqueles que, não sem dificuldades adicionais, poderiam ser arregimentados em outras áreas do país. O trabalhador estrangeiro, mais fácil e lucrativamente, poderia ser transformado, por meio da imigração subsidiada, em mercadoria para o capital.

A partir de 1880, ficava cada vez mais patente que o trabalho compulsório não poderia perdurar. À medida que tal fato se acirrava no percorrer da década, tornava-se urgente encontrar uma fórmula que substituísse compensadoramente o escravo no processo produtivo. Para a grande propriedade, a Abolição significava a necessidade de gerar

braços que vendessem sua força de trabalho, de modo a viabilizar a captação de crescente quantidade de excedente. Dessa forma, a liberdade que o escravo adquiria deveria ser compensada pela produção de uma massa de trabalhadores, destituída de propriedade e de instrumentos produtivos, que se submetesse à dinâmica do empreendimento cafeeiro em franca expansão.

Convém repetir que foi o centro dinâmico do sistema econômico que mais insistiu no trabalho escravo nas décadas que se seguiram a 1850, bem como relembrar que um rol de eventos, principalmente as ferrovias e as inovações ligadas ao cultivo e beneficiamento do café, num primeiro momento, serviu de reforço à ordem escravocrata. Contudo, mesmo se o trabalho cativo continuasse lucrativo, na medida em que o processo econômico no seu conjunto se desenvolve, surge a contradição entre escravidão e uma acumulação que se realiza em escala crescentemente ampliada:

> O essencial é que se estimulou a acumulação, e a acumulação repõe, a cada instante, o "problema da falta de braços" que assume, a cada momento, maior gravidade. É preciso, portanto, afastar dois equívocos, próprios aos que se cingem ao raciocínio estático. Pouco importa que a taxa de lucro das unidades em operação fosse alta e que o trabalho escravo se tivesse por mais rentável, pelos empresários, que o trabalho assalariado. Relevante, insistimos, é o fato de que, prosseguindo, a acumulação haveria de ser cada vez mais entravada. Em outras palavras, *não é preciso que o escravismo se desintegre, porque não oferece nenhuma rentabilidade às empresas existentes; para ser colocado em xeque basta que obste a acumulação.* [Cardoso de Mello, 1982:82-3].

As contradições entre escravismo e mercantilização da economia advêm, portanto, da necessidade de desenvolver as forças produtivas enquanto um processo oriundo da expansão do capital tomado no seu conjunto, e não apenas da atividade cafeeira tomada *stricto sensu*. Em outras palavras,

a acumulação do capital, não obstante apoiada na cafeicultura, ultrapassava em muito a fazenda, e, mesmo que nela o escravo continue alternativa lucrativa, os caminhos que levam à utilização do trabalho livre situam-se no âmbito de processos econômicos que, impulsionados pelo "complexo cafeeiro", estão longe de reduzir-se às plantações.[13]

A reprodução do capital em escala crescentemente ampliada, que paulatinamente iria incluir uma gama variada de atividades tanto rurais como urbanas, ao necessitar de braços iria colocar a necessidade do trabalho livre, não só porque os escravos escasseavam, mas, sobretudo, pela necessidade de se desvencilhar da imobilização e esterilização de recursos inerente à aquisição e manutenção do trabalhador cativo. Tal processo, a seu turno, não poderia deixar de se introjetar na cultura cafeeira, principalmente nas áreas novas, em que investimentos de vulto eram necessários até o momento da realização das primeiras colheitas.

Por outro lado, não sem menor importância para a superação do regime de trabalho escravo é a contradição que se instaura na relação entre a economia agroexportadora com os centros capitalistas, já então em plena fase fabril. Isto porque, de um lado, importam-se produtos fabricados a partir de uma composição orgânica de capital em que a parte constante aumenta crescentemente e, de outro, exportam-se artigos tropicais, principalmente café, cujos custos incluem o escravo enquanto componente do processo produtivo. Semelhante contradição, que se instaura no nível da circulação internacional, foi, sem dúvida, elemento adicional, que, conjugado aos entraves internos à expansão do capital, levaria à superação do escravismo.[14]

Em suma, basicamente, após 1880, processos tanto internos como internacionais fariam com que a potencialidade do regime de trabalho escravo se mostrasse demasiadamente estreita para realizar uma acumulação que, cada vez mais, necessitava de um mercado de trabalho volumoso e fluido. Contudo, além dos processos puramente econômicos, é preciso sublinhar os fatores políticos como causa primordial da Abolição: os movimentos de sublevação, liderados por Antônio Bento, que, paulatinamente, abalaram a ordem escravocrata até sua derrocada final.

No processo de transição para o trabalho livre, existe uma condição prévia e fundamental que se refere ao acesso à terra. Enquanto a produção fosse efetuada por escravos, a terra era praticamente destituída de valor, pois sua propriedade só teria significado econômico se seu detentor também possuísse um estoque de cativos. Contudo, a partir do momento que a escravidão começou a apresentar os primeiros sintomas de crise, com o término do tráfico africano, tornou-se necessário impedir que os homens livres tivessem acesso à propriedade da terra.

Na Europa, durante vários séculos, procedeu-se a intensa expropriação camponesa, que se constituiu numa das alavancas da acumulação originária do capital. No Brasil, onde a forma dominante de exploração alicerçou-se no trabalho cativo, em que a população livre vivia de uma economia natural de subsistência, não houve necessidade de expropriá-la, já que a ordem escravocrata, para aqueles que não possuíam um estoque de cativos, impossibilitava a produção de excedentes. Claro que posseiros e pequenos proprietários eram expulsos assim que a dinâmica da grande propriedade o exigisse. Mas o processo fundamental consistiu em restringir o acesso a áreas devolutas, por meio de uma lei que tornava a compra a única forma de alienar as terras públicas, e em uma política que deliberadamente aumentou o preço de sua venda. Com esta finalidade foi promulgada a lei de 1850, pela qual "ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra".[15] Já em 1842, o Conselho de Estado discutia o problema pela primeira vez:

> Como profusão em datas de terras tem, mais que outras causas, contribuído para a dificuldade que hoje se sente de obter traba-

lhadores livres, é seu parecer que de ora em diante sejam as terras vendidas sem exceção alguma. Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se conseqüentemente a sua aquisição, é de esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho e efetivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietário. [Lima, 1954:82][16]

Não foi ocasional que a Lei de terras tenha coincidido com o término do tráfico negreiro, época em que os fazendeiros utilizaram, pela primeira vez de forma mais abrangente, mão-de-obra estrangeira pelo sistema de parceria. Ela indica de maneira cristalina o intento de obstaculizar o acesso à propriedade da terra, forçando o trabalhador livre a permanecer nas fazendas:

> Num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa. No Brasil, a renda territorial capitalizada não é essencialmente uma transfigurada herança feudal. Ela é engendrada no bojo da crise do trabalho escravo, como meio para garantir a sujeição do trabalho ao capital como substituto da acumulação primitiva na produção da força de trabalho.[Martins, 1979:32].

Entre 1884 e 1887, entraram no Brasil 146 mil imigrantes, dos quais 53 mil vieram para São Paulo; entre 1888 e 1890 aportaram 304 mil, pouco mais da metade em São Paulo. Dessa data até 1920, o Estado recebe 1 milhão e 590 mil estrangeiros, ao passo que para outras áreas do país dirigiram-se pouco mais de 1 milhão de imigrantes (Villela & Suzigan, 1975:253). Estava montado um amplo processo que visava a importar força de trabalho abundante e barata para a grande propriedade, famílias pobres que não pudessem adquirir terras ou abrir pequenos negócios: "Imigrantes com dinheiro" — diria Martinho Prado na Assembléia Legislativa de São Paulo, às vésperas da Abolição — "não são úteis para nós". [17]

NOTAS

1. Viotti da Costa (1977:157-8). Veja também Dean (1977), principalmente capítulo 4, "Uma experiência com o trabalho livre".

2. Ver Gorender (1978:566-7).

3. "Os empregados (de acordo com a lei de 1830) que não cumprissem seus contratos estavam sujeitos à prisão ou até a trabalhos forçados até que suas dívidas fossem pagas [...] Sete anos mais tarde (1837) uma segunda lei de locação de serviços foi aprovada. Esta lei [...] dava uma vantagem decisiva aos usuários da mão-de-obra. [...] As pessoas contratadas que não cumpriam com suas obrigações podiam ser condenadas a trabalhos forçados. Os trabalhadores que abandonavam seus patrões sem justa causa antes de terminarem seus contratos podiam ser detidos e ficar presos até pagarem a seus patrões o dobro da quantia de suas dívidas ou até terem trabalhado duas vezes a duração de seus contratos. As pessoas que ajudavam os colonos a fugir também estavam sujeitas à prisão ou ao pagamento de duas vezes as dívidas dos fugitivos. Os trabalhadores que terminavam seus contratos recebiam certidões de liberação e a falta de um tal documento seria a prova legal da violação de contrato de um homem contratado" (Conrad, 1975:51).

4. "Quando a família era composta de marido, mulher e vários filhos pequenos a situação se agravava. As dívidas se acumulavam e passavam-se anos sem que o colono conseguisse libertar-se delas. A situação piorava quando a administração da fazenda, desejosa de auferir o máximo do colono, cobrava preços demasiadamente altos pelos gêneros que este necessitava, oprimindo-o economicamente, reduzindo-o a uma situação de semi-escravidão [...] Via de regra, o interesse do fazendeiro estava exatamente em atribuir ao colono — com quem deveria dividir a produção — cafezais de baixa produção, reservando para os escravos a melhor parte dos cafezais [...] A maior parte das vezes via-se este, também, cerceado na sua iniciativa de cultivar gêneros de primeira necessidade, pois julgava-se que não só isso resultaria num desvio de mão-de-obra destinada aos cafezais para outras atividades, como poderia possibilitar ao colono uma rápida emancipação, contrária, muitas vezes, aos interesses do fazendeiro: pagas as dívidas, o colono abandonava as fazendas" (Viotti da Costa, 1977:169).

5. Por exemplo, a revolta dos colonos da fazenda Ibicaba, em 1857, de propriedade do senador Vergueiro. Decorrente disso é tam-

bém a proibição por parte do governo alemão, que impediu a imigração subsidiada para o Brasil, só revogada em 1896: "Ainda em 1873, o visconde de Indaiatuba tentou em vão fazer vir certo número de famílias de Holstein para sua célebre colônia de Sete Quedas, mas foram inúteis os esforços neste sentido, tais os empecilhos opostos pelo governo alemão" (Buarque de Holanda, 1972: XLIII).

6. É assim que se referirá Hermann Haupt ao sistema de parceria, quando descreveu as formas de trabalho imperantes na lavoura cafeeira perante a Sociedade Internacional de Imigração de Berlim, em 1867. "O contrato de parceria, disse Haupt, reduziu os imigrantes a uma condição quase equivalente à dos escravos. O dinheiro adiantado pelo fazendeiro ao colono, impossível de amortizar, era equivalente ao preço de compra de um cativo. Ao invés de comprar um escravo, o fazendeiro canalizava recursos a fim de trazer os colonos da Europa: [...] Algumas vezes toda a família tornava-se responsável pelas dívidas contraídas pelo pai: em tais circunstâncias o filho permanecia atado às fazendas enquanto seu pai fosse devedor. O filho, disse Haupt, fica hipotecado de antemão. Não unicamente um indivíduo, mas a família inteira permanece condenada de uma geração para outra. Se um fazendeiro não quer investir na importação da Europa de trabalhadores de que necessita, achará colonos nas plantações vizinhas que estão acorrentados por suas dívidas; estes ele pode libertar, a fim de empregá-los para seu próprio serviço, reembolsando seu senhor pelo que devem; os colonos, tendo mudado de credor, mudarão também de senhor" (Denis, 1911:185-6, tradução minha).

7. "A trinta anos de distância, o espectro da rebelião (1857) continuava a aterrorizar os senhores de Ibicaba" (Buarque de Holanda, 1972:XL).

8. Ver Balan (1974:119ss).

9. Nos quatro anos anteriores a 1874, quando se verifica o pico da alta nos preços de café, a produção é de quase 4 milhões de sacas. Nos quatro anos seguintes, quando os novos pés entraram em produção, passa a ser de 5 milhões e 500 mil sacas.

10. "Prevalecia no país uma atitude extremamente hostil a toda transferência interna de mão-de-obra, o que não é difícil de explicar, tendo em vista o poder político dos grupos cujos interesses resultariam prejudicados" (Furtado, 1959:147).

11. "A mobilização dos trabalhadores nacionais (pelo café), dispersos nas faixas de economia de subsistência, não pode realizar-se [...] Os documentos da época não chegam a registrar o fato, tão

reduzido deve ter sido esse movimento de trabalhadores. A única região em que havia um estoque significativo de trabalhadores em condições de ser aproveitado no sul era a nordeste. Todavia, essa população foi atraída pela expansão crescente da exploração da borracha na Amazônia. Paralelamente ao desenvolvimento da demanda de mão-de-obra na zona do café, cresceu também a demanda na região da borracha. Em conseqüência a cafeicultura não teve condições para suprir-se no mercado interno" (Ianni, 1976a:307).

12. Ver Graham, D. H., e Holanda Filho, Sérgio Buarque (1971:103). Há vários trabalhos a respeito do montante das migrações internas antes de 1920. Foge do âmbito deste ensaio tratar da questão da migração interna, pois ela será de fundamental importância para o processo de acumulação de São Paulo só após 1920. Até então é a mão-de-obra estrangeira que se encontra no cerne da questão. Para uma análise da migração interna, veja Villela, Anibal Villanova & Suzigan, Wilson (1975), principalmente "Apêndice B, Aspectos Demográficos", pp. 260 a 270.

13. Ver Silva (1976:59ss.).

14. Ver Oliveira (1975:403ss.).

15. Conforme Lei n.º 601, de 18.9.1850.

16. Citado por Ianni (1976b:7) . Veja também Guimarães (1964).

17. Discurso proferido em 17 de janeiro de 1888, citado por Hall (1969:102, tradução minha).

4

A IMIGRAÇÃO EM MASSA: PRODUÇÃO DE HOMENS LIVRES ENQUANTO MERCADORIA PARA O CAPITAL

> Ficou logo evidente, entretanto, que as drásticas penas da lei de alocação do trabalho (1879) mostraram-se de utilidade limitada para os proprietários. Antônio Prado observou que enquanto muitos fazendeiros desta Província haviam recorrido ao aprisionamento dos seus colonos com a finalidade de forçá-los a cumprir seus contratos, ele não tinha notícias de alguém que tivesse obtido resultados satisfatórios utilizando essa medida extrema. Imigrantes na prisão não estavam restituindo os montantes desembolsados pelos proprietários nem colhendo seus cafés... Entretanto, Prado ainda observou que a utilização da lei logo tornar-se-ia desnecessária, pelo menos em São Paulo, pois a Assembléia da Província aprovara uma medida em 1884, provendo passagens gratuitas para imigrantes que seriam canalizados para a agricultura. [Hall, 1969:116-117][1]

A abundância da mão-de-obra é um dos fatores responsáveis pelo preço que os proprietários pagam pela compra da força de trabalho. É claro que fatores como a organização sindical e política, bem como a própria composição orgânica do capital, também interferem nos níveis salariais da classe trabalhadora. Mas o fato de haver abundância de braços, desde que material e culturalmente expropriados,

cria condições para deteriorar os salários. Cria, ademais, condições para desarticular a resistência da mão-de-obra, pois acirra a concorrência intertrabalhadora. Para aqueles que arquitetaram o grande fluxo imigratório, era mais que evidente estar a oferta da mão-de-obra diretamente relacionada com o preço pelo qual seria obrigada a se vender. Já em 1884, pode-se perceber pelos discursos proferidos na Câmara dos Deputados o sentido que a importação de trabalhadores teve para a grande propriedade: "É impossível obter salários baixos, sem violência, se existirem poucos trabalhadores e muitos que queiram empregá-los"; ou ainda: "É evidente que necessitamos trabalhadores [...] de modo a incrementar a competição entre eles e, desta maneira, os salários serão rebaixados em decorrência da lei da oferta e procura" (Hall, 1969:117).[2] Vários são também os depoimentos acerca da "docilidade" do imigrante, que, na opinião dos fazendeiros, "[...] davam no seu conjunto a maior satisfação, pois contentam-se com pouco". (*ibidem:*89)[3]

A superexploração da força de trabalho esteve exemplarmente presente no processo de constituição do mercado de trabalho livre no Brasil. Contudo, como já foi apontado, pelo menos num primeiro instante, esse processo não se operou sob a forma clássica de destruição de um campesinato e artesanato prévios. Ao contrário, a produção de uma massa abundante e disponível de trabalhadores, sobretudo no caso paulista, centrou-se nos fluxos migratórios injetados do exterior. Outra possibilidade de superexplorar os trabalhadores seria imobilizá-los nas fazendas por meio da coação extra-econômica, à guisa do que tinha sido realizado com a experiência do senador Vergueiro. Esse foi, sem dúvida, o espírito da lei de locação de trabalho de 1879. Como as de 1830 e 1837, já assinaladas, ela previa um contrato de trabalho de cinco anos e o aprisionamento do colono que deixasse de cumprir suas cláusulas, fundamentalmente o reembolso da passagem ao fazendeiro que o importara e a impossibilidade de procurar outro emprego sem a posse de

um certificado emitido pelo seu antigo patrão, em que constasse a situação de suas dívidas.[4] Efetivamente, ainda após 1880, muitos imigrantes assinavam contratos de trabalho pelos quais eram obrigados a restituir aos fazendeiros o preço do translado. Semelhante ao que acontecera décadas antes na "parceria de endividamento", novamente agora, o fazendeiro, ao imobilizar recursos com o adiantamento da passagem, superexplorava a mão-de-obra importada por meio da espoliação implícita ao processo da fixação coercitiva nas fazendas.

O primeiro passo para tornar mais fluido o mercado de trabalho é dado em 1881, quando o governo de São Paulo passa a pagar a metade dos custos de transporte, devendo o restante ser saldado pelo imigrante ao fazendeiro que o importa. Tal financiamento representou o início da ruptura do círculo de violência inerente ao processo de imobilização do trabalhador; mas foi uma iniciativa apenas inicial, pois em 1884 ainda metade dos imigrantes encontrava-se numa situação de "... escravos brancos sem qualquer possibilidade de escapar desta condição a não ser através da fuga" (Hall, 1969:90). [5]

Nesse ano, o governo começou a reembolsar integralmente os gastos que os fazendeiros realizavam com o pagamento das passagens, e, em 1885, passou a subsidiar diretamente o custo de transporte dos imigrantes: em 1881, o governo da Província despende apenas 45:848$476 com transporte de imigrantes, cifra que, dois anos após, é de 374.287$670 e, em 1886, sobe para 1.132.394$691 (Camargo, 1952:58). Nesse período são, principalmente, italianos que chegam a São Paulo por meio da imigração subsidiada: entre 1882 e 1886, aportam 17 460; em 1887, 27 323; e, no ano da Abolição, o contingente supera 80 000 pessoas (Petrone, 1976:277).

Desse momento em diante não é mais necessário para o proprietário imobilizar seus trabalhadores. O custo de transporte, componente básico para a criação de um mercado de trabalho, é coletivizado pelos financiamentos governamentais. Já não é mais o fazendeiro que individualmente

deve alocar recursos para prover a mão-de-obra necessária para sua propriedade. Por meio do Estado, a classe dos potentados rurais capta os excedentes necessários para mobilizar a força de trabalho necessária para levar adiante a acumulação do capital. Já não é mais esse ou aquele fazendeiro que individualmente importa braços para suas lavouras, mas é o capital cafeeiro que, por intermédio do Estado, produz o mercado de trabalho:

> Somente com a intervenção do Estado foi possível quebrar o circuito do trabalho cativo, procedendo-se a uma socialização dos custos de formação da força de trabalho e criando-se condições para que se instituísse o trabalho livre e o mercado de trabalho. [Martins, 1979:66]

Assim, uma vez coletivizados os custos de importação dos trabalhadores, não era mais necessário que a exploração da mão-de-obra continuasse baseada na sua imobilização. Ela vai residir na extração de mais-valia, assalariamento, muitas vezes combinada com o sistema de colonato instaurado nas fazendas de café. A essência do processo não precisa mais se centrar na coação extra-econômica, que redundava no endividamento do trabalhador dentro de cada propriedade.

É claro que a espoliação imperante antes do subsídio integral das passagens continuaria presente na cafeicultura paulista. A diferença fundamental reside, contudo, no fato de que, liberados os imigrantes do pagamento avançado pelos fazendeiros, o capital pode centrar a exploração da força de trabalho em mecanismos puramente econômicos apoiados no rebaixamento dos salários. A violência inerente ao processo de fixação pelo endividamento é substituída por formas politicamente mais viáveis e economicamente mais rentáveis de subjugar a força de trabalho, baseadas na gestação de um excedente de mão-de-obra, livre de débitos, mas também de propriedade e de instrumentos produtivos:

> [...] o uso da coerção foi, de fato, às vezes utilizado para obrigar os trabalhadores a permanecerem nas fazendas, mas, na medida do possível, os proprietários preferiam enfrentar o problema, mantendo baixos os custos do trabalho através do aumento da oferta (de mão-de-obra). [...] A questão da estabilidade do trabalhador agrícola (disse o secretário da Agricultura no Congresso Agrícola de 1896) encontrava-se em via de ser resolvida, pois o Governo estava importando trabalhadores em tal quantidade que as plantações tornar-se-iam em breve até mesmo saturadas [...] O secretário observou, então, com notável franqueza, que este método era mais prático do que a coerção, a qual, além de ser contrária à liberdade individual, poderia levar os governos europeus a proibir seus cidadãos de virem. [Hall, 1969:117-8)

Esse é o quadro que caracteriza a constituição do mercado de mão-de-obra livre na cafeicultura paulista, que pode contar com sucessivas e volumosas levas de imigrantes. Quando, a partir de 1886, ficou evidente que a escravidão não iria perdurar, os fazendeiros paulistas, liderados por Martinho Prado, fundam a Sociedade Promotora de Imigração, entidade privada cuja finalidade era importar mão-de-obra para o café. Por meio de contratos firmados com o governo de São Paulo — por sinal inteiramente controlado pelos potentados do café —, a Sociedade traz para as plantações enorme contingente de imigrantes.[6] Do ano de sua fundação até 1895, quando deixa de existir, subsidia a vinda de 220 mil colonos.[7] A sociedade tem a seu encargo a direção da Hospedaria, amplo centro situado na cidade de São Paulo, nas várzeas do rio Tamanduateí, que recebe os imigrantes de Santos e os envia para as fazendas.[8] A Hospedaria tornou-se um enorme centro de arregimentação de mão-de-obra, facilitando o envio dos imigrantes para as fazendas. Lá, os imigrantes assinavam contratos de trabalho por período de um ano, sendo tomadas as providências necessárias para que fossem canalizados para as grandes fazendas.[9]

Contudo, para dar continuidade a esses fluxos, como o contrato que o colono assinava era de um ano, tornava-se

imperioso alimentar constantemente a entrada de imigrantes, pois, devido às condições de trabalho e remuneração, era considerável a rotatividade da mão-de-obra nas fazendas.[10]

Por outro lado, haveria de compensar a crescente oportunidade de trabalho nas cidades, onde, a partir de 1880-90, os empregados urbano-industriais começaram a se expandir, bem como a saída de imigrantes para o exterior, que, no início do século XX, superou o número dos que desembarcaram em Santos. Há que se afirmar, entretanto, que esses movimentos jamais foram significativos a ponto de escassear a mão-de-obra nas zonas cafeeiras. Ao contrário, a expansão cafeeira e a indústria nascente sempre contaram com vasta oferta de braços, pois as levas de estrangeiros que entravam sempre foram bastante superiores quando comparadas à dos que partiam do Brasil.[11]

Mesmo no momento da Abolição, não há indícios de falta de braços ou alta no preço da mão-de-obra, nem a produção se desorganiza: na cafeicultura paulista, entraram, naquele ano, 90 mil imigrantes para um total de 107 mil escravos registrados na Província. Até no Vale do Paraíba, a colheita de 1888, 48% superior em relação à do ano anterior, foi efetuada sem problemas (Stein, 1957:265).

Nas vésperas da Abolição, enquanto os escravos dos cafezais paulistas fugiam das fazendas, muitos dos quais desciam a serra do Mar amontoando-se nas favelas de Santos, imigrantes italianos faziam o percurso inverso, dirigindo-se para as plantações. No entanto, no quadro da economia da época, em que eram restritas as possibilidades de trabalho, muitos escravos, por não encontrar alternativas de sobrevivência, voltavam aos cafezais. Em cerca de um terço das fazendas paulistas, nos estertores de 1888, a mão-de-obra era formada predominantemente de ex-cativos que haviam fugido de seus antigos proprietários. Havia também o contingente de mão-de-obra livre, historicamente avolumado nos interstícios da economia mercantil. Crescente parcela desse contingente passou também a se mostrar disponível

para o processo de acumulação. Na medida em que o trabalho livre se universaliza e a agricultura comercial avança, novos componentes de trabalhadores nacionais são passíveis de ser submetidos pelo processo de expansão do capital.

É preciso, nesse sentido, frisar que o assim chamado elemento nacional, após a Abolição, tendeu a ser absorvido pelo processo produtivo só em áreas de economia estagnada, onde a imigração internacional foi pouco numerosa ou, até mesmo, nula. De fato, sua utilização ocorreu mais acentuadamente nas regiões decadentes do Vale do Paraíba e nas que apresentavam pouco dinamismo, como nas do Velho Oeste, em contraposição ao Oeste Novo: nela, o imigrante deixou poucas oportunidades para os nacionais que passaram a realizar tarefas mais árduas e de menor remuneração, como o desbravamento e preparo da terra, e, praticamente, extinguiu as possibilidades de emprego para o ex-escravo:

> De fato, o oeste mais novo, a partir de meados da última década do século, tornou-se o sorvedouro das levas de braços estrangeiros de que necessitava, atraídas pelo estado de cultura e fertilidade do solo. O contingente imigratório era apenas partilhado com o oeste mais antigo, sendo rejeitado pelo tipo de braço que se introduzia, a área mais velha (Vale do Paraíba) [Beiguelman, 1978:72].

Os imigrantes negavam-se a ir para as áreas decadentes, principalmente aquelas situadas nas regiões do Vale do Paraíba, onde o braço nacional foi incorporado às tarefas produtivas, enquanto nas zonas novas, de grande produtividade, o colono estrangeiro foi amplamente utilizado, relegando para segundo plano o volumoso estoque de livres e libertos, que, mais uma vez, foram excluídos dos núcleos dinâmicos da economia.[12]

As sucessivas levas de imigrantes engajavam-se, em grande parte, na produção cafeeira, pois assim o exigia o sistema de arregimentação subsidiado a que estavam, pelo

menos temporariamente, submetidos. Criou-se, assim, um fluxo contínuo de trabalhadores, de antemão expropriados, que supria as fazendas com mão-de-obra barata. O trabalhador imigrante que saía das fazendas, por várias décadas, pôde ser substituído por seu conterrâneo que chegava, dando origem a um circuito contínuo de reposição da força de trabalho. Inicialmente, é a mão-de-obra italiana que seria canalizada para os cafezais. Quando em 1902 o governo daquele país proíbe a imigração subsidiada, os fazendeiros voltam-se para a importação de portugueses e espanhóis, e, a partir de 1908, os japoneses passam também a integrar esse volumoso manancial de força de trabalho.[13]

Com isso forjou-se larga oferta de mão-de-obra permanentemente renovada, condição básica para implantar drástico processo de pauperização, que caracterizaria a acumulação nas fazendas de café:

> Os salários em 1884, quando o sistema do trabalho livre estava apenas iniciando em São Paulo, eram de 500 réis para 50 litros de café colhidos e de 40 a 50 réis para a carpa de mil árvores. Estes valores diminuíram um tanto no final da década de 1880 em decorrência da chegada de enorme número de imigrantes, mas subiram novamente em meados de 1890 para 700 réis na colheita e 90 para a carpa [...] No final do século, havia abundante oferta de trabalhadores e os salários caíram substancialmente. Permaneceram em cerca de 500 réis ou um pouco menos na colheita e entre 50 e 80 para a carpa nos primeiros anos do novo século. Então, o pequeno número de imigrantes que veio para São Paulo em contraste com o grande contingente que partiu entre 1902-1910 contribuiu para moderada elevação dos salários. Este processo foi invertido pelo aumento de imigrantes em 1912-1913, de modo que, por volta de 1914, os salários retornaram ao nível de três décadas atrás, em 1884. [Hall, 1969:143-4][14]

Tais montantes referem-se aos salários nominais. Quando se tem em conta a elevação nos preços dos artigos de consumo básico, pode-se avaliar a queda real dos salários, que

marcou o trabalho no café: tomando-se o preço do arroz, artigo freqüentemente comprado pelo trabalhador estrangeiro, verifica-se que com a remuneração proveniente da colheita de 50 litros de café, em 1886, compravam-se 2,2 litros de arroz, 1,5 em 1889, 1,0 em 1892, 1,1 em 1896, 1,1 em 1907 e 0,8 em 1912. Informação semelhante advém de estudo realizado pela legação italiana de 1912, que tomou por referência os preços de treze produtos básicos: de um índice 100, tais produtos subiram para 223 em 1912, enquanto os salários rurais nesse mesmo período tiveram um incremento de apenas 15%, o que indica ter sido a queda do poder de compra dos salários de quase 100% (Hall, 1969:145-7).

Tabela 1
Salários nas plantações de café em São Paulo
(em réis)

Anos	Carpa (por mil árvores)	Colheita (por 50 litros)
1884	50	500
1886	80	400
1888	50	300
1890	60	300
1895	90	600
1898	90	680
1899	85	650
1901	65	500
1904	60	450
1906	80	500
1909	70	500
1912	100	600
1914	80	400

Fonte: Hall [1969:186]

Nas zonas cafeeiras do Oeste paulista, o salário real se deteriorou em razão do excedente de mão-de-obra que continuamente era injetado pelo processo imigratório. O mesmo fenômeno ocorrera nas zonas açucareiras de Pernambuco, pelo menos nos últimos cinqüenta anos do século XIX: lá, não o imigrante, mas um excedente populacional autóctone, ainda em plena escravidão, trabalhou para a grande propriedade agroexportadora, submetendo-se a regras de domínio e de superexploração de um processo de acumulação, que se beneficiou da oferta de braços crescentemente disponíveis.[15]

Na atividade cafeeira ocorreu superexploração do trabalhador porque a abundância de mão-de-obra, predominantemente estrangeira em certas zonas e nacional em outras, possibilitou deteriorar os salários. Contudo, a acumulação capitalista iria também se beneficiar da desorganização dos trabalhadores rurais, desenvolvendo um conjunto de formas espoliativas que se dava em acréscimo à queda da remuneração do trabalho. Era comum nos cafezais paulistas a prática de multas ou espancamentos aplicados a trabalhadores que fugiam às duras regras impostas pelos proprietários. Ademais, os colonos eram obrigados a comprar nas vendas das fazendas, pagando mais caro pelos gêneros adquiridos; imperavam também as práticas de diminuir os preços dos produtos por eles cultivados, seu confisco, a alteração das medidas, a protelação ou não do pagamento do salário. Desprovido de organizações e no contexto de um sistema judiciário que sistematicamente favorecia as regras de domínio dos potentados rurais, o trabalhador não poderia fazer valer os seus direitos.[16]

Convém insistir que a importação em massa de estrangeiros representou uma vitória para os fazendeiros do Oeste próspero que, por meio da Sociedade Promotora de Imigração, arregimentaram grande quantidade de braços para suas lavouras.[17] De um lado, os gastos estatais — ao subsidiar o transplante de imigrantes da Europa que chegavam às grandes propriedades sem nenhum ônus para os fazendeiros —

foram básicos para produzir de maneira rápida e eficaz mão-de-obra prontamente disponível para o trabalho no café, eliminando, dessa forma, os transtornos inerentes à submissão do braço nacional. Por outro lado, o transplante em massa de estrangeiros — como já foi mencionado — só foi possível na medida em que, na época, grave crise assolava a Itália, de onde vieram as primeiras levas. Principalmente na região do Veneto, grande contingente de pequenos proprietários e meeiros foi forçado a proletarizar-se, sem que a economia italiana tivesse condições de incorporar essa massa de disponíveis em outras atividades econômicas (Foerster, 1919: 102ss). Viabilizado o transporte gratuito para o Brasil, ludibriados com as promessas dos agenciadores, vieram com o propósito e esperança de enriquecer "na terra prometida" (Hall, 1971:3).

É das sobras desse vasto processo de importação de estrangeiros que a indústria nascente arregimentaria a mão-de-obra para levar adiante a expansão do capital fabril. De fato, com exceção das funções técnicas mais especializadas que cobriam ínfima quantidade de empregos, os industriais jamais tiveram de se preocupar em arregimentar trabalhadores.

Boa parte desses excedentes de mão-de-obra dirigiu-se para zonas urbanas, principalmente para a cidade de São Paulo. Quando, em 1898, a superprodução leva à acentuada queda nos preços do café e à substancial baixa nos salários do trabalhador agrícola, grande contingente migra para a cidade (Simonsen, 1973:25). Muitos estrangeiros, após permanecerem certo período trabalhando no café, em face da deterioração salarial e da dificuldade de acesso a uma gleba de terra na condição de proprietário, tomariam o rumo das cidades. Outros, ainda no final do século XIX, nem passariam pelo trabalho agrícola, dirigindo-se diretamente para as atividades urbanas (Morse, 1970:239).

Nesse sentido convém dizer que, a partir de 1904, quando se acelera a industrialização em São Paulo, a quantidade de imigrantes vindos com passagem subsidiada que aportaram em São Paulo — dessa data até 1918 — foi de

cerca de 265 mil para quase 695 mil. Ora, como se sabe que os não-subsidiados, em relação aos que tinham o transporte gratuito, tendiam de forma mais acentuada a dirigir-se para outras atividades que não o café, o saldo de 430 mil serve de indicação para o número de pessoas que foram procurar emprego diretamente nas atividades urbano-industriais.[18]

Tabela 2
Estado de São Paulo: estimativa do incremento da mão-de-obra necessária e enviada para o café (em mil pessoas)

Períodos	Estimativa do incremento de mão-de-obra necessária ao café	Mão-de-obra enviada pela Hospedaria dos Imigrantes para o café		Estimativa do excedente	
		Total	Adultos	Total	Adultos
1893-1896	71,5	188,0	131,6	116,5	60,1
1897-1900	93,0	102,6	71,8	9,6	20,2
1901-1904	21,0	96,1	67,3	75,1	46,3
1905-1909	3,0	133,1	93,2	130,1	90,2
1910-1915	27,5	244,1	170,9	216,6	143,4
1916-1920	58,0	109,4	76,6	51,4	18,6
Total	274,0	873,3	611,4	599,3	337,4

Fonte: Holloway [1974:256]

Convém indicar algumas cifras que mostram a acentuada presença de estrangeiros na cidade de São Paulo, onde se concentra a atividade fabril: em 1893, já somavam 55% dos residentes na capital, ocupando 84% dos empregos da indústria manufatureira e artística, 81% no ramo dos transportes e 72% nas atividades comerciais. No início do século, 92% dos trabalhadores na indústria eram estrangeiros, tanto é assim que:

> desde as mais diminutas e insignificantes máquinas até os mais importantes motores se acham em movimento impulsionando centenas de outras máquinas, com as quais se ocupam milhares de operários de ambos os sexos; dos quais infelizmente nem ao menos dez por cento são nacionais! [Bandeira Jr., 1901:XIII]

Com o avanço da industrialização, a presença dos estrangeiros continuaria elevada. No setor têxtil, em 1911, representavam três quartos do total dos operários, a maioria italianos, proporção que era semelhante nos demais ramos da indústria. Tanto é assim que, ainda em 1913, na capital do Estado tinha-se a

> [...] impressão de estar na Itália, na Itália de além-mar para onde, juntamente com a língua, são transportados os costumes, as tradições domésticas, as festas populares, tudo enfim, o que nos pode lembrar de coração a nossa terra de origem.[19]

Em suma, até pelo menos 1920, os imigrantes representavam a maioria dos trabalhadores na indústria: 52% continuavam sendo estrangeiros, e, dentre os 48% restantes, a maior parte era filho de imigrantes, indicando a preferência que o industrial mantinha pela mão-de-obra de origem ou ascendência estrangeira. Nessa data, os estrangeiros representavam 18% dos 4 milhões e 500 mil habitantes presentes no Estado, enquanto no município de São Paulo, que passa por vertiginoso crescimento demográfico, entre 1890 e 1920, o número de imigrantes continuaria, proporcionalmente, ainda mais elevado (Lowrie, 1938).[20]

Tais números apontam para a formação nas cidades de um excedente de força de trabalho em relação às necessidades produtivas em expansão:

> Embora faltem dados da migração rural-urbana da época, é bastante plausível a hipótese de que uma parcela significativa desta sobrepopulação transferiu-se para os centros urbanos. [...] Por certo, houve muitas alternativas para a inserção no conjunto de atividades em que a capital do Estado em especial

estava desenvolvendo. Mas os indícios da *formação de um exército industrial de reserva, previamente a um momento de decisiva arrancada da industrialização da cidade, são bastante claros.* Assim quando São Paulo iniciou esta arrancada, a partir de 1905 aproximadamente, não se registrou nenhuma crise de mão-de-obra, o que de resto favoreceu o processo de acumulação. [...] Esta determinação estrutural (a existência de uma abundante oferta de força de trabalho) contribuiu permanentemente para deprimir os salários e reduzir o alcance das lutas operárias por melhores condições de existência. [Fausto, 1976:24-5, grifo meu].

Ao êxodo rural para as cidades, agravado pela crise cafeeira, iriam se adicionar os trabalhadores que não passaram pelo campo. Tal contingente, acrescido ao trabalho feminino e infantil, largamente utilizado nos primeiros decênios da industrialização, forjou ampla reserva de trabalhadores, que, historicamente, pressionou para baixo os níveis salariais.

Foge do âmbito deste ensaio a análise dos processos de constituição da força de trabalho urbana. Contudo, é conveniente apontar que, em largos períodos, houve perda do poder aquisitivo dos salários do operariado paulista, que, em certos anos, deterioram-se ainda mais drasticamente do que nas zonas rurais.

Vale insistir neste ponto básico: onde não houve importação de braços estrangeiros, houve utilização de mão-de-obra nacional. Ao contrário, onde esse processo ocorreu, o imigrante afastou o ex-escravo das atividades produtivas e reduziu substancialmente a absorção dos nacionais que não haviam passado pelo cativeiro:

Tanto na economia agrícola de exportação mais dinâmica, o café, quanto na economia urbana em expansão, durante os últimos anos do século passado e a primeira década deste século, a massa imigratória européia relegou a um segundo plano a mão-de-obra nacional e, por assim dizer, a um terceiro plano, os ex-escravos. [Balan, 1974:120]

Tabela 3
População do Brasil, do Estado e do Município de São Paulo
(em mil habitantes)

Anos	População presente									
	Brasil				Estado				Município	
	Total		Estrangeiro		Total		Estrangeiro		Total	
	Números Absolutos	Índices	Números Absolutos	Índices	Números Absolutos	Índices	Números Absolutos	Índices	Números Absolutos	Índices
1890	14334	100	352	100	1385	100	75	100	65	100
1900	16438	122	1075	305	2282	167	478	637	240	369
1920	30636	214	1566	445	4592	332	830	1107	579	891

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Censos de 1890, 1900 e 1920.

Como será aprofundado no capítulo seguinte, à diferença do Rio de Janeiro, onde os nacionais estiveram presentes na indústria desde seus primórdios, inclusive negros e mulatos, em São Paulo, devido ao enorme afluxo de imigrantes, o sistema econômico, ao prescindir de sua utilização, não os fazia passar pela "escola do trabalho", em muitos casos jogando-os numa condição social e econômica de marginalização.[21]

Numa primeira etapa da expansão capitalista, a massa de imigrantes, em face das necessidades do sistema produtivo, foi suficientemente volumosa para criar o exército de trabalhadores ativos e sua própria reserva. Ao arquitetar o processo imigratório, o núcleo dinâmico do capitalismo no Brasil, o café, forjou as condições para superexplorar e espoliar a força de trabalho, basicamente então constituída de braços estrangeiros. Quando, posteriormente, patamares mais desenvolvidos e diversificados do processo de acumulação exigissem a incorporação de maiores montantes de mão-de-obra e a imigração internacional não fornecesse mais a abundância de braços, como a ocorrida em épocas anteriores, os capitais agrícola e industrial lançar-se-iam em busca desse potencial deixado historicamente como reserva latente de trabalho.

Enquanto isso não ocorresse, a mão-de-obra nacional permaneceria, nas regiões e setores econômicos de maior dinamismo, em boa parte desligada dos núcleos centrais do processo produtivo, principalmente a indústria, na qual o contingente negro e mulato sobretudo, durante várias décadas do século XX, ficaria realizando tarefas as mais desprezadas e, no mais das vezes, pior remuneradas. Mais ainda: particularmente sobre eles continuava a desabar a pecha de imprestáveis para o trabalho.

Tendo em vista essas considerações, é importante retomar, à guisa de comentários finais, a questão da assim chamada vadiagem do elemento nacional. Esse tema é importante, pois foi sobre a crença de sua incapacidade para o trabalho que, inicialmente, se reproduziu a escravidão e, posteriormente, se importaram numerosas levas de braços estrangeiros.

Tabela 4

Estado de São Paulo: evolução dos salários de operários industriais, ferroviários e de trabalhadores rurais em confronto com a elevação dos preços de gêneros alimentícios e dos tecidos de algodão

(1914 = índice 100)

Anos	Gêneros Alimentícios A	Salários Rurais B	Sal. operários Inds. C	Salários ferroviários D	Tecidos algodão preços fábrica E	C/A	C/E
1913	95	105	100	—	105	105	95
1914	100	100	100	100	100	100	100
1915	117	95	75	101	98	64	77
1916	119	97	86	101	147	72	59
1917	132	94	86	104	232	65	37
1918	148	102	130	122	222	88	59
1919	146	107	160	119	342	110	47
1920	164	—	147	119	334	90	44

Fonte: Cano (1977:171).

NOTAS

1. Baseado nos Anais da Câmara, IV, 1884: 117. Esta e demais citações do trabalho de Michael Hall foram por mim traduzidas.

2. Baseado nos Anais da Câmara, IV, 1884: 117.

3. Baseado em Laerne, C. T. Van Delden, 1885: 88 e 139.

4. "Em 1879, nas vésperas da luta abolicionista, uma terceira lei de locação de serviços foi promulgada para proporcionar um sistema de meeiros ao abrigo de contratos de longa duração. Segundo esta lei, os trabalhadores que não cumprissem com suas obrigações estavam sujeitos à prisão e eram obrigados a regressar a seu trabalho depois de suas sentenças serem cumpridas" (Conrad, 1975:51-2).

5. Baseado em Perrod, Eurico, "Emmigrazione e Collonizzatione nella Província de San Paolo", XX, 1884, pp. 622-624.

6. Em 1888, com a finalidade de subsidiar a imigração, o governo de São Paulo contratou um empréstimo em Londres de 749 mil libras.

7. Mesmo após a extinção da Sociedade Promotora de Imigração, continuaram altos os gastos do governo do Estado com a imigração. Assim, por exemplo, em 1895 totalizaram 15% do orçamento do Estado, em 1901, 11%, em 1905, 9%, e em 1913, 8% (Vasconcelos, Doria de, Alguns Aspectos da Imigração no Brasil, op. cit., pp. 6, 7, 27 e 28).

8. A construção da Hospedaria é obra do visconde de Parnaíba, então presidente da província de São Paulo, primo de Martinho Prado, também grande fazendeiro, político influente e presidente da Estrada de Ferro Mogiana. Veja Monbeig (1950:30).

9. Entre 1888 e 1890 entraram em São Paulo 158 mil imigrantes, dos quais 63% subsidiados. No decênio seguinte, 80% dos 720 mil foram subsidiados. Entre 1901 e 1910, dos 420 mil que aportaram, 40% vieram com suas passagens pagas. Tal proporção é 36% para os 356 mil que chegaram nos cinco anos seguintes (Villela & Suzigan, 1975:249).

10. "De acordo como Diretor da Colonização, de 40% a 60% dos colonos deixam, anualmente, as fazendas em que trabalham. É difícil confirmar esta afirmação, mas, pelo menos, não é exagero dizer que a terça parte das famílias empregadas nas plantações as abandonam a cada ano" (Denis, 1911:206, tradução minha).

11. Entre 1882 e 1914, entraram em São Paulo 1 milhão e 553 mil imigrantes e saíram 687 mil (Hall, Michael, 1969:165). Em 1902, o governo italiano proíbe a imigração gratuita para o Brasil. Em 1903-04, as saídas de imigrantes em São Paulo excedem as entradas em 28 775 indivíduos. Nos dois anos seguintes, ao contrário,

as entradas são superiores às saídas em 25 885 pessoas. O mesmo fenômeno ocorre entre 1907 e 1910, quando há um superávit de 11 610 (Villela & Suzigan, 1975:254).

12. Insisto neste ponto: "As reservas de trabalho livre e liberto na área rural já eram suficientes para atender às necessidades da grande lavoura, que, no setor de vanguarda, se supria de braço italiano" (Beiguelman, 1978:115).

13. Para São Paulo vieram 180 mil imigrantes entre 1882 e 1889, dos quais 80% eram italianos. No decênio seguinte, dos 762 mil entrados, 56% eram italianos, mas já 11% vinham da Espanha e 8% de Portugal. Entre 1900 e 1909, dos 368 mil que aportaram em Santos, 48% eram italianos, 24% espanhóis e 15% portugueses. Entre 1910 e 1920 as proporções se invertem: dos 447 mil imigrantes, 30% eram constituídos de espanhóis, igual parcela vinha de Portugal, 24% provinham da Itália e 6% do Japão (Levy, 1974: Tabela 8).

14. Ver Tabela 1.

15. O Nordeste seria, historicamente, a região onde se avolumaria uma vasta reserva de mão-de-obra, que, após 1920-30, supriria a economia do Sul com força de trabalho abundante e barata.

16. Ver Hall (1969:128ss.). Ver também Dean (1977), principalmente capítulo 6. No Vale do Paraíba eram também freqüentes práticas espoliativas desse tipo (Stein, 1957:265ss.).

17. Os fazendeiros paulistas do Oeste, cujos interesses não estavam só centrados nas plantações, mas também em bancos, ferrovias e indústrias, faziam-se representar nos mais altos escalões do governo federal e de São Paulo, desde os tempos do Império. Funcionavam como forte do grupo de pressão nas decisões estratégicas, inclusive sobre a política imigratória, a qual, de maneira gradual mas consistente, foi se equacionando, de molde a trazer imigrantes enquanto força de trabalho para as fazendas. A essa opção se opunha a Sociedade Central de Imigração, liderada por Alfredo d'Escragnolle Taunay e André Rebouças, cuja finalidade era a de subsidiar imigrantes, dando-lhes terra e o apoio necessário a fim de formar núcleos de pequenos proprietários voltados para o cultivo de alimentos. Prevaleceu a primeira opção, o que significou o emprego de enormes verbas canalizadas pelo Estado, para a importação de braços, transformados em mão-de-obra barata para a acumulação do capital cafeeiro. Entre 1881 e 1917, os gastos com imigração feitos pelo Tesouro Nacional somaram 137219379$465. Essa cifra refere-se a verbas despendidas em todas as unidades do país, da qual, como se

sabe, São Paulo recebeu grande parcela. Ademais, é preciso acrescentar os gastos provenientes do governo de São Paulo, que, no mesmo período, somaram cerca de 92000000$000 (*Boletim do Departamento Estadual do Trabalho,* São Paulo, ano VII; números 34 e 35, 1919, pp. 340, 342 e 343).

18. *Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração* (1937). Veja também Spindel (1980: cap. II).

19. Piccarolo, Antonio. *O Estado de São Paulo,* 29.1.1913, p. 3, em Maran, (1979:14).

20. Veja Tabela 3.

21. "Tudo isso (a imigração e a concorrência interétnica de trabalhadores) concorreu para que a situação humana, vinculada à escravidão, fosse muito mais dura e desumana em São Paulo que em outras regiões do País [...], e para que a transição para a liberdade representasse muito pouco como fonte de compensações sociais [...] O negro e o mulato, postos à margem, atravessam um duro período de desorganização social, de apatia e de desmoralização coletiva" (Fernandes 1962:146). Veja também Fernandes (1965). Ou: Bastide & Fernandes (1971). Ou ainda: Ianni (1962).

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A RECUPERAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA NACIONAL

> [...] nos trabalhos fortes e rudes [...] O EUROPEU NÃO PODE MEDIR-SE COM OS NACIONAIS [...]: grandes marmanjos sangüíneos não raro possuem apenas uma robustez epidérmica, aparente, simplesmente decorativa, que não resiste ao mais ligeiro confronto com a dos minúsculos titãs [Limongi, J. Papaterra, 1916:12 e 14][1]

Assinalei nos capítulos anteriores que os livres e libertos não participaram do trabalho disciplinado e regular nas fazendas de café até 1888 e, depois dessa época, só foram incorporados nas áreas de cultivo para onde o imigrante não se dirigiu. Durante a escravidão, estiveram presentes onde o cativo, pelos riscos de fuga ou perigos inerentes a certas atividades, era pouco utilizado, tais como transportes, abertura e conservação de estradas, obras públicas. Faziam também o desmatamento e cumpriam a tarefa de desbravamento do vasto território. Ademais, os livres e libertos foram utilizados para implantar as ferrovias, e, por mais rudimentares que tivessem sido no percurso dos séculos, sempre havia as atividades de subsistência. Estas, pelo menos no momento que os escravos foram desviados da cultura de alimentos e concentrados na produção cafeeira, seguramente, passaram a ter alguma significação para o abastecimento das fazendas

e dos centros urbanos, que lentamente se desenvolviam. Foram também arregimentados nas guerras e sublevações, sendo convocados para as diversas expedições militares da Colônia e do Império. E foram, sobretudo, os executores da violência com que a ordem senhorial conquistava e mantinha suas propriedades e reprimia seus escravos, constituindo-se, desse ângulo, em instrumento essencial na manutenção do domínio, cujas raízes se assentavam na preservação do cativeiro.[2] As atividades antes arroladas, certamente, sempre mobilizaram pequeno número de pessoas em face da população que se avolumava, sendo desempenhadas de forma intermitente e ocasional.

Enfatizei reiteradamente que os nacionais sempre foram encarados como vadios, inaptos para o trabalho organizado e regular, que continuou nas grandes plantações paulistas alicerçado no escravo até as vésperas da Lei Áurea. Como trabalhar sob as ordens de alguém significava, de fato, aceitar uma condição semelhante à do cativo, tenderam a afundar-se na miséria itinerante e sem destino, preferindo essa situação a se submeter às regras de domínio com que os senhores tratavam os escravos. Daí a vida errante, utilizando-se dos recursos naturais da terra, da caça e pesca, das pequenas plantações que rodeavam choupanas rudimentares, logo abandonadas, quando os senhores englobavam essas áreas de economia de subsistência às suas propriedades, expulsando-os para zonas mais longínquas. Daí a mendicância e indigência de um povo de várias origens e matizes, ferrado pela desclassificação social produzida por uma sociedade cuja riqueza e poder se estruturava no trabalho cativo.

Desabilitados subjetiva e objetivamente para o trabalho disciplinado, nem por isso deixaram de ser incorporados ao processo produtivo, tão logo este os necessitasse: foi assim durante a escravidão, ou mais tarde, nas regiões cafeeiras estagnadas, para onde o imigrante não se dirigiu.[3] Nas áreas novas, por outro lado, desempenharam as tarefas mais árduas — derrubadas de matas e preparo da terra — que o

estrangeiro tendia a rejeitar. Trabalharam, portanto, em atividades que antes o escravo não podia fazer e depois o imigrante não queria desempenhar.

Dessa forma, parece viável afirmar que não só o braço nacional trabalhou onde se abriram possibilidades, mas também que sua cantada e decantada inaptidão para o trabalho foi sempre um fator material e ideologicamente reiterado pelos potentados da cafeicultura paulista, a fim de, inicialmente, reproduzir a escravidão, e depois criar oferta abundante de braços por meio de renovados e volumosos fluxos de estrangeiros injetados do exterior.

Para tanto, era necessário depreciar os nacionais, isto é, retirar-lhes as possibilidades de trabalho recriando as condições materiais de sua marginalização e atribuindo-lhes a pecha de indolentes e indisciplinados. Tanto é assim que, em plena crise do trabalho servil, a grande imprensa afirmava que

> [...] os ex-cativos, como a maior parte dos caipiras, fogem ao trabalho. Se vão para as fazendas como camaradas, poucos dias param. São excessivamente exigentes, morosos no trabalho, param a cada momento para fazer cigarro e fumar; nas horas de refeições demoram-se indefinidamente, bebem, poucos se sujeitam a fazer um feixe de lenha etc. [...] Qualquer observação que se lhes faça recebem como ofensa e formalizando-se dizem que são livres, largam a ferramenta e se vão.[4]

Em suma, antes e depois da Abolição são freqüentes as queixas acerca dos nacionais: trabalham raramente, pois de pouco precisam para seu sustento e por qualquer motivo abandonam os cafezais. Na realidade, são refratários ao trabalho organizado, porque, sendo mínimas suas necessidades, não precisam se alugar para outros de forma contínua. Basta, de quando em vez, uma jornada por semana: de resto, a disponibilidade para nada fazer, além da caça, da pesca, do pequeno plantio e da criação, que permitem a sobrevivência na pobreza e, dessa forma — agora introduzo essa nova dimensão da assim chamada vadiagem —, o desamor ao tra-

balho e a possibilidade do ócio e do festejo.[5] Daí, enquanto existissem glebas de terra para levar adiante uma sobrevivência miserável mas independente, esse vasto segmento de pobres tendia a viver de forma dispersa e móvel, em bairros pouco sedimentados, desenvolvendo atividades de subsistência por meio de técnicas rudimentares. Dessa forma, repudiava a submissão da disciplina produtiva, trabalhando nas fazendas enquanto outra alternativa não se mostrasse viável, pois nelas sua condição de pessoa livre era constante e impunemente aviltada pelas regras de submissão baseadas no cativeiro. Liberdade significava não só a escolha de locomover-se por um pauperismo itinerante, como também, sobretudo, a possibilidade de desobedecer: a obediência constante,

> [...] nele, é sempre relativa e muito precária, comparada à do negro, escravo ou ex-escravo, e mesmo à do colono europeu, fruto de uma sociedade rural rigidamente hierarquizada sobre os restos do senhorio e da servidão.[6]

É preciso dizer quantas vezes necessário for: a exploração capitalista do trabalho, realizada por meio do assalariamento, não é uma equação que possa ser resolvida de forma simples. Esse processo supõe criar relações sociais de produção que levem ao domínio do capital sobre o trabalhador. É preciso, pois, expropriá-lo num duplo sentido: de um lado, produzir condições materiais que metamorfoseiem a pessoa em força de trabalho, impedindo sua reprodução autônoma e obrigando-a a se transformar em mercadoria que se vende no mercado de trabalho; de outro, é preciso condicioná-lo, no sentido de "convencê-lo" a se incorporar no processo produtivo, aceitando a situação de assalariado em vez de escolher outra alternativa de vida. O tortuoso processo de produzir força de trabalho, geralmente impregnado de acentuada dose de violência institucional e privada, implica, assim, tanto transformações materiais, em que o acesso à terra é um ponto fundamental, como mudanças culturais e

ideológicas que geram no trabalhador a "disposição" de ingressar na disciplina do processo produtivo.

No caso da economia paulista, os volumosos fluxos imigratórios tornaram, em certa medida, desnecessário subjugar a mão-de-obra nacional, pois o braço estrangeiro foi suficientemente numeroso para satisfazer as necessidades do capital agrário e industrial em expansão. Ademais, essa constante injeção externa de braços, de antemão expropriados material e culturalmente, ao mesmo tempo recriava as condições de drástica exploração e espoliação imperantes nas fazendas e, pelo menos nas áreas novas, alijava os nacionais do processo produtivo. Dessa forma, reiterou-se sua vida errante: inadequado para as tarefas produtivas — pois era inadmissível submeter-se aos desmandados daqueles que antes eram donos de escravos e depois se transformaram em patrões, sem mudarem a mentalidade senhorial e despótica de lidar com o homem livre —, esse vasto segmento da população, simultaneamente, rejeitou e foi rejeitado pelo fazendeiro que se utilizou do trabalho cativo e, posteriormente, do braço estrangeiro que aportou com o ardente desígnio de "vencer na vida".[7]

Recusando o trabalho disciplinado nas fazendas, pôde dispor da fertilidade das terras, da pesca, caça ou coleta, que proporcionavam o mínimo para viver com larga margem de ócio e lazer. Fugindo dos rigores da produção organizada, passou a ser visto pelos dominantes como corja inútil, ralé instável, vadio que para nada servia. Durante os horrores da escravidão, foi forçado à vida errante, ao expediente ocasional ou até mesmo à esmola, pois trabalhar significava a degradação de sua liberdade. Aos olhos dos senhores, essa massa numerosa e crescente era vista como ignorante e viciada "*uma outra humanidade,* inviável pela indolência," (Mello e Souza, 1983:219). Nesses tempos, o desamor ao trabalho organizado serviu para fundamentar a ideologia da vadiagem e, em contrapartida, para reforçar a ordem escra-

vocrata, pois, como refugava o trabalho, era necessário que este fosse compulsório.[8]

Como já mencionado, essa situação reproduziu-se no século XIX cafeeiro até 1888, e depois, quando todos são formalmente livres, o nacional foi incorporado às tarefas produtivas nas quais não acorreram imigrantes: lá trabalhou e, como por encanto, de um momento para o outro, deixou de ser "vadio". Ao contrário, para onde o imigrante foi canalizado, fundamentalmente, para as zonas dinâmicas da cafeicultura paulista, continuou relegado a uma posição marginal: serviu de reserva de trabalho para as atividades mais degradadas e mal remuneradas, e reproduziu sua desnecessidade de trabalhar na medida em que conseguia viver sem se submeter à disciplina de uma engrenagem ainda fortemente marcada pelas barbaridades do cativeiro.

A utilização do nacional, seja ele branco, negro, ou mulato, diferenciou também o conjunto da economia paulista, em que, no início do século, contava com 529 mil imigrantes, em contraste, por exemplo, com a de Pernambuco, na qual, em 1900, havia apenas 11 mil imigrantes, representando tão-somente 1% dos habitantes daquele estado. Lá, onde a escravidão entrou em declínio a partir do término do tráfico de africanos, e para onde o imigrante não se dirigiu, o braço nacional ingressou nas fileiras do trabalho do campo e da cidade.

Em São Paulo, onde o dinamismo industrial se iniciou a partir de 1890, o braço estrangeiro sempre foi largamente majoritário nos vários ramos da economia urbana, particularmente nas atividades fabris, nas quais foi diminuta a presença do braço nacional. À semelhança das regiões prósperas do café, também na indústria o trabalhador autóctone foi incorporado de maneira acessória e residual.[9] É que, também na indústria paulista, o braço estrangeiro foi suficiente para preencher as fileiras do trabalho e gerar, desde os primórdios, uma reserva abundante de mão-de-obra barata. Assim, também para o parque industrial que se desenvolvia em São Paulo não se mostrou necessário submeter o trabalhador

nacional. Este, em boa medida, permaneceu à margem das tarefas fabris, numa situação de relegação que desabou, devido aos fortes preconceitos de cor, particularmente sobre o negro e o mulato, que traziam estampada na pele a pecha que a escravidão tão forte sedimentara. Contudo, semelhante exclusão de participar das tarefas fabris contrasta com o quadro do Rio de Janeiro, onde, em 1890, quase 30% da mão-de-obra presente na indústria manufatureira era composta de pretos e mestiços (recenseamento de 1890, 1895). Ademais, 57% das pessoas ocupadas nesse setor não eram estrangeiras, proporção que é de 41% para o ramo de transportes e de 49% para o comércio, o que demonstra a larga participação do elemento nacional na economia urbana carioca, cuja indústria, na época, era a mais ampla e dinâmica do país.[10]

Convém frisar que a imensa maioria das tarefas industriais não exigia habilitação, pois as fábricas, desde seus primórdios, operavam com máquinas que parcializavam os processos produtivos, necessitando à parte diminuto número de funções técnicas especializadas, mão-de-obra que não precisa ter nenhuma qualificação profissional. A utilização do braço estrangeiro na indústria paulista não decorreu da melhor qualificação do imigrante, que, por sinal, só excepcionalmente trazia uma experiência industrial prévia.[11] Em outras palavras, havia, isto sim, necessidade de submeter-se à disciplina de uma produção regulada por apitos que periodizavam jornadas muitas vezes superiores a doze ou mesmo catorze horas, nas quais era freqüente a presença de mulheres e crianças, mas não havia necessidade de destreza manual ou intelectual.

A discussão referente à relegação do braço nacional, portanto, não deve se apoiar na maior experiência urbana ou fabril do estrangeiro, pois dela a indústria não necessitava. A questão central reside na secular descrença que sempre pairou sobre o segmento nacional, que continuou sendo considerado inapto e indisciplinado para o trabalho, na medida em que a indústria paulista contou com vasta oferta de

braços estrangeiros. Expropriados no seu país de origem, para cá vieram os imigrantes com a motivação de *fare l'América*, e, para tanto, submetiam-se aos drásticos horários e regulamentos de uma disciplina despótica na esperança de enriquecer, mas que, na imensa maioria das vezes, reproduziu uma condição proletária marcada por flagrante pauperismo. Nesse quadro de relegação, couberam ao trabalhador nacional das zonas urbanas de São Paulo os serviços mais aviltados, como o emprego doméstico e outras atividades classificadas como "mal definidas" e "não declaradas", nas quais, certamente, estavam incluídos o trabalho pesado e ocasional que tarefeiros de todo tipo praticavam na cidade dos primórdios da industrialização.[12]

Como já mostrei em páginas anteriores, a imigração não foi uma tarefa fácil de ser arquitetada. Longos debates se travaram, exprimindo interesses conflitantes de grupos econômicos e políticos, opondo, inclusive, os cafeicultores, segundo as áreas em que estivessem sediadas suas propriedades. A opção vencedora foi a importação em massa de estrangeiros previamente expropriados, inundando de braços as zonas prósperas do Oeste Novo, em detrimento das demais regiões. Para manter a situação de pauperização imperante nas fazendas, tornava-se necessário produzir uma reserva de trabalho que substituísse a mão-de-obra que deixava os cafezais, sendo, portanto, imperiosa a constante renovação dos fluxos migratórios. Dominando os aparelhos decisórios, os fazendeiros prósperos conseguiram, até a Primeira Grande Guerra, sanar a sangria de mão-de-obra que saía dos cafezais por meio de permanentes transfusões de braços injetados do exterior. Dessa forma, puderam reproduzir as condições draconianas de trabalho. Mas para assim o fazer, era imprescindível insistir no argumento da indisciplina do nacional, pois, como não prestava para o trabalho, a produção só poderia continuar baseada no estrangeiro:

O nosso camarada nacional — diz um jornal que representava os interesses da cafeicultura — não é necessário lidar com ele para se ficar convencido de que, hábil, como nenhum outro para todo e qualquer serviço, é entretanto incapaz de se sujeitar a um trabalho continuado, e de que, mesmo no momento da mais urgente necessidade, não haverá argumento que o decida a trabalhar quando não queira, por costume ou mero capricho.[13]

A propalada vadiagem dos nacionais passou a se mostrar inconseqüente quando o sistema imigratório começou a diminuir, a partir de 1914. O problema de fornecimento de imigrantes para o café foi bastante agravado com a eclosão da Primeira Grande Guerra. Além das crônicas drenagens de braços para a agricultura — êxodo das fazendas, vinda direta para as cidades — a conflagração mundial levou à acentuada queda na vinda de estrangeiros, representando, entre 1915 e 1919, apenas 23% do contingente entrado no qüinqüênio anterior.

Tabela 5
Imigrantes entrados no Estado de São Paulo

Anos	Imigrantes entrados									
	Estrangeiros		Nacionais		Subsidiados		Espontâneos		Totais	
	nos. absol.	%	nos. absol.	%	nos. absol.	%	nos. absol.	%	nos. absol.	%
1910-14	362 898	97	12 688	3	148 617	40	226 969	60	375 586	100
1915-19	83 684	80	21 239	20	37 766	36	67 157	64	104 923	100
1920-23	141 277	77	41 380	23	46 057	25	136 550	75	182 607	100
Totais	587 909	87	75 307	13	232 440	35	430 676	65	663 116	100

Fonte: Boletim do Departamento Estadual do Trabalho (1924).

De fato, malgrado a canalização de trabalhadores das cidades para o interior, empenho que mobilizou o governo

de São Paulo a partir de 1913, esse deslocamento se anulava pela trajetória daqueles que, mais numerosos, faziam o percurso inverso. Enquanto a injeção estrangeira manteve-se abundante, o estoque que deixava as fazendas pôde ser facilmente reposto por novas levas. Mas quando, com a guerra, elas escassearam, tornou-se necessário mobilizar mão-de-obra que tradicionalmente pôde ser relegada pelas atividades mais prósperas e dinâmicas da economia agrária.

Daí o empenho do discurso dominante para recuperar o braço nacional:

> a 'degenerescência de nossa raça', a 'imprestabilidade absoluta de nossos homens' são preconceitos do pessimismo que dizem muito de perto com um relevante problema, cuja solução interessa a todo o Estado de São Paulo [...] Refiro-me [...] à questão sempre momentosa da mão-de-obra para a lavoura [...] Seguindo um estado de espírito quase geral, a mão-de-obra agrícola em São Paulo tem que ser estrangeira e tem que ser fornecida pelo Poder Público aos fazendeiros, em abundância e ininterruptamente. [...] Qual pode ser, pois, a solução? A contínua, ininterrupta introdução de imigrantes? Onde os buscar? Em diferentes países? Mas a experiência ensina que só um limitadíssimo número de países no-los fornecem [...] Se o pânico de 88, produto de uma política imperiente, tornou necessária a imigração em grande escala, nada nos aconselha a escravizarmo-nos indefinidamente a este pauperismo. [...] Os mesmos propagandistas desta política antiquada hão de dobrar-se à realidade: enquanto durar a guerra, não teremos imigração torrencial [...] Ora, a verdade fundamental nesta questão é que à lavoura faltam braços, não porque o país não os tenha, mas porque não são aproveitados. [...] Isto contribuiu enormemente para deixar na ociosidade uma reserva considerável de braços, que existe, que se vê, porque é essa reserva considerável de braços num ano de imigração escassa como este (1916) e o anterior, que tornou possível o incremento da produção.[14]

Privado do abastecimento de imigrantes, solidifica-se o projeto do grande cafeicultor de buscar braços no Nordeste. As regiões mais aventadas são as assoladas pela seca, onde se encontra grande número de retirantes. As publicações oficiais, ao contrastar o progresso de São Paulo com a população que lá se "estiola na miséria", apontam para a necessidade de retirá-las dessa "atrofia", propiciando-lhes vida digna e trabalho regular. Apelam, por outro lado, para o espírito de "comunhão brasileira" que deve estar acima dos regionalismos antinacionais. A experiência, pela primeira vez, se concretizou em 1915, por ocasião da grande "seca", quando "milhares e milhares dos nossos infelizes patrícios" foram vitimados nessa "vasta e infeliz zona do nosso país"; nesse ano, alguns grandes fazendeiros, por meio do fornecimento de passagens gratuitas pelo governo federal, recebem 5 mil cearenses para trabalhar de modo permanente nas suas lavouras.[15] Realçando que no Norte do país a mão-de-obra é subaproveitada, e que, antes das restrições impostas pela guerra, "o trabalhador nacional sempre foi considerado, *aliás sem razão,* como inferior ao estrangeiro, e, a não ser para zonas reconhecidamente insalubres, ninguém o procurava", aponta o cafeicultor que semelhante corrente emigratória seria de extraordinário alcance para o futuro econômico de São Paulo.[16] A argumentação em pauta não deixa de ser conclusiva quanto à serventia do traço nacional:

> Habituados a uma vida sem aspirações e uma incerteza absoluta do dia de amanhã, quando chegam a São Paulo, mostram, na sua maior parte, pouca ambição e daí uma natural indolência. Verdade é que esta indolência [...] é também em grande parte devido ao seu estado de fraqueza. [...] Homens como estes, está claro, precisam de ser tratados, e uma vez livres da infecção que os abate e tonificado seu organismo [...] em pouco tempo *tornam-se elementos de trabalho se não melhores pelo menos iguais aos estrangeiros.* [Leme, 1919:139, grifo meu].

Assim como antes os potentados agrários haviam enaltecido as virtudes do emigrante, argumento básico para canalizar enorme soma de recursos, que, por meio de subsí-

dios governamentais, recriavam oferta de força de trabalho abundante, tornava-se imperioso reverter o discurso a fim de arregimentar a mão-de-obra nacional: estava sendo minada a secular percepção segundo a qual os nacionais eram vadios, corja inútil imprestável para o trabalho disciplinado.

No discurso dominante, a instabilidade e indisciplina no trabalho deixaram de ser marcos inerentes à índole dos nacionais. Não se trata mais de aversão congênita para trabalhar, fruto de espírito errante por natureza ou de uma mentalidade falsa e viciada, propensa, devido a uma degeneração irremediável, à vida fácil, ao alcoolismo e à imoralidade de toda sorte. Ao contrário, tradicionalmente estigmatizado de apático, preguiçoso ou vagabundo, o braço pátrio poderia e deveria ser regenerado, pois sua indolência era conseqüência do abandono a que fora relegado: afinal, ele já havia provado sua bravura na exploração de terras adversas, como as da Amazônia, onde fora "o mais corajoso e heróico dos colonos", indivíduos enfim, capaz de suportar a penúria e a dor, atributos "que só possui o nosso sertanejo do Norte"[*La Revista Coloniale*, 1918:257].

Sua desambição passa a ser encarada com parcimônia de alguém que se contenta com pouco, não busca lucro fácil e, sobretudo, não reivindica; a inconstância traduz-se enquanto versatilidade e aptidão para aprender novas tarefas, e o espírito de indisciplina metamorfoseia-se em brio e dignidade. O antigo andarilho serve para ir aonde dele se necessitar, o gosto por aventuras e brigas transforma-se em destemor, coragem para realizar serviços arriscados, e a desconfiança é atributo para rejeitar idéias espúrias, tão em voga nessa época, em que se produz a conversão do elemento nacional, cuja indolência não advém da preguiça ou vadiagem, mas da falta de oportunidade para trabalhar, enquanto seus vícios passam a ser encarados como provenientes da miséria, na qual, por séculos, esteve atolado e da qual é preciso retirá-lo.

Nesse processo de recuperação da mão-de-obra nacional, sua comparação com o estrangeiro é freqüente, e na

contenda das argumentações ela sai vitoriosa. Tratava-se de reativar o mercado de trabalho a fim de continuar dispondo de vasta oferta de braços, condição indispensável para o sistema produtivo manter inalterada a feroz exploração do trabalho que os movimentos grevistas, em vários momentos, haviam colocado em xeque: para os grupos dominantes, sempre havia o risco de infiltração do "vírus anarquista", de origem estrangeira, estranho à "índole pacífica" das "tradições pátrias", mais suscetível de contaminar o imigrante.[17] Também sob esse aspecto reconstrói-se a imagem do trabalhador nacional, que, à diferença do estrangeiro, trabalha a preços módicos, aceita qualquer tarefa sem reclamar ou lançar mão de paralisações.

Vale a pena transcrever o relato acerca de suas vantagens:

> Um engenheiro alemão que lá havia duvidava muito que aqueles homens de tão fracas aparências dessem conta do recado. [...] Esperava-se, porém, que, à medida que aumentasse a altura dos silos, o perigo do trabalho atemorizasse os improvisados operários [...] O medo era um fator que não entrava em conta para eles [...] Mas temia-se ainda um contratempo: quando eles chegarem lá em cima, pensavam alguns, saberão cobrar-se caro: reclamarão um enorme aumento de salário e colocar-nos-ão entre as duas pontas de um dilema — ou atendermos a quantas exigências entenderem fazer, ou veremos a obra inacabada. [...] Mas a esperada "greve" não se declarava. Pelo contrário: os caboclos pareciam mais despreocupados do que nunca. Como não ligavam nenhuma importância ao perigo, não se julgavam com direito a nenhum aumento de salário. [...] (Foi reconhecido então) mais um traço da mentalidade dos [...] colonos: o desapego ao lucro e uma honestidade a toda prova no cumprimento dos contratos, isto é, ausência de espírito de especulação. Se porventura um trabalhador agrícola europeu fosse capaz desta improvisação, faria pagar o seu trabalho a peso de ouro, a força de greves e reivindicações [Limongi, 1916:12 e 14].

Nas mensagens parlamentares e nos escritos da grande imprensa, em consonância com os interesses da cafeicultura

paulista, surge para o nacional, pária secular de uma vida desprovida de sentido, uma outra humanidade. É a humanidade do trabalho, forjada por um capitalismo que necessita transformá-lo em mão-de-obra que se submeta e aceite as regras ditadas pelas engrenagens produtivas. Esculpia-se nova imagem do nacional:

> [...] pode ser reputado superior ao europeu, e pelas seguintes razões é um ótimo trabalhador: pela resistência, pela fidelidade aos compromissos, pela capacidade de aprender, pelo espírito de ordem. Sob o peso dessas lúcidas razões, vacilam e se esbarrondam estes preconceitos: o caboclo é fraco, o caboclo é andejo, o caboclo não aprende, o caboclo é desordeiro, enfim, cúpula e resumo do absurdo: o caboclo é indolente [Limongi, 1916:19].

Estava em gestação uma mudança radical na ampliação do mercado de trabalho, referente à substituição do estrangeiro pelo nacional. No período coincidente aos anos de 1915-19 — conforme aponta a Tabela 1 — o braço nacional totalizava a quinta parte dos imigrantes entrados no estado, enquanto no quadriênio seguinte tal contingente superava a 40 mil pessoas, representando 23% dos trabalhadores que ingressaram em São Paulo. Era, então, apenas uma tendência que se revertia e que, a partir de 1930, iria adquirir proporções extremamente volumosas (Morandi, 1978). Estava então sendo fecundada a segunda geração da classe trabalhadora, crescentemente composta de nacionais, processo que acabaria por se realizar anos mais tarde.

Antes que esse processo se efetivasse, nas cidades e, principalmente, na indústria de São Paulo, o braço nacional continuou relegado a uma posição de inferioridade, realizando as tarefas mais aviltadas e pior remuneradas. Isto porque, em face de uma economia que se abria lentamente, continuava ponderável o volume de estrangeiros e de seus descendentes. Destarte, reproduziu-se o quadro de exclusão social para o braço nacional, de modo especial para o negro

e o mulato, que tinham estampadas na pele todas as arraigadas pechas que se concentravam na sua imprestabilidade para o trabalho; permaneceria enquanto mão-de-obra de segunda qualidade, sem que com isso deixasse de apresentar utilidade para o sistema produtivo, pois sua presença no cenário urbano pressionava ainda mais para manter os salários aviltados e servia, como os demais grupos étnicos, para desarticular a resistência operária nos momentos de greves. A absorção dos nacionais — inclusive dos negros e mulatos — iria se efetuar quando novos e mais dinâmicos setores da economia urbana, a partir de 1930, necessitaram também desse contingente de trabalhadores. Nesse instante, assim como antes acontecera no mundo agrário, as necessidades econômicas por força de trabalho transformam a todos, pretos, brancos e mulatos, nacionais ou estrangeiros, em mercadoria para o capital.[18]

A primeira geração de trabalhadores, majoritariamente composta de estrangeiros nas atividades dinâmicas do campo e da cidade, foi influenciada pelo movimento anarquista. As lutas sociais se arquitetavam por meio da ação direta, a partir de uma concepção de que a insurreição geral dos explorados iria acabar por derrubar os alicerces da exploração capitalista e instaurar uma ordem libertária. Nesse tipo de estratégia revolucionária, imperava a recusa da ação parlamentar ou eleitoral. Mais ainda, imperava a negação de criar organizações partidárias, prevalecendo a esperança no vigor do espontaneísmo das massas enquanto força que saberia demolir a dominação burguesa, substituindo-a por um sistema de igualdade, libertário, sem autoridades.

Malgrado as intensas lutas sociais da Primeira República, as condições de trabalho e remuneração mantiveram-se praticamente inalteradas, e para isso contribui a vasta oferta de braços que servia de pressão para rebaixar os salários e desarticular a resistência operária nos momentos de conflito. A grande maioria daqueles que vieram "fazer a América" não conseguiu escapar de uma situação caracterizada por fla-

grante pauperismo. Este também passou a ser o destino do trabalhador nacional, quando, por meio das migrações internas, o capitalismo em expansão mobilizou o enorme contingente que historicamente esteve à margem dos processos produtivos essenciais a uma sociedade onde sempre imperou acentuada exclusão sócio-econômica e formas de domínio de feições nitidamente autoritárias.

NOTAS

1. Convém mencionar que o *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, onde Limongi publicou o texto citado, é uma publicação oficial do governo de São Paulo. O autor em pauta, fortemente influenciado pelas idéias nacionalistas, publicou *Economia Política e Finanças,* São Paulo, Nacional, 1934.

2. "Nisto consistia, por sinal, o principal serviço que o agregado costumava prestar: o de vigilância e defesa da propriedade do senhor que o acolhera" (Gorender, 1978:293).

3. "Às vésperas da Abolição, estabelecida já a grande corrente imigratória, que entretanto não se localizaria no Vale do Paraíba, congratula-se o presidente Rodrigues Alves com o esforço dos fazendeiros desta área, no sentido de utilizar o trabalho nacional 'que se acha desaproveitado e inerte, pela própria desídia dos fazendeiros que, em regra, exageram as dificuldades de adotá-los nos seus estabelecimentos'" (Beiguelman, 1978:107).

4. *A Província de São Paulo,* São Paulo, 8.4.1888.

5. Cândido (1979), principalmente capítulo 5, "O caipira e sua cultura", onde creio que se encontra a formulação mais correta acerca da questão da "vadiagem" do trabalhador nacional.

6. Cândido (1979:85). "No latifúndio produtivo, assim formado, o trabalho escravo criou condições dificilmente aceitáveis para o homem livre, que refugou também, posteriormente, a dependência social do colonato" (*ibidem:* 80).

7. "Como já se tinha visto no seu antepassado índio, verificou-se nele certa incapacidade de adaptação rápida às formas mais produtivas e exaustivas de trabalho, no latifúndio da cana e do café. Esse caçador subnutrido, senhor do seu destino graças à independência precária da miséria, refugou o enquadramento do salário e do patrão, como eles lhes foram apresentados, em moldes traçados para o trabalho servil. O escravo e o colono europeu foram chamados, sucessivamente, a desempenhar o papel que ele não pôde, não soube ou não quis encarnar" (Cândido, 1979:82). Quanto às formas de domínio sobre a mão-de-obra, antes e depois da escravidão, vale a pena insistir: "Embora a suposta mentalidade escravocrata do fazendeiro possa ter oferecido dificuldades no relacionamento com o imigrante, a verdade é que as condições objetivas da substituição do negro pelo branco sofreram de imediato poucas modificações em relação às condições escravistas. Como a escravidão não era mera instituição, mas sim uma relação real em condições históricas definidas, a sua supressão jurídica ou a mera incorporação produtiva ao trabalho do homem livre não eram suficientes para alterar o teor do vínculo (tanto nas decadentes regiões do Vale do Paraíba como no próspero oeste de São Paulo) entre o fazendeiro e o trabalhador" (Martins, 1979:61).

8. "No discurso das autoridades [...] os homens livres [...] de nada serviam, e portanto era como se não existissem para o mundo do trabalho. Prestavam, entretanto, para justificar a escravidão: para lembrar, a cada instante, que o recurso à mão-de-obra escrava era imprescindível ao funcionamento da Colônia" (Mello e Souza, 1982:220).

9. Veja os dados apresentados no texto concernente às páginas 93 e seguintes do capítulo 4.

10. *Recenseamento de 1890* (1895). A presença do elemento nacional manter-se-ia elevada com o avanço da industrialização no Rio de Janeiro. Tanto é assim que, em 1906, 50,6% dos 201 361 trabalhadores presentes na indústria, transporte e comércio eram nascidos no Brasil (*Recenseamento de 1906,* 1907).

11. "A maioria daqueles que vieram para a capital, segundo as informações disponíveis, não teve experiência industrial ou urbana prévia. Sem dúvida, alguns artesãos e trabalhadores urbanos vieram para São Paulo, mas este tipo de imigração não foi incentivada e parece inquestionável que a imensa maioria da força de trabalho era composta por homens e mulheres provenientes das áreas rurais do Sul da Europa [...] que não estavam familiarizados com a indústria" (Hall, 1971:2-3).

12. Nesse sentido, aponte-se que, em contraste com outras ocupações, 42% dos empregados domésticos em 1893 eram ocupados por nacionais. Em 1920, quando se adiciona o emprego doméstico com as "atividades não declaradas ou mal definidas", os nacionais perfaziam 62% desses tipos de ocupações.

13. *Correio Paulistano,* São Paulo, 9.8.1902.

14. Relatório de Luiz Ferraz a Cândido Motta, Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (Ferraz, 1917).

15. Leme (1919:138). O autor é gerente da The San Paulo Coffee States Co. Ltd..

16. Leme (1919:137 e 139, grifo meu). Aliás, a iniciativa levada adiante pelo "The San Paulo Coffee States Co. Ltd." foi seguida por grandes cafeicultores, entre outros, pelo conselheiro Antonio Prado, o conde de Prates, a Companhia Agrícola de Fazendas Paulistas, os srs. Bento de Abreu Sampaio Vidal, Antonio Augusto de Abreu, Joaquim Vieira Botelho, ao tempo que a Sociedade Rural facilitava a seus associados a arregimentação de mão-de-obra no Ceará (*ibidem*, 140).

17. "Desprezado a longo tempo pelas elites, o trabalhador brasileiro agora era exaltado pela imprensa e pelos líderes políticos e econômicos como homem operoso e patriota, bem superior ao traiçoeiro e desleal estrangeiro" (Maran, 1979:66).

18. "Os pretos gostam todos do Getúlio porque pensam que foi ele que acabou com o preconceito. Mas não foi. É que faltou mão-de-obra. Se não houvesse falta de mão-de-obra, os pretos nunca conseguiriam entrar nas fábricas" (depoimento prestado a Fernandes, 1965:119).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Furquim de. "Carestia", *in* STEIN, Stanley, 1957.

BANDEIRA JR., Antonio Francisco. *A indústria no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1901.

BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. *Brancos e negros em São Paulo*. 3.ª ed., São Paulo, Nacional, 1971.

BALAN, Jorge. "Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil, ensaio de interpretação histórico-comparativa", *in* BALAN (org.), *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo, DIFEL, 1974.

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. 2.ª ed., São Paulo, Pioneira, 1978.

BETHELL, Leslie. *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos, 1807-1869*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, São Paulo, EDUSP, 1976.

Boletim da Diretoria de Terras, Colonização e Imigração. São Paulo, n.º 1, out. 1937.

Boletim do Departamento Estadual do Trabalho. São Paulo, Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. "Prefácio do Tradutor", *in* DAVATZ, Thomaz. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo, Martins, 1972.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*, 10.ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.

CAMARGO, José Francisco. "O crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos." *Boletim 153*, São Paulo, Economia e História das Doutrinas Econômicas, n.º 1, vol. 1, 1952.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito.* 2.ª ed., Duas Cidades, 1979.
CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo.* São Paulo, DIFEL, 1977.
CARDOSO, F. Henrique. "Condições sociais da industrialização em São Paulo", *in Mudanças sociais na América Latina,* São Paulo, DIFEL, 1969.
CARDOSO, F. Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional.* São Paulo, DIFEL, 1962.
CARDOSO, F. Henrique. "Classes sociais e história: considerações metodológicas", *in Autoritarismo e democratização,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
CARDOSO DE MELO, João Manoel. *O capitalismo tardio.* 2.ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1982.
CARVALHO FRANCO, Maria Silvia. *Os homens livres na ordem escravocrata.* São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros-USP, 1969.
CLUBE DE LAVOURA. *Relatório de 1880.* Campinas.
CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
Correio Paulistano, São Paulo, 9.8.1902.
COUTY, Louis. *L'Esclavage au Brésil.* Paris, Librarie de Guillaume et Cie., 1881.
COUTY, Louis. *Le Brésil.* Rio de Janeiro, Faro & Lino Éditeurs, em 1884.
DAVATZ, Thomaz. *Memórias de um colono no Brasil.* São Paulo, Martins, 1972.
DEAN, Warren. "Latifundio and Land Policy in Neineteenth Century Brazil". *Hispanic American Historical Review,* n.º 4, nov. 1972.
DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
DENIS, Pierre. *Brazil.* Londres, T. Fischer, 1911.
FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social.* São Paulo, DIFEL, 1976.
FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos.* São Paulo, DIFEL, 1962.
FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes.* São Paulo, Dominus, 1965.
FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil.* Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

FERRAZ, Luiz. "Localização dos trabalhadores nacionais", Relatório ao secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho.* São Paulo, VI, n. º 22, 1917.
FIGUEIRA, Pedro de Alcântara & MENDES, Claudinei, Magno. "Introdução", *in* BENCI, George, *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos,* São Paulo, Grijalbo, 1977.
FOERSTER, Robert F. *The Italian Immigration of our Time.* Nova York, Russel & Russel, 1919.
FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.
GALLOWAY, I. M. "The Last Years of Slavery in the Sugar Plantations of North-eastern Brazil", *Hispanic American Historical Review,* n.º 4, nov. 1971.
GENOVESE, Eugene D. *The World Slaveholders Made.* Nova York, Pantheon Books, 1969.
GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial.* São Paulo, Ática, 1978.
GOULART, Maurício. *A escravidão africana no Brasil, das origens à extinção do tráfico.* 3.ª ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
GRAHAM, Richard. "Mauá and Anglo-Brazilian Diplomacy", *Hispanic American Historical Review,* vol. 92, n.º 2, 1962.
GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. 1850-1914,* São Paulo, Brasiliense, 1973.
GRAHAM, Douglas H. & BUARQUE DE HOLANDA FILHO, Sérgio. *Migration, Regional and Urban Growth and Development in Brazil: a Selective Analysis of the Historical Record 1872-1910.* São Paulo, IPE, USP, 1971.
GREENHILL, Robert G., "British Export Houses: Techniques of Control: 1850-1914", *Working Papers n.º 6,* Center of Latin American Studies. University of Cambridge.
GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quarto século de latifúndio no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.
HALL, Michael. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914,* Ph D. Thesis, Faculty of Political Science, Columbia University, 1969, University Microfilms, A Xerox Education Company.
HALL, Michael. "The Italians in São Paulo", Annual Meeting of the American Historical Association, mimeo, 1971.
HOLLOWAY, Thomas Halsey. *Migration and Mobility: Immigrants as Labourers and Landowners in the Coffee Zone of São Paulo, Brazil, 1886-1934,* University of Wisconsin, mimeo, 1974.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo,* São Paulo, DIFEL, 1962.

IANNI, Octavio. "O processo econômico e o trabalhador livre", *in* FAUSTO, Boris (org.), *O Brasil monárquico,* 3.ª ed., São Paulo, DIFEL, tomo II, vol. 3, 1976a.

IANNI, Octavio. *A classe operária vai ao campo,* São Paulo, Caderno CEBRAP, 24, 1976b.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, Censos de 1890, 1900 e 1920.

KLEIN, Herbert S., "Nineteenth Century Brazil", in COHEN, D. W. & GREEN, J. P. (org.), *Neither Slave nor Free,* The Johns Hopkins University Press, Baltimore e Londres, 1972.

La Revista Coloniale, São Paulo, IX, n.º 11, 30.12.1918.

LAERNE, C. T. van Delden. *Brazil and Java: Report on Coffee Culture.* Londres, 1885.

LEME, André Betim Paes. "Contribuição para o estudo de adaptação dos cearenses como colonos nas lavouras de São Paulo", *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho,* São Paulo, nºs 34 e 35, ano VII, 1919.

LEVY, Maria Stela F. "Papel da imigração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)", *Revista de Saúde Pública,* São Paulo, n.º 8, 1974.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas.* 2ª ed., Porto Alegre, Sulina, 1954.

LIMONGI, J. Papaterra. "O trabalhador nacional: relatório de uma visita ao estabelecimento agrícola dos trappistas em Tremembé". *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho,* São Paulo, Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, V. 5, n.º 20, 1916.

LIMONGI, J. Papaterra. *Economia política e finanças.* São Paulo, Nacional, 1934.

LOWRIE, Samuel H.K., *Imigração e crescimento da população no Estado de São Paulo.* Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1938.

MALHEIROS, Agostinho Marques Perdigão. *A escravidão no Brasil.* 1.ª ed., Rio de Janeiro, Nacional, 1866.

MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário no Brasil, 1890-1920.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra.* São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. *O capital.* 5.ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias.* São Paulo, Alfa-Omega, 1974.

MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira do século XVIII.* Rio de Janeiro, Graal, 1982.

MILLIET, Sérgio. *Roteiro do café e outros ensaios.* 5.ª ed., São Paulo, Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, 1941.

MONBEIG, Pierre. "La Croissance de la Ville de São Paulo", *Institut et Revue de Geographie Alpine,* França, Grenoble, 1950.

MORANDI, Alba Maria Figueiredo. *O trabalhador migrante nacional em São Paulo (1920-1923).* Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mimeo. 1978.

MORSE, Richard. *Formação histórica de São Paulo.* São Paulo, DIFEL, 1970.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo.* São Paulo, Nacional, 1938.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).* São Paulo, HUCITEC, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. "A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil", *in* FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano, estrutura de poder e economia (1889-1930),* São Paulo, DIFEL, tomo III, 1, vol., 1975.

A Província de São Paulo, São Paulo, 8.4.1888.

PETRONE, Tereza S. "Imigração assalariada, *in* FAUSTO, Boris (org.), *O Brasil monárquico,* 3.ª ed., São Paulo, DIFEL, II, vol. 3 1976.

PINTO, Virgilio Noya. "Balanço das transformações econômicas no século XIX", *in* MOTTA, Carlos Guilherme (org.), *Brasil em perspectiva,* São Paulo, DIFEL, 1973.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* 5.ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1957.

PRADO JR., Caio. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo, Brasiliense, 1957.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil.* 15.ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1972.

Recenseamento de 1890, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Diretoria Geral de Estatísticas, 1895.

Recenseamento de 1906, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística, 1907.

SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo.* Belo Horizonte, São Paulo, EDUSP & Itatiaia, 1976.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e as origens da indústria no Brasil.* São Paulo, Alfa-Omega, 1976.

SIMONSEN, Roberto, *Evolução industrial do Brasil e outros estudos.* São Paulo, Brasiliana, Nacional & EDUSP, vol. 349, 1973.

SIMONSEN, Roberto, *História econômica do Brasil (1520-1820).* São Paulo, Nacional, 1977.

SPINDEL, Scheywa. *Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

STEIN, Stanley. *Vassouras: A Brazilian Coffee Country, 1850-1950.* Harvard University Press, 1957.

TAUNAY, Afonso d'E. *História do café no Brasil.* Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1939.

TSCHUDI, J. J. von. *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo.* São Paulo, Martins, Biblioteca Histórica Brasileira, 1953.

VILLELA, Anibal & SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945.* Rio de Janeiro, IPEA-INPES, n.º 10, 1975.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da senzala à colônia.* São Paulo, DIFEL, 1966.

VIOTTI DA COSTA, Emília. "O escravo na grande lavoura", *in* FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil monárquico.* 3.ª ed., São Paulo, DIFEL, tomo II, vol. 3, 1976.

VIOTTI DA COSTA, Emília. *Da Monarquia à República: momentos decisivos.* São Paulo, Grijalbo, 1977.

WHITE, George. "Brazil: Trends in Industrial Development", *in* KUZNETS, Simon, MOORE, Wilbert & SPENGLER, Joseph I. (eds.), *Economic Growth: Brazil, India, Japan,* Durham, N. C., Duke University Press, 1955.

WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão,* Rio de Janeiro, Companhia Editora Americana, 1975.

ZALUAR, Augusto Emilio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861).* Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, EDUSP, 1975.

IMPRESSÃO:
BARTIRA GRÁFICA E EDITORA S/A
(011) 458 - 0255

imediatos e corporativos, o que explica a "vitalidade" da escravidão, bem maior do que certa historiografia fez supor, da mesma forma que esclarece melhor as opções em termos de imigração estrangeira. O pequeno papel conferido ao trabalho livre nacional, associado às particularidades (até tecnológicas) do processo de industrialização no país, são responsáveis pelo desenvolvimento de um capitalismo "atípico" no Brasil que permite saltar por cima do artesanato como momento da industrialização.
Aspecto que ressalta na análise de Kowarick é o peso que têm nessa configuração particular do capitalismo brasileiro as políticas das classes dominantes. O autor se desfaz dos reducionismos economicistas que procuram nas estruturas a chave dos comportamentos sociais, reduzindo os atores a meras projeções delas.
Detendo-se nas primeiras décadas do século, este livro é de uma surpreendente atualidade. É impossível não detectar nas condições de trabalho atuais, onde não faltam inclusive as denúncias de ressurgências de formas de escravidão ou semi-escravidão ou no discurso empresarial dominante que se faz ouvir no debate constitucional, ecos das falas e práticas patronais de muitas décadas passadas. Ou não haverá uma continuidade entre o desprezo patronal pelo trabalho ontem como hoje (apesar da sua valorização retórica), ou uma continuidade entre políticas salariais de arrocho, ou estratégias que visavam estimular a rotatividade da força de trabalho já no século passado?
Trabalho e vadiagem apresenta assim os ingredientes de uma excelente análise social, lançando simultaneamente luzes sobre o passado e sobre o presente.

Marco Aurélio Garcia
Professor do Departamento de História da Unicamp.